

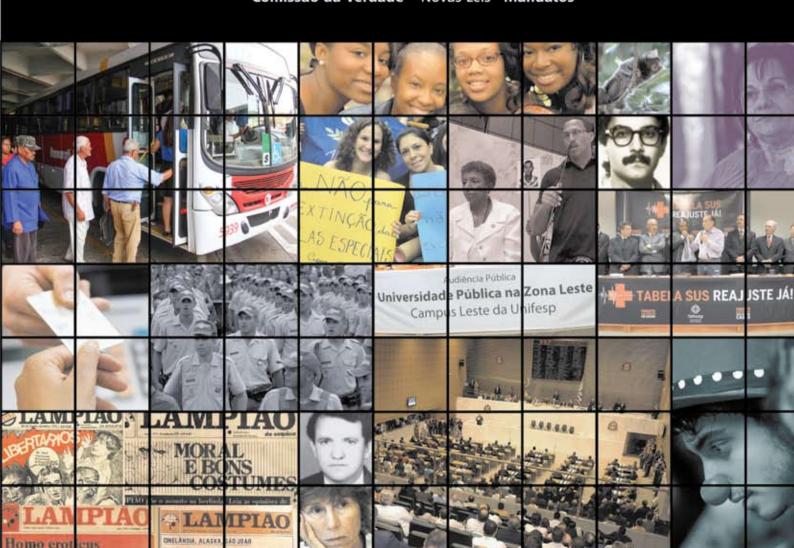
PARLAMENTO PAULISTA

Revista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo — março/2015

2013-2014

O LEGISLATIVO MAIS PRÓXIMO DOS CIDADÃOS

Frentes Parlamentares CPIs Comissões Permanentes
Comissão da Verdade Novas Leis Mandatos





Chico Sardelli (PV)
Presidente

Enio Tatto (PT)

1º Secretário

Edmir Chedid (DEM) 2º Secretário

Fernando Capez (PSDB) 2º Vice-Presidente

> Edson Ferrarini (PTB) 3º Vice-Presidente

> > Jooji Hato (PMDB) 4º Vice-Presidente

Adilson Rossi (PSB) 3º Secretário

Marcos Martins (PT) 4º Secretário





- Sumário)))
 - Mesa Diretora
 - 10 Balanço
 - 18 Comissões Permanentes
 - 36 CPIs
 - 46 Comissão da Verdade
 - 52 Frentes Parlamentares
 - 68 Novas Leis
 - 90 BANCADAS







PLURALIDADE E DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

Diretrizes e resultados das atuações dos integrantes da Mesa

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo é o órgão que comanda todas as atividades administrativas e parlamentares da Casa. Composta por três deputados, presidente, primeiro e segundo secretários, eleitos em voto aberto por seus colegas, a Mesa tem seus dirigentes e seus substitutos escolhidos de dois em dois anos.

A composição do órgão que foi eleita em 15 de março de 2013 para atuar até 15 de março de 2015 tem como seus integrantes o presidente Samuel Moreira (PSDB), o 1º secretário, deputado Enio Tatto (PT), o 2º secretário, deputado Edmir Chedid (DEM). Em 30 de janeiro de 2015, o presidente da Assembleia, Samuel Moreira, foi substituído no cargo pelo primeiro vice-presidente da Casa, deputado Chico Sardelli (PV). Moreira foi eleito deputado federal nas eleições de outubro de 2014 e assumiu seu mandato na Câmara dos Deputados.

Leia a seguir textos dos integrantes da Mesa Diretora sobre as principais diretrizes e atividades do Parlamento paulista no último biênio. O objetivo desta publicação é apresentar um balanço dos trabalhos legislativos e apresentar a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aos cidadãos paulistas.



Um grande privilégio Chico Sardelli – Presidente (2015)

"Considero um grande privilégio o período em que estive à frente dos trabalhos da Assembleia Legislativa de São Paulo. Uma experiência muito intensa, que me fez crescer ainda mais na vida pública. Com grande satisfação, reabri os trabalhos legislativos deste ano no plenário Juscelino Kubitschek e também dei posse a seis novos deputados.

Somente na primeira semana de atividades, representei o Parlamento paulista na posse dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e na abertura do ano judiciário no Tribunal de Justiça de São Paulo, dando nosso apoio ao projeto 100% Digital, que pretende levar a Justiça paulista à ousada meta de ter 100% dos novos processos em formato digital. Lembrando que a Assembleia Legislativa é pioneira na publicação na internet do processo legislativo, aumentando assim a transparência

das informações disponíveis para os cidadãos e para a sociedade, um dever do Parlamento estadual que segui com rigor.

Destaco ainda a aprovação em tempo recorde do projeto de lei que concede passe livre estudantil no Metrô, na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e nos ônibus da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos. Como presidente, tive a oportunidade de conduzir e intermediar o diálogo entre deputados, líderes partidários e representantes das entidades estudantis, o que permitiu o aperfeiçoamento da proposta envidada pelo Executivo. O governador Geraldo Alckmin sancionou a lei, beneficiando mais de 600 mil alunos no Estado.

A crise hídrica, que vem afetando a população paulista, esteve entre as prioridades da minha gestão. Adotamos medidas para a redução do consumo da água, avaliando alternativas para a captação de água de chuva, assim como o abastecimento próprio do prédio, com a implantação de poço artesiano. A ideia é que a Assembleia seja autossuficiente no abastecimento de água, economizando água da Sabesp e do Sistema Cantareira. São ações necessárias para o enfrentamento deste momento crítico no abastecimento de água e que promovem a conscientização de parlamentares, funcionários e de todos os que passam pela Casa. Também iniciamos um estudo para captação de energia em painéis solares.

O trabalho realizado buscou a valorização do Legislativo paulista, o segundo mais representativo da América Latina, ficando atrás somente da Câmara dos Deputados, em Brasília. Foi uma grande satisfação atuar em conjunto e tomar decisões com os deputados Enio Tatto, 1º secretário, e Edmir Chedid, 2º secretário. Focamos o diálogo com os partidos e com os parlamentares, a transparência em nossas ações, a valorização dos funcionários e a harmonia com os demais poderes.

Com muita honra e orgulho, assumi a presidência no mesmo mês em que a Assembleia Legislativa completou 180 anos de fundação. O Legislativo paulista passou por diversas transformações nesses anos, aperfeiçoando o processo político. Uma instituição que é palco de lutas democráticas e de importantes decisões, por onde passa a história do nosso Estado."



Rumo ao segundo centenário Samuel Moreira - Presidente (2013-2014)

"A Assembleia Paulista está completando 180 anos de existência. A Casa assistiu à Regência, República, Ditadura e hoje é um importante pilar que consolida a democracia no Estado e no Brasil.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo é o maior colegiado do País. Com 94 deputados, representando os mais de 40 milhões de cidadãos paulistas, é nesta Casa de Leis que os parlamentares – escolhidos em pleito popular direto - têm a função de propor, emendar, alterar, revogar e derrogar leis estaduais, assim como elaborar e emendar a Constituição estadual, julgar anualmente as contas prestadas pelo governador do Estado, criar comissões, entre outros. Ou seja, é neste importante espaço que se estabelece democracia no Estado.

No biênio 2013-2014, a

Assembleia trabalhou para melhorar a vida dos paulistas e modernizar o Estado de São Paulo. Os projetos transformados em lei foram debatidos e votados pela maioria dos deputados estaduais eleitos para o exercício da 17ª Legislatura, formada por 18 dos 32 partidos existentes no Brasil, o que configura uma ampla representação do sistema político brasileiro.

É aqui que discussões de interesse público acontecem, seja por meio de audiências públicas, comissões permanentes ou temporárias, que hoje somam 15, e também as de inquérito, que são uma das formas de o Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora.

Importante salientar as funções deste que é um dos três poderes estabelecidos pela constituinte para prestar contas do que faz esta casa legislativa. Passamos, em 2013, por diver-

sas manifestações em todo o território nacional. A porta da Assembleia Legislativa de São Paulo também foi cenário de reivindicações e de cobranças, o que é amplamente democrático e cabível dado nosso sistema de representação. Aqui, sem dúvida, é o principal megafone político, o certeiro ouvidor público do povo paulista. Embora não sejamos os executores de melhorias ou prestação e execução de serviços, é por estas imensas portas (não apenas arquitetonicamente privilegiadas) que deve chegar o clamor das ruas.

E justamente para ouvir, cobrar e propor é que existimos. Aqui, nesta revista do Parlamento, deixamos a marca deste trabalho. Estas páginas nasceram para dar ao cidadão o bem mais preciso, transparente e gratuito: a informação. E é informando, ouvindo, debatendo e construindo que caminhamos rumo ao segundo centenário desta Assembleia Legislativa. Estamos há anos de mãos dadas com a democracia."



Sintonia com a sociedade e valorização da democracia

Enio Tatto – 1º Secretário

"Em 2013 e 2014 o exercício simultâneo do mandato de deputado estadual com o cargo de 1º secretário da Assembleia Legislativa impôs um ritmo intenso de atividades, que incluíram a participação em praticamente todas as audiências públicas regionais sobre o Orçamento do Estado. Não abro mão de participar dessas audiências, pois, além de ser um dos autores da proposta que as criou, creio que elas aproximam a sociedade civil do Parlamento e aperfeiçoam a aplicação de recursos públicos.

Observo, no entanto, que, apesar do comparecimento intenso de prefeitos, vereadores e lideranças da sociedade civil nas audiências, todos com o objetivo de levar melhorias para as regiões que representam, o Executivo estadual frustra suas expectativas ao não considerar

suas demandas. Cabe a nós, deputados estaduais, superar essa anomalia e fazer valer as emendas aprovadas nas audiências públicas.

No que diz respeito à administração da Assembleia Legislativa, o Departamento de Recursos Humanos, por meio do Serviço de Seleção, Treinamento e Capacitação, para melhorar o processo legislativo e propiciar melhor atendimento a quem nos visita, realizou, no biênio 2013/2014, 124 treinamentos de atualização e aperfeiçoamento, em um total de 10.567 horas, com a participação de 589 funcionários. Vale destacar que o aumento de cursos oferecidos e de participantes inscritos, resultado de um maior interesse em capacitação pelos diversos setores da Casa, demonstra a busca por mais qualidade e eficiência

no trabalho desenvolvido pelo Parlamento paulista.

Nosso Instituto do Legislativo Paulista (ILP) também laborou bastante em 2013/2014 ao promover 58 cursos, seminários e palestras, todos abertos à população. Destaco os cursos "Clássicos da Filosofia Política" e "Mulheres: Direitos e Políticas Públicas", este, em parceria com a União de Mulheres de São Paulo. Outro destaque foi o curso de pós-graduação "Assessoria Parlamentar: Capacitação Política", em parceria com a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, com 100 vagas para servidores dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e para membros da sociedade civil.

Todas essas iniciativas são apoiadas pela Mesa Diretora e visam valorizar o Poder Legislativo do Estado de São Paulo para que ele cumpra cada vez melhor seu papel de legislar, de fiscalizar o Executivo e de representar toda a sociedade paulista. Nosso trabalho é o de estar em sintonia com a sociedade para valorizar a democracia."



Planejamento estratégico Edmir Chedid – 2° secretário

"O planejamento estratégico continua norteando as principais atividades desenvolvidas pela 2ª Secretaria do Poder Legislativo, que nesta gestão também se baseia na ética e transparência dos processos administrativos implantados, com o intuito de ampliar e modernizar a infraestrutura do Palácio 9 de Julho, bem como pelo dinamismo e comprometimento dos profissionais com a reformulação de um sistema que busca atender as especificações de segurança exigidas em nível estadual e federal, assim como as de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais (PNEs).

Neste sentido, o planejamento estratégico pode ser compreendido como fundamental na utilização dos recursos disponíveis de maneira ordenada e eficiente, o que tem gerado economia – fato que também entendo

como respeito ao erário – e resultado no aumento da produtividade das atividades em desenvolvimento na sede do Poder Legislativo. Afinal, planejar de forma estratégica foi decisivo para atender a demanda apresentada por deputados, servidores públicos e, principalmente, por visitantes que circulam diariamente pelas dependências do Palácio 9 de Julho.

Há um ano, por exemplo, iniciamos o processo que derivou na renovação da frota de veículos, que já resulta numa significativa economia ao Poder Legislativo. Já as despesas com a manutenção dos demais veículos podem ser observadas a partir da assinatura do contrato com empresa especializada, assim como na aquisição de um cartão combustível, que trouxe mais economia em decorrência dos descontos e benefícios ofe-

recidos em contrato. A reserva de peças e pneus é outro fator importante a ser destacado neste planejamento estratégico na incessante busca pela redução de gastos ao Parlamento.

A readequação da rede de média tensão (MT) e a substituição das luminárias pelo sistema de LEDs - melhores e mais econômicas – também pautaram as discussões acerca do planejamento estratégico sugerido pela 2ª Secretaria com a finalidade de se reduzir custos e promover a melhoria da infraestrutura. Isto também resultou na instalação de aparelhos de ar-condicionado mais eficientes e ecologicamente adequados, assim como na troca do mobiliário dos servidores públicos por equipamentos que atendem as normas de segurança (ergonomia e praticidade). A mesma preocupação foi dispensada à reforma dos banheiros, que passaram a evitar o desperdício de água, e ainda dos quatro plenários da Casa, que, em breve, irão se tornar mais usuais e seguros aos parlamentares e também aos convidados."





























PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE QUALIDADE

Mais de 20 mil proposições foram apresentadas no biênio 2013-2014

A mobilização e as manifestações populares foram as marcas do biênio 2013/2014. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo esteve atenta às vozes da rua e foi palco de debates sobre questões de grande interesse para a população paulista.

A Casa votou matérias importantes que afetam o cotidiano do cidadão e recebeu representantes da sociedade civil se manifestando por seus direitos, além de autoridades de todas as esferas do Poder, num exercício diário de democracia.

Durante o período, foram apresentadas 20.474 proposituras, considerando projetos de leis ordinárias e complementares, propostas de emenda à Constituição, projetos de decreto legislativo, moções, indicações e requerimentos.

Em 2013, foram realizadas 197 sessões ordinárias, 86 sessões extraordinárias, 80 sessões solenes, além de uma sessão inaugural e uma sessão preparatória. Foram aprovados 114 projetos de lei; 39 projetos de lei complementar; duas propostas de emenda à Constituição; sete projetos de resolução; cinco projetos de decreto legislativo; e 152 requerimentos. Em 2013, os deputados rejeitaram 14 vetos opostos pelo governador.

Em 2014, aconteceram 187 sessões ordinárias, 72 sessões extraordinárias, 54 sessões solenes e uma sessão inaugural. Foram aprovados 111 projetos de lei; 29 projetos de lei complementar; sete projetos de resolução; dois projetos de decreto legislativo; e 123 requerimentos. Foram rejeitados 14 vetos do governador.

Comissões

As comissões permanentes realizaram, no biênio 2013-2014, 264 reuniões ordinárias e 128 extraordinárias, além de 18 reuniões especiais e 260 conjuntas. De 1º de fevereiro de 2013 até dezembro de 2014, passaram pelas mãos dos deputados que compõem as comissões 5.313 proposituras.

A Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva realizou 150 audiências públicas e ouviu mais de 500 testemunhas, que falaram sobre 187 casos de mortos e desapareci-

Assembleia realizou 21 audiências públicas para discutir o Orçamento de 2014

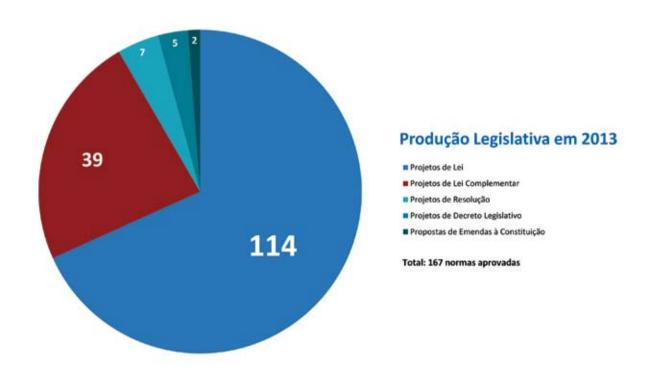
dos investigados. De 6 a 10 de maio, a comissão promoveu o Seminário Verdade e Infância Roubada, sobre filhos de expresos políticos mortos e desaparecidos no período da ditadura militar.

Frentes parlamentares

Existem, atualmente, 103 frentes parlamentares em funcionamento na Assembleia paulista. Vinte delas foram criadas em 2013. E, em 2014, os deputados tomaram a iniciativa de criar as frentes parlamentares em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo; a pelo Acesso e Uso da Bicicleta; "Guarulhos quer Metrô", e a de Apoio à Cadeia Produtiva do Ovo no Estado.

Audiências públicas sobre o Orçamento

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento realizou 42 audiências públicas pelo Estado todo para discu-



tir com a população a melhor forma de utilizar os recursos do Orçamento estadual e transformar as sugestões apresentadas em emendas às peças orçamentárias. Foram feitas 21 audiências em 2013 e 21 em 2014.

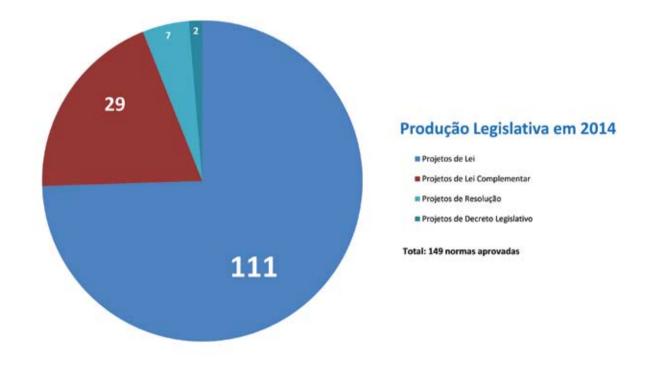
Valorização do policial

Alémdo Orçamento, que é a propositura mais importante que o Legislativo paulista aprecia

durante o ano, merecem destaque a aprovação, em 29/10/2013, do Projeto de Lei Complementar 33/2013, do Executivo, que reclassifica os vencimentos dos



integrantes da carreira de delegado de polícia, das demais carreiras policiais civis e científica, da Polícia Militar, da Secretaria da Segurança Pública. O reajuste geral, não retroativo, foi de 7% e o aumento beneficiou também aposentados e pensionistas. Já o Projeto de Lei Complementar 44/2013, do Executivo, reajus-



tou os vencimentos de escrivães e investigadores de polícia. O reajuste real foi de 21% em duas etapas, a primeira no primeiro dia do mês subsequente à data de publicação da lei, e a segunda um ano após.

A Assembleia Legislativa aprovou, em 20/3/2013, o PL 76/2013, que trata do pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo. A medida beneficiou militares e agentes penitenciários e foi aprimorada com emendas parlamentares. O Plenário da Assembleia foi favorável, em 8/5/2013, ao Projeto de Lei Complementar 10/2013, do Executivo, que incorpora o Adicional de Local de Exercício (ALE) nos vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, corrigindo redução de salários de 7 mil soldados e 1,5 mil tenentes da Polícia Militar, provocada pela publicação da Lei Complementar 1.137/2013.

Em 4/12/2013, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar 50/2013, de autoria do Poder Executivo, que trata da promoção ao posto imediatamente superior de oficiais da Polícia Militar que passaram à reserva no período compreendido entre 31 de dezembro de 1991 e 20 de outubro de 2011.

Outro projeto aprovado pela Assembleia, em 4/6/2014, foi o PLC 61/2013, do Executivo, que institui a Bonificação por Resultados (BR) aos integrantes das polícias Civil, Técnico-Científica e Militar. A BR deve ser paga em conformidade com o cumprimento das metas definidas pela Administração, fixadas de acordo com critérios específicos por território, atividades especializadas ou ambos, e não será incorporada aos salários.

Defensoria Pública

O Plenário da Assembleia também aprovou por unanimidade, em 23/10/2013, o Projeto de Lei Complementar 38/2013, do Executivo, que reclassificou os vencimentos dos integrantes do subquadro de cargos de apoio da Defensoria Pública do Estado. A matéria tratou ainda da bonificação por resultados. Em 22/5/13, foi aprovado o PLC 41/2012, do Executivo, que cria cargos de apoio na Defensoria Pública do Estado.

Adicional de localidade para médicos

Em 21/2/214, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei Complementar 59/2013, do Poder Executivo, que institui o Adicional de Local de Exercício (ALE), no âmbito da Secretaria da Saúde, aos médicos que desempenham atividades em unidades de assistência à saúde cujo funcionamento se reveste de caráter prioritário, bem como naquelas instaladas em locais adversos e que apresentem dificuldades de recrutamento e de perma-

nência desses profissionais.

O valor do ALE não se incorpora aos vencimentos ou salários e sobre ele não incidem vantagens de qualquer natureza, exceto seu cômputo no cálculo do décimo terceiro salário e das férias. Sobre o ALE não incidem também os descontos previdenciários, salvo se o servidor optar pela inclusão da vantagem na base de contribuição.

Região Metropolitana de Sorocaba

Mais uma região metropolitana foi instituída no Estado. Em 8/5/2014, com a sanção da Lei Complementar 1.241, foi criada a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), situada entre São Paulo e Campinas. A RMS, considerada a maior produtora agrícola entre as regiões metropolitanas, tem grande diversidade na produção, possui 1,7 milhão de habitantes distribuídos em 26 municípios: Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim.

Recursos para áreas essenciais

A Casa autorizou, em 16/4/2013, o Executivo a contrair empréstimos para programas nas áreas de transportes,

habitação e meio ambiente. Um acordo de líderes possibilitou a aprovação do Projeto de Lei 757/2012, do Executivo, que autorizou a contratação de operações de crédito com instituições financeiras controladas pela União. Mensagem aditiva do governo, aprovada na mesma data, corrigiu os valores iniciais para R\$ 6,993 bilhões.

Em outubro de 2014, o Parlamento estadual autorizou empréstimo de R\$ 1,65 bilhão junto ao BNDES e Caixa Econômica Federal para o Programa de Expansão da Linha 5 - Lilás - do metrô de São Paulo, trecho largo Treze - Chácara Klabin, a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Do

mesmo modo aprovou empréstimo para execução do Projeto Tamoios, a cargo da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 2,18 bilhões.

Vale-refeição sem restrição

Várias propostas de iniciativa dos parlamentares aprovadas no biênio 2013-2014 destacaram-se. Uma delas é o Projeto de Lei 393/2012, de André Soares (DEM), aprovado em 12/6/2013, que proíbe aos estabelecimentos que adotem o vale-refeição como forma de pagamento restringir a sua aceitação a determinado dia ou horário. Outra é a proposta de

coibir furtos e roubos de cabos e fios metálicos, por meio do Projeto de Lei 79/2009, do deputado Major Olímpio (PDT), cuja aprovação possibilitou o estabelecimento de normas para comercialização desse tipo de material metálico, denominado sucata.

Máscaras proibidas em manifestações

Merece destaque também o projeto de lei que tratou da proibição do uso de máscaras durante manifestações. Proposto por 16 deputados estaduais, o projeto teve por objetivo coibir a destruição do patrimônio público por black blocs e outros mascarados.





Outra proposta que chamou a atenção da opinião pública foi a da regulamentação das artes marciais mistas, conhecidas pela sigla em inglês MMA. Trata-se do PL 767/13, do deputado Leandro KLB (PSD).

Direitos dos animais

De autoria do deputado Feliciano Filho (PEN), o Legislativo aprovou o PL 777/13, proibindo a utilização de animais para o desenvolvimento de experimentos e testes de produtos cosméticos, de hi-

giene pessoal, perfumes e seus componentes. Em audiência pública realizada na Casa em novembro de 2013, especialistas garantiram ser totalmente possível a utilização de procedimentos substitutos a esses testes sem o uso de animais.

Pessoas desaparecidas

Entre os vetos rejeitados durante o período, merece destaque o referente ao Projeto de Lei 463/2011, de autoria de Hamilton Pereira (PT), que institui a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas. Derrubado o veto na noite de 17/12/2013, passou a valer a nova lei que, entre outras coisas, cria um banco de dados integrado à rede Infoseg, da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Direitos dos idosos

Graças à aprovação do PL 454/2013, do Poder Executivo, pessoas idosas, com mais de 60 anos, têm garantida gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de



passageiros de característica rodoviária convencional. A Lei 15.187/13, originária do PL 471/13, de Campos Machado (PTB), autorizou o Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas com idade superior a 60 anos.

Visita em presídios

Outras proposições de destaque foram as que trataram das visitas em estabelecimentos penais do Estado. A nova legislação visou garantir pri-

vacidade aos encontros entre presos familiares e amigos. Os presídios de São Paulo também suspenderam a revista íntima de visitantes, objeto da Lei 15.552, de 12 de agosto de 2014. Os presídios devem adotar, doravante. equipamentos de scanners corporais e raios-x em substituição à revista íntima, considerada vexatória tanto para os visitantes como para os agentes penitenciários.

Roubos de carros e de cargas

Para coibir os roubos de carros, a Assembleia aprovou proposta do Executivo para regulamentar a atividade dos desmanches. A Lei 15.276, sancionada em 2/1/2014, obriga as empresas que comercializam

peças de automóveis a manter cadastro no Detran e na Secretaria da Fazenda e a emitir laudo técnico após a desmontagem de qualquer veículo bem como das peças restauradas ou recondicionadas. Outra lei, a 15.315/2014, prevê a cassação, por cinco anos, da Inscrição Estadual (IE) no cadastro do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da empresa que tiver em seus estoques algum item que seja carga roubada. Ambas as leis visam causar a redução gradual

de crimes, que estão ligados aos latrocínios em 50% dos casos.

Mosaico Jureia-Itatins

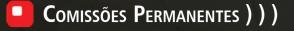
O Projeto de Lei 60/2012. do Executivo, permitiu a alteração dos limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins, atribuindo novas denominações subdivisão. reclassifipor cando, excluindo e incluindo áreas especificadas e instituindo o Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins. A alteração dos limites da área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul foi aprovada pelos deputados paulistas em 6/3/2013.

Programa de Regularização Ambiental

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, no dia 10 de dezembro de 2014, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), regulamentando o Código Florestal de 2012 no Estado. A medida permitirá aos produtores rurais regularizarem suas propriedades.

Além de oferecer mais segurança aos agricultores, que terão acesso a crédito e apoio técnico após a regularização de suas propriedades, o PRA garantirá a recuperação de 1,6 milhão de hectares de matas nativas. O PRA será utilizado como base para o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo termina em maio de 2015.





O CENTRO NERVOSO DO LEGISLATIVO

Etapa essencial do processo legislativo, antecedendo a votação em Plenário, o trabalho realizado pelas 15 comissões permanentes do Parlamento paulista, ao longo do biênio 2013-2014, se consolidou com 264 reuniões ordinárias e 128 extraordinárias, além de 18 reuniões especiais e 260 conjuntas.

De 1º de fevereiro de 2013 a dezembro de 2014, passaram pelas mãos dos deputados que compõem as comissões 5.313 proposituras, a maioria delas projetos de lei (4.412). Também deram entrada 47 projetos de resolução, 196 projetos de lei complementar, 20 propostas de emenda à Constituição, 374 processos, 29 projetos de decreto legislativo e 235 moções. O número de pareceres emitidos pelas comissões durante o biênio 2013-2014 foi a 3.776.

Além do trabalho legislativo de análise e votação das proposituras, as comissões realizaram seminários, audiências e reuniões especiais, abrindo espaço para a manifestação da sociedade, tendo em vista o aprofundamento de temas e a produção de subsídios para o desenvolvimento das atividades desses órgãos. Uma síntese desse trabalho será apresentada nas próximas páginas.

Administração Pública e Relações do Trabalho

Presidida pelo deputado Edson Ferrarini (PTB), a Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho (CAPRT) realizou, no biênio 2013-2014, 36 reuniões, 28 delas em conjunto com outras comissões.

Em 13/9/2013, a CAPRT recebeu a presidente da União de Pensionistas de Policiais Militares do Estado de São Paulo, Célia Maria da Silva, para debater questões relativas à suspensão do pagamento de pensão recebida por viúvas de policiais militares; e no mês de novembro daquele ano, reuniu trabalhadores da TV Alesp, durante o processo de renovação do contrato com a entidade a que estão vinculados, a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac).

Entre as proposituras debatidas, na última legislatura, pela Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho, destaque-se projeto de lei do deputado José Candido (PT), falecido em 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para negros, índios e ciganos nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de empregos públicos que integram os quadros permanentes dos Poderes do Estado de São Paulo e das entidades de sua administração indireta.

A importância da proposta foi tema de entrevista, feita e veiculada pelo Diário do Poder Legislativo, com a antropóloga Heloísa Pires Lima. Titulada pela USP, a escritora e consultora da Organização das Na-

Vagas para negros, índios e ciganos nos concursos públicos para provimento de empregos públicos

ções Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) afirmou que o Estado tem a obrigação de construir uma nação igual para todos e enfrentar a grande desigualdade existente em São Paulo e no país. A antropóloga referiu-se também à maior vulnerabilidade econômi-

ca, por exemplo, dos negros, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Projeto de Lei 1.205/2011 foi aprovado na reunião da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho realizada em 11/12/2013. Já tendo sido apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a proposta está pronta para a ordem do dia.

Assuntos Desportivos

A Comissão de Assuntos Desportivos realizou seis reuniões no biênio 2013-2014.

Em 16/10/2013, os membros da comissão ouviram José de Souza Teixeira, pioneiro na inserção da preparação física no futebol e, provavelmente, na utilização da estatística no futebol, no debate sobre as perspectivas do Brasil na Copa de 2014.

Ainda em novembro de 2013, uma audiência pública coordenada pelo presidente da comissão, deputado Leandro KLB (PSD), e por Edinho Silva (PT) debateu o Orçamento para 2014 para a área do esporte. A reunião, que contou com a participação

de atletas e representantes de vários municípios paulistas, teve como desdobramento a apresentação, pela Comissão de Assuntos Desportivos, de três alterações à proposta de lei orçamentária: apoio ao esporte nos municí-







Da esquerda para direita: (1) Chico Sardeli, Leandro KLB, Edinho Silva e Luciano Batista; (2) Público presente à reunião da Comissão de Assuntos Desportivos; (3) Magic Paula, medalhista olímpica pelo basquete do Brasil

pios em geral; apoio ao esporte nos 200 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e a alternativa de apoio ao esporte nos cem municípios de menor IDH.

A concordância com a proposta de investimento nos municípios com menor IDH foi manifestada também pelo secretário de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo, José Auricchio Júnior, quando, em 4/6/2014, o titular da pasta esteve presente à reunião da comissão, para prestar contas do andamento da sua gestão.

A Comissão de Assuntos Desportivos realizou ainda, em abril de 2014, o 4º Seminário Esporte, Atividade Física e Saúde, que foi aberto com a palestra da medalhista olímpica pelo basquete do Brasil Maria Paula Gonçalves da Silva, a Magic Paula. A gestora esportiva e idealizadora do Instituto Passe de Mágica destacou a necessidade de dar aos jovens a oportunidade de conhecer o mundo do esporte, para que a atividade

se torne agregadora de valores, que vão além da obtenção de vitórias e medalhas, e elemento de formação. Ela considerou as dificuldades,

nos dias de hoje, para seduzir a criança a praticar uma atividade física, em contraposição com as facilidades de se acessar grande número de informações à frente de um computador.

Assuntos Metropolitanos e Municipais

Presidida por Roberto Morais (PPS), a Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais (CAMM) realizou no biênio 2013-2014 cinco reuniões ordinárias, duas extraordinárias, uma especial e duas reuniões conjuntas. Entre os vários temas tratados pela comissão, destacase a proposta do Poder Executivo para fundir, numa única entidade, o Cepam/Fundação Prefeito Faria Lima, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e a Fundação



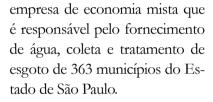
Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Participaram do debate economistas, pesquisadores e representantes de servidores das três instituições.

Em 26/11/2013, a Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais realizou reunião conjunta com a Comissão de Infraestrutura, na qual esteve presente a então diretora-presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Dilma Pena, para prestar esclarecimentos sobre investimentos da companhia e sobre a falta de água em Santo André, Arujá e outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

A reunião foi coordenada pelo presidente da CAMM, Roberto Morais(PPS), e teve início com exposição de Dilma Pena, que apresentou aos deputados paulistas os projetos e as realizações da







Na ocasião, a presidente da empresa falou do esforço para evitar a falta de água. "No longo prazo, é preciso procurar novos mananciais", afirmou Dilma Pena, que também destacou, como ação importante da Sabesp, a redução da perda de água.

Na manifestação dos deputados, houve questionamentos referentes aos serviços prestados pela Sabesp além dos listados nos requerimentos que motivaram a reunião conjunta, mas também elogios à empresa. O deputado Jooji Hato (PMDB), autor de um dos requerimentos que pediu a presença da diretorapresidente da Sabesp na Assembleia, manifestou preocupação com a maior incidência de casos de cânceres em regiões onde são usadas tubulações de amianto.

Entre as propostas legislativas analisadas em 2014 pela Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, destaca-se o Projeto de Lei Complementar 3/2014, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a criação

Reunião conjunta discute investimentos da Sabesp e falta d'água na RMSP

da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. A finalidade da Agem-Vale é integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RM Vale). Em reunião da comissão realizada em 24/6, foi aprovado o parecer favorável ao PLC, elaborado pelo relator Alexandre



Da esquerda para direita: (1) Reunião da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais; (2) Hamilton Pereira e Roberto Morais; (3) Reunião conjunta das comissões de Atividades Econômicas, de Infraestrutura e de Fiscalização e Controle da Assembleia

da Farmácia (PP), que acolheu as três emendas apresentadas pelo deputado Marco Aurélio de Souza (PT): a primeira emenda flexibiliza a contrapartida financeira dos municípios em relação ao valor do aporte feito pelo Estado; a segunda define que o valor aplicado pelos municípios será submetido a votação do Conselho de Desenvolvimento da RM Vale; e a terceira define que todos os cargos em comissão criados pela lei serão de indicação do governador, submetida à aprovação prévia do conselho de desenvolvimento.

Atividades Econômicas

Sob a presidência do deputado Itamar Borges (PMDB), no último biênio, foram 23 as reuniões realizadas pela Comissão de Atividades Econômicas – cinco delas em conjunto com outras comissões.

Exemplo dos debates ocorridos ainda no primeiro semestre foi o realizado em reunião ordinária da comissão, em 26/2/2013, com a participação

de representante do Sindicato dos Servidores da Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo (Sindefesa-SP), que expôs os problemas da categoria e da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA).

Citricultura

Em 22/10/2013, a comissão reuniu autoridades dos Executivos estadual e federal, representantes de trabalhadores e pequenos produtores, entidades de produtores e da indústria da laranja, na audiência pública que discutiu os problemas da citricultura paulista. A reunião foi proposta pelo deputado Zico Prado (PT) em virtude da crise da atividade no Estado e da necessidade de trazer para dentro do Parlamento problemas que precisam ser debatidos e levados ao conhecimento de toda a população. De acordo com os palestrantes, a superação do atual quadro só será possível com a união de todos os setores envolvidos na cadeia produtiva da laranja. Na audiência, a secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado, Mônika Bergamaschi, foi representada pelo coordenador da Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio (Apta), Orlando Melo de Castro, e, em nome do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, esteve presente o secretário de Política Agrícola, Neri Geller, que anunciou a volta da citricultura à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Foram várias as manifestações em torno da união do setor, como o discurso do presidente da Comissão de Atividades Econômicas, que classificou a audiência como um espaço para a construção conjunta de novos caminhos para a citricultura no Estado. Para o deputado Edinho Silva (PT), a audiência foi um novo esforço que se jun-

tou às articulações da comissão e da Frente Parlamentar da Citricultura, em funcionamento na Casa e da qual é coordenador.

Em março de 2014, a Comissão de Atividades Econômicas constituiu uma subcomissão para estabelecer boas práticas de produção na avicultura de postura. A subcomissão é presidida pelo deputado Bruno Covas (PSDB), que indicou para a composição do grupo Carlos Cezar (PSB), Celino Cardoso e Hélio Nishimoto (ambos do PSDB).

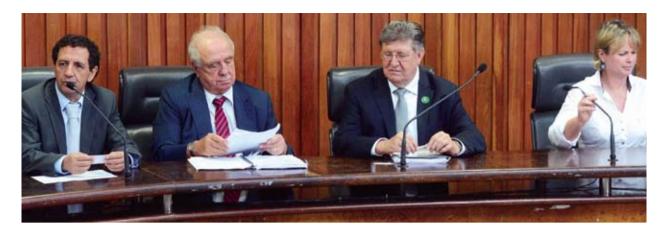
Ciência, Tecnologia e Informação

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação (CCTI), presidida pelo deputado Gilson de Souza (DEM), realizou, em especial ao longo do último biênio, reuniões específicas em cumprimento ao artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo, que determina o comparecimento, perante comissão permanente da Assembleia Legislativa, de gestores estaduais, para prestação de contas do andamento da respectiva pasta, bem como para demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas.

Universidades

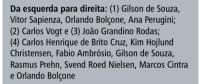
As reuniões realizadas com esse objetivo pela CCTI foram incrementadas no último pe-











ríodo, tendo em vista a aprovação, nesta 17ª Legislatura, da Emenda Constitucional 37/2012, que estendeu a obrigatoriedade do artigo 52-A às universidades públicas estaduais e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), estabelecendo que incumbe aos próprios reitores e ao presidente da Fapesp efetivar, anualmente, a prestação de contas de sua gestão perante a Assembleia Legislativa.



Em 2013, foram ouvidos pela comissão o presidente da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), Carlos Vogt; os reitores João Grandino Rodas, José Tadeu Jorge e Júlio César Durigan, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Rodrigo Garcia; e Celso Lafer e Carlos Henrique de Brito Cruz, respectivamente presidente e diretor da Fundação de Amparo à Pesquisa do

Estado de São Paulo (Fapesp).

Em 19/8/2014, a Comissão de Ciência e Tecnologia recebeu a visita do presidente da Comitiva de Pesquisa, Inovação e Educação Continuada do Parlamento dinamarquês, Rasmus Prehn; o então embaixador da Dinamarca no Brasil, Svend Roed Nielsen, e seu sucessor, Kim Hojlund Christensen. A comitiva foi recepcionada pelos membros da comissão, assim como pelo subsecretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Marcos Cintra, e pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique de Brito Cruz.

Constituição, Justiça e Redação

À Comissão de Constituição, Justica e Redação (CCJR) compete manifestar-se a respeito de todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico, apresentar a redação final das proposições, salvo exceções previstas expressamente pelo Regimento da Assembleia, e manifestar-se quanto ao mérito das proposições referentes a: reforma da Constituição; licença ao governador para interromper o exercício de suas funções ou ausentar-se do Estado; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; declaração de utilidade pública de associações civis; consolidação de leis e revogação expressa de proposições legislativas não recepcionadas por normas constitucionais.

Em 2013, sob a presidência da deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), a CCJR apresentou projeto de lei que consolida a legislação referente à mulher,

Da esquerda para direita: (1) Reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Redação; (2) Marco Aurélio, Alexandre da Farmácia, Antonio Mentor, Geraldo Cruz, Fernando Capez, Carlos Cezar numa iniciativa que veio a se juntar a um conjunto de ações desenvolvidas no Parlamento tendo em vista os direitos da mulher e o combate à violência contra a mulher. Trata-se do Projeto de Lei 120/2013, que pretende consolidar 43 leis ordinárias, publicadas entre 5/2/1968 e 6/2/2013, referentes à questão feminina.

Consolidação de legislação sobre a mulher

Em seu Capítulo II, o PL 120/2013 ainda institui eventos e celebrações expressivos para a mulher e para a sociedade, como semanas de atenção a enfermidades e a Semana da Mulher, a ser comemorada, anualmente, de 2 a 8 de março. Nos demais capítulos, além de estabelecer as atribuições do Conselho Estadual da Condição Feminina, o projeto trata de diversas questões sobre a saúde da mulher, do nascituro e do re-

cém-nascido e de temas como a violência contra a mulher.

O PL 120/2013 – cujo teor pode ser conhecido no portal da Assembleia Legislativa – obteve parecer favorável e aguarda votação no plenário. Há diversas outras proposituras em análise no Legislativo tratando de questões semelhantes.

Além disso, a CCJR realizou, em junho e em setembro 2013, audiências públicas que discutiram, respectivamente, projetos de alteração no funcionamento do Poder Judiciário e na Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado.

Somadas as ocorridas em conjunto com outras comissões (70), a CCJR realizou, no biênio 2013-2014, 119 reuniões.

Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Durante o biênio 2013-2014, foram 34 as reuniões realizadas exclusivamente pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais (CDH).

Sete delas aconteceram em conjunto com outras comissões.





Sob a presidência do deputado Adriano Diogo (PT), a comissão debateu o desrespeito a direitos de segmentos diversos da sociedade, como a denúncia de doações ilegais de crianças no município de Itaquaquecetuba, tratada em pelo menos três ocasiões, em junho e outubro de 2013.

Prêmio Beth Lobo

Juntamente com a Comissão da Verdade Rubens Paiva, a Comissão de Defesa dos Direitos entregou, em 11/3/2013, o Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres às pessoas, entidades e movimentos sociais que lutam pela defesa dos direitos das mulheres e pelo enfrentamento à violência contra elas.

O prêmio, na sua segunda edição, foi dedicado às militantes

de esquerda durante a ditadura militar e viúvas de militantes desaparecidos. Uma das contempladas com prêmio foi Ñasaindy Barret de Araújo, filha de Soledad Barret, paraguaia, e de José Maria Ferreira de Araújo, brasileiro, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ambos assassinados pela ditadura. Nascida em Cuba, em 1969, Ñasaindy voltou ao Brasil, junto com os pais adotivos, em 1980, com 11 anos de idade. Somente a partir de 1996, com a ajuda de indenização recebida pelo reconhecimento de seus pais como desaparecidos políticos pela Comissão de Anistia, começou um processo de restabelecimento das condições necessárias para que ela fosse naturalizada brasileira e assumisse o nome verdadeiro de seus pais.

Outras homenageadas foram

Eleonora Menicucci de Oliveira, Damaris Lucena, Ilda Martins da Silva, Izaura Silva Coqueiro, Pedrina José de Carvalho, Clara Charf, Elzita Santa Cruz (mãe de Fernando Santa Cruz, desaparecido político) e Eunice Paiva (viúva de Rubens Paiva). Em memória, o prêmio homenageou Zuleika Alambert (1922-2012) e Marcia Yajgunovitch Mafra (1947-2011).

Em 2014, a CDH realizou diversas audiências públicas, entre elas a que debateu, em 24/6, a questão fundiária das comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, convocada pela Subcomissão dos Quilombolas, presidida pelo deputados Marco Aurélio de Souza (PT). Participaram da audiência representantes das comunidades São Pedro, Fazenda do Pilar, Camargos e dos Quilombos Caxambu e Nossa Senhora do Carmo, entre outras, além de representantes de órgãos públicos.

No segundo semestre de 2014, a Comissão de Direitos Humanos

Da esquerda para direita: Direitos da população quilombola e regularização fundiária debatidos em audiência; (2) Evento de entrega do Prêmio Beth Lobo; (3) Hélio Nishimoto, Carlos Bezerra, André Soares e Beth Sahão







realizou ainda duas audiências públicas sobre denúncias de violações de direitos humanos na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Mônica Mendes Gonçalves, aluna do primeiro ano da Faculdade de Saúde Pública da USP, depôs sobre racismo sofrido por ela, em 30/4/2014. Lembrou que foi impedida de entrar numa festa da FMUSP, pelo fato de ser uma "mulher preta", como se autodefiniu. "A faculdade é do outro lado da rua, mas lá, os negros não chegam a 2% do total de alunos, o que por si só já é algo grave", mencionou a estudante.

Felipe Sacalise, aluno do 3º ano de medicina da USP, autor do pedido da audiência, falou sobre as agressões sofridas desde que iniciou sua militância frente ao Núcleo de Estudos de Gênero, Saúde e Sexualidade (NEGSS). Contou que foi agredido por professores e ridicularizado por alunos membros da Atlética. Ao se expor junto com os coletivos, sofreu humilhações. "Grupos secretos de homossexuais têm medo de expor sua orientação sexual por medo de represálias em sua vida profissional", afirmou o aluno.

Na segunda audiência, ocorrida em 14 de novembro, o presidente da comissão divulgou carta recebida do Coletivo Geni e do NEGSS, que questiona posições defendidas pelo diretor da FMUSP José Otávio Corte Auler Junior, em artigo publicado naquele dia no jornal Folha de S. Paulo e denuncia grupo denominado Pinheiros, no Facebook, que veicula mensagens de ódio e preconceito, atacando a atuação dos coletivos. Representante do DCE da USP, Gabriel Regensteiner informou que desde que começaram a ser divulgadas as notícias sobre violação de direitos humanos na instituição, a entidade começou a receber diversas denúncias de sexismo, racismo institucional e preconceito contra a população LGBT.

O presidente da comissão anunciou a coleta de assinaturas de parlamentares num pedido de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias. A CPI foi instalada em 17 de dezembro de 2014.

Da esquerda para direita: (1) Audiência pública sobre Campus da UNIFESP na Zona Leste; (2) Artistas na Comissão de Educação e Cultura



Educação e Cultura

A Comissão de Educação e Cultura (CEC) foi presidida pelo deputado João Paulo Rillo (PT) durante 2013, e pelo deputado Carlos Neder (PT), em 2014. No total, a comissão realizou no biênio 36 reuniões, além de nove em conjunto com outras comissões.

Foram temas de destaque o acesso à universidade, a formação e as condições de trabalho de profissionais da saúde e a educação para as relações étnico-raciais. Destaque nas atividades da comissão foi a realização de audiência pública no Teatro Oficina, em São Paulo, para buscar soluções para a defesa daquele importante local de expressão da cultura brasileira.

Arte, educação e saúde

Em 27/11/2013, uma audiência pública discutiu a construção do campus zona leste da Univer-



sidade Federal de São Paulo (Unifesp). Requerida pelo presidente da CEC e pelo deputado Carlos Neder (PT), a audiência enfocou, principalmente, os riscos de contaminação do terreno previsto para a instalação da unidade de ensino. Comparando este caso com a situação vivida pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP Leste), Carlos Neder chamou a atenção para a necessidade de cuidados no sentido de que não haja riscos futuros para toda a comunidade.

Participaram do encontro o geólogo Elton Gloeden, do Departamento de Áreas Contaminadas da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), e pela Unifesp, Florianita Coelho, pró-reitora, Pedro Fiori Arantes, pró-reitor adjunto de planejamento, e Rosana Puccini, diretora do campus São Paulo.

Artistas e produtores culturais de várias regiões do Estado de São Paulo também estiveram na Assembleia Legislativa em 2013, para acompanhar a audiência pública promovida pela CEC, em 5/11/2013, que discutiu a proposta de aumento dos recursos para o apoio por meio da seleção pública de projetos (Editais) de produção artística e cultural no âmbito do Programa de Ação Cultural (ProAC), instituído pela Lei 12.268/2006, para o exercício de 2014. A Secretaria de Cultura foi representada no evento pelo então secretário adjunto, Sérgio Tiezze, e pelos artistas falou Roberto Rosa.

Já em outubro de 2013, a CEC recebeu professores de cursos superiores de instituições privadas e de representantes da categoria a fim de discutir a regulação do setor e iniciativas para impedir o desrespeito aos direitos trabalhistas dos professores e ao direito dos alunos à educação de qualidade. No mesmo mês de outubro, a quali-

Audiência pública discutiu a construção de campus da Unifesp na zona leste

dade dos serviços de saúde oferecidos à população e a formação dos profissionais do setor foram temas de outra audiência pública. O evento intitulado "O papel dos conselhos de fiscalização da área da saúde na qualidade da formação profissional para a proteção da sociedade" contou com a representação de 12 conselhos regionais de categorias da saúde e realizou-se por iniciativa do deputado Carlos Neder, aprovada pela CEC.

Em 17/9/2014, o reitor da Universidade de São Paulo (USP), Marco Antonio Zago, compareceu a reunião da Comissão de Educação e Cultura, atendendo a requerimento do deputado Carlos

Giannazi (PSOL), para falar da situação orçamentária e sobre o corte no orçamento na USP, bem como tratar da situação do campus da USP situado na zona leste da cidade de São Paulo, que foi liberado após interdição por ter sido construído em terreno com contaminação de solo.

No mesmo mês de setembro, a Comissão de Educação e Cultura recebeu também o reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), José Tadeu Jorge.

Finanças, Orçamento e Planejamento

Sob a presidência do deputado Mauro Bragato (PSDB), a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) realizou no biênio 2013-2014 um total de 157 reuniões, incluídas as 80 que ocorreram em conjunto com outras comissões. Mas o destaque das atividades da CFOP está mesmo nas 21 audiências realizadas a cada ano, em todo o Estado, com o objetivo de discutir as demandas e expectativas regionalizadas para o Orçamento do Estado.

Canal de participação

A CFOP realizou em 2014, em todas as Regiões Administrativas, Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado, audiências públicas que, ao coletar sugestões da população para melhorar a distribuição de recursos públicos do Orçamento Estadual, constituem

importante canal democrático de participação popular.

Das audiências públicas realizadas entre 28/04 e 16/06, participaram, somadas, mais de mil e duzentas pessoas, que representam outras dezenas de milhares de cidadãos. Foram coletadas mais de 400 sugestões, analisadas criteriosamente por todos os deputados da comissão. Foi o décimo ano consecutivo que a CFOP dedicou-se à realização

de audiências públicas para aperfeiçoar a peça orçamentária.

Fiscalização e Controle

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pela deputada Célia Leão (PSDB), realizou, no último biênio, 13 reuniões para a apreciação e deliberação de proposições a ela distribuídas.

Atendendo ao disposto no §10 do artigo 3º da Lei 11.688/2004,

o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Júlio Semeghini, participou de reuniões conjuntas da CFC, Comissão de Infraestrutura (CI) e Comissão de Atividades Econômicas (CAE), para falar sobre as atividades do Conselho Gestor das Parcerias Públicos-Privadas (PPPs) e os resultados auferidos nos dois últimos semestres de 2012 e nos dois primeiros semestres de 2013.

A primeira reunião aconteceu em 12/3/2013 e contou também com a presença do vice-governador, Guilherme Afif Domingos,

que apresentou os estágios em que estavam as parcerias firmadas pelo governo de São Paulo. Respondendo a questionamentos dos parlamentares, Afif esclareceu que a PPP não é uma transferência de operações públicas para o setor privado. "É a incorporação da governança corporação da corporação da setor privado."

Audiência pública do Orçamento 2014 em Presidente Prudente **Destaque**: Júlio Semeghini recebe relatório com demandas das audiências públicas







Da esquerda para direita: (1) Célia Leão na presidência da CFC; (2) Roberto Engler, Roberto Massafera e Ed Thomas

rativa privada, da competência privada, em projetos essencialmente públicos. No caso de um hospital, por exemplo, os médicos são do Estado ou de uma organização social. Já a administração do hospital, manutenção do prédio, alimentação dos doentes pode ser feita com competência pela iniciativa privada e ainda a construção do prédio com a cobrança de um retorno que, depois de 25 ou 30 anos, vai para o Estado", esclareceu.

A segunda reunião aconteceu em 27/5/2014, tendo sido conduzida por Célia Leão (PSDB), presidente da CFC, Itamar Borges (PMDB), presidente da CAE, e Alencar Santana Braga (PT), da CI.

Infraestrutura

Presidida pelo deputado Alencar Santana (PT), a Comissão de Infraestrutura (CI) realizou, em 2013-2014, ao todo, 36 reuniões, incluídas as ocorridas em conjunto com outras comissões.

Conselho Gestor das PPPs e os resultados em 2012 e 2013

Os deputados membros da CI, em oportunidades diferentes, ouviram representantes de empresas públicas e privadas, assim como de agências reguladoras, questionando a qualidade e a gestão de serviços de transporte e de telefonia, entre outros.

Em 12/6/2013, foram ouvidos o diretor executivo e o de investimentos da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), acerca das obras do Rodoanel Leste. No mesmo mês, convidou-se o presidente da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) para prestar informações sobre a decisão da companhia de não renovar as concessões de três hidrelétricas, de acordo com os termos da Medida Provisória 579, proposta pelo governo federal.

Já em setembro de 2013, Luiz Antonio Carvalho Pacheco, diretor-presidente da Companhia do Metropolitano (Metrô), discu-

> Da esquerda para direita: (1) Reunião da Comissão de Infraestrutura; (2) Alencar Santana na presidência da CI







Audiência pública discute contaminação do solo da USP Leste **Destaque**: Membros da Comissão de Meio Ambiente

tiu com os deputados assuntos como o acidente ocorrido na linha 3-Vermelha em 5/8/2013 e as licitações e contratos firmados com a empresa Siemens, especialmente em relação às denúncias feitas pela referida empresa ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Estes últimos temas foram ainda pauta da reunião que recebeu Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira, diretor-presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Em dezembro, representantes das empresas prestadores de serviços de telefonia Vivo, OI, Tim e Claro, foram convidados pela CI para prestar esclarecimentos sobre as causas do grande volume de reclamações por parte dos consumidores de seus serviços, bem como as propostas que têm a oferecer para resolver esses problemas.

Em 2014, a Comissão de

Infraestrutura realizou audiência pública para debater os riscos de

racionamento no fornecimento de água nos municípios de São Paulo, imediações de Sorocaba, Campinas e Baixada Santista. No dia seguinte, a comissão recebeu José Aníbal, que, cumprindo obrigação constitucional, prestou contas de sua gestão relativas ao último quadrimestre de 2013 à frente da Secretaria de Energia.

A comissão recebeu também, em 3/6/2014, o diretor da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), José Milton Dalari, para tratar do processo de regularização urbana do Sítio São Francisco, no bairro dos Pimentas, em Guarulhos.

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Presidida pelo deputado Beto Trícoli (PV), a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) realizou 16 reuniões durante o biênio 2013-2014, além de oito eventos em conjunto com outras comissões permanentes da Assembleia Legislativa.

Em 29/10/2013, a comissão ouviu representantes da Universidade de São Paulo (USP), da (Cetesb) e da empresa contratada para mapear possíveis locais contaminados no campus localizado na zona leste da capital. Por iniciativa da CMADS, o secretário de Meio Ambiente, Bruno Covas, participou, em 11/6/2013, de audiência pública sobre o Projeto de Lei 249/2013, apresentado pelo Executivo para autorizar a concessão para a exploração dos parques estaduais de Campos do Jordão, Cantareira e Jaraguá e da Estação Experimental de Itirapina, naquele município, e da Floresta Estadual de Cajuru, localizada em Altinópolis. A íntegra da propositura pode ser consultada no Portal da Assembleia.

Audiências públicas foram realizadas em 2014 para debater o projeto de lei que dispõe sobre os limites da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Juquery (PL 272/2010) e o que trata do Programa de Regularização Ambiental das propriedades e imóveis rurais, criado pela Lei federal 12.651/2012, e da aplicação da Lei Complementar federal 140/2011 no âmbito do Estado de São Paulo (PL 219/2014).

Saúde

Sob a presidência de Telma de Souza (PT), a Comissão de Saúde realizou, no último biênio, 52 reuniões, incluídos even-

Reunião da Comissão de Saúde

tos desenvolvidos em conjunto com outras comissões.

Em 2013, estiveram na pauta da comissão temas nacionais, como a análise de programas e metas do Ministério da Saúde, apresentada pelo então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em audiência que, entre outros assuntos, tratou da adesão de 583 municípios paulistas ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade de Atenção Básica (Pmaq).

Em dezembro daquele ano, foi a vez do secretário de Gestão do Trabalho e da Educação

do Ministério da Saúde, Mozart Sales, vir à Assembleia para tratar da aplicação do Programa Mais Médicos no Estado de São Paulo.

Antes disso, em setembro, duas audiências realizadas pela comissão trataram de problemas em equipamentos de saúde que afetam grandes parcelas da população em pontos diferentes do Estado. A primeira debateu as questões relacionadas ao atendimento no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC/ USP), em Bauru, também conhecido como "Centrinho", em especial o desmonte da equipe da Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais (Funcraf) que atua



naquele hospital, a consequente redução nos serviços prestados à população e outras implicações para os usuários e para a comunidade. A segunda tratou das questões trazidas ao conhecimento da Comissão de Saúde pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde de Itaquaquecetuba e que se referiam à crise enfrentada pelo Hospital Regional Santa Marcelina, fechamento do seu laboratório, baixa taxa de ocupação, recursos de repasse do SUS e dos demais governos, aplicação e gestão financeira.

Audiências públicas discutem problemas em equipamentos de saúde

Ainda ao longo de 2013, a Comissão de Saúde também recebeu e dialogou com representantes do Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Saúde no Estado (Sind-Saúde-SP), que vieram à Assembleia trazer as reivindicações dos servidores da saúde em greve.

Pequenos corações

Na véspera de se comemorar o Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita, celebrado em 12/6/2013, a Comissão de Saúde recebeu a organização não-governamental Pequenos Corações para falar sobre as expectativas de vida dos recémnascidos cardiopatas. Conforme

a representante da Ong, Marcia Adriana Rebordões, de cada cem bebês nascidos no Brasil anualmente um é cardiopata e nesse universo de 23 mil bebês, 80% deles necessitam de cirurgia e 13 mil não recebem o tratamento adequado. Para enfrentar essa questão, a Assembleia aprovou a Lei 15302/2014, de autoria do deputado Jorge Caruso (PMDB), que obriga todas as maternidades do Estado, públicas ou privadas, a fazer o Teste do Coraçãozinho (exame de oximetria de pulso) em todos os recém-nascidos após as primeiras 24 horas de vida e antes da alta hospitalar.

Entre as atividades desenvolvidas em 2014, a Comissão de Saúde realizou, em 12/8, audiência pública para analisar propostas visando à adoção de equiparação salarial em âmbito estadual entre as categorias profissionais de cirurgiões-dentistas e médicos.

Segurança Pública e Assuntos Penitenciários

Foram 15 as reuniões realizadas pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários (CSPAP), durante o biênio 2013-2014. Em conjunto com outras comissões, ocorreram, ainda, 14 eventos no período.

Para a prestação de contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas de secretarias estaduais, a CSPAP recebeu, em 7/3/2013, o secretário da Segurança Pública, Fernando Grella, e, em 25/9/2013, o secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes.

Combate à violência

Sob a presidência do deputado Adilson Rossi (PSB), a comissão realizou em 23/10/2013 uma audiência pública sobre a violência contra a mulher. Representantes de instituições que lutam pela defesa dos direitos das mulheres estiveram na Assembleia com cartazes que pediam o funcionamento das delegacias da mulher 24 horas por dia.

A deputada Ana Perugini (PT) lembrou que a Lei Maria da Penha significou uma grande conquista no combate à violência contra a mulher, mas que os dados ainda mostram um aumento do número de agressões, especialmente casos de estupro. Presente à audiência, Gislaine Ribeiro, diretora da Delegacia de Defesa da Mulher, afirmou que estão sendo realizados encontros para promover a articulação entre os órgãos de todas as esferas de poder, no sentido de melhorar o atendimento à mulher. No mesmo sentido, a representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Rosângela Rigo, destacou o programa federal Mulher, Viver Sem Violência, que estabelece a criação das Casas da Mulher



Membros da Comissão de Segurança debatem violência contra a mulher; **Destaque**: Público acompanha audiência pública

> Brasileira, que unificarão no mesmo espaço todos os serviços necessários para a defesa das vítimas de violência, como delegacia, serviço médico e psicológico e o serviço de apoio para a mulher se inserir no mercado de trabalho, de forma que possa garantir o seu sustento e tornar-se economicamente autônoma. O desembargador Otávio Augusto de Almeida Toledo, representando o Tribunal de Justiça de São Paulo na audiência, reiterou a importância dessa iniciativa e anunciou que o tribunal já assinou protocolo se comprometendo com a criação dessas casas. Parlamentares e convidados foram unânimes em reafirmar a necessidade de empenho de todo o Poder Público para o enfrentamento da violência contra a mulher, que continua

apresentando dados preocupantes. Entre 2000 e 2010, 43,7 mil

mulheres foram assassinadas em todo o país, e 41% dos assassinatos aconteceram na casa das próprias vítimas.

Transportes e Comunicações

Presidida pelo deputado João Caramez (PSDB), a Comissão de Transportes e Comunicações (CTC) realizou 67 reuniões, no biênio 2013-2014, incluídas as 13 que foram promovidas em conjunto com outras comissões.

Entre os eventos realizados, destaca-se a audiência pública com entidades ligadas ao setor de transporte de carga para reforçar antigo pleito da categoria: a aprovação do Projeto de Lei 885/2009, que cassa a inscrição no cadastro do ICMS das empresas flagradas com produto de roubo ou furto, independentemente de ser caracterizada re-

ceptação. Além de representantes de associações e sindicatos vinculados a empresas de transporte e a caminhoneiros autônomos, participou da audiência o diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), Wagner Giudice. O PL 885/2009 foi aprovado pelos deputados paulistas em dezembro de 2013 e sancionado pelo governador do Estado no início deste ano, transformando- se na Lei 15.315/2014.

Em 23/3/2013, a CTC recebeu em audiência Karla Bertocco Trindade, diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), para prestar esclarecimento sobre o sistema Ponto a Ponto, programa do Governo do Estado de São Paulo que prevê uma nova forma de cobrança de pedágio nas ro-

dovias paulistas, feita de forma eletrônica e com base no trecho percorrido pelo usuário.

No dia 27/03/2013, foi a vez de ser ouvido José Carlos diretor superin-Cassaniga, tendente da Concessionária Ecovias, com objetivo de esclarecer as condições em que ocorreu, em 22/2, o deslizamento de uma grande massa de lama misturada a rochas e matéria orgânica sobre a rodovia Imigrantes, no quilômetro 52. Já em 17/9/2013, a comissão recebeu Joaquim Lopes da Silva Júnior, diretor-presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), que prestou esclarecimentos acerca dos reajustes das tarifas de ônibus definidos pela empresa, em virtude da diferença em relação aos índices definidos pelo Metrô e pela CPTM e também das variações entre as linhas administradas pela EMTU, por exemplo, a linha de transporte do Corredor ABD, que

teve reajuste acima média. Tamda

em 26/11/2013, o diretor de redes da Vivo/Telefonica, Leonardo Capdeville, sobre os serviços prestados pela empresa, que, segundo os deputados,

Audiências discutiram telefonia celular, deslizamentos na rodovia dos Imigrantes e tarifas da EMTU, CPTM e Metrô

são péssimos. Para apoiar essa avaliação, os deputados citaram dados da Fundação Procon-SP, que colocam a empresa entre as que mais receberam recla-

mações em 2013, além de usarem a própria experiência para reclamar sobre queda de sinal, demora nos

Audiência pública da Comissão de Transportes Destaque: Técnicos da Artesp acompanham comissão atendimentos dos call centers, falta de clareza nas contas, entre outras falhas.

Em 18/3/2014, a diretora da Artesp voltou à comissão, anunciando novas datas para a entrega do Rodoanel Leste. Karla Bertocco informou que o encontro com as rodovias Ayrton Senna e Dutra aconteceriam, respectivamente, em junho de 2014. A obra foi inaugurada no dia 4/7/2014, faltando, no entanto, entrar em operação ainda um trecho de cerca de cinco quilômetros até a rodovia Presidente Dutra.

Ao longo de 2014, a comissão ouviu ainda representantes do Desenvolvimento Rodoviário S/A (Dersa) e do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER), além de representantes da América Latina Logística (ALL) e da operadora de telefonia Tim.





CPIs FOCAM TEMAS QUE AFETAM DIREITOS DO CIDADÃO

Em 2013, oito comissões parlamentares de inquérito foram instituídas. Entre elas, quatro deram continuidade aos seus trabalhos. As demais foram extintas. Das seis novas comissões instaladas em 2014, três já concluíram seus trabalhos.

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são uma das formas de o Poder Legislativo exercer sua função fiscalizadora. São criadas por Ato do Presidente para apurar fato determinado, mediante requerimento de pelo menos um terço dos parlamentares (32). Têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e no Regimento da Assembleia. Os temas que se encontram em investigação por CPI na Assembleia Legislativa são: as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados trotes, festas



e no seu cotidiano acadêmico: os serviços prestados pelas empresas de telefonia móvel no Estado de São Paulo; e as áreas contaminadas do Estado de São Paulo, com enfoque Condomínio principal no Barão de Mauá, no município de Mauá (dentre as empresas poluidoras FIAT e Magnetti Marelli) e Shopping Center Norte e Cingapura Zaki Narchi, no bairro Carandiru, no município de São Paulo.

A seguir, serão apresentados os temas tratados pelas comissões parlamentares de inquérito cujos relatórios forma aprovados no biênio 2013-1014.

CPI das Pessoas Desaparecidas

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar e apurar o desaparecimento de pessoas no Estado, presidida pelo deputado José Bittencourt (PSD), encerrou seus trabalhos em 2/4/2014, com a aprovação do relatório final.

O relatório do deputado Hamilton Pereira (PT) sugere o envio de diversas indicações, moções e ofícios a múltiplas autoridades dos governos estadual e federal, à Câmara dos Deputados e ao Senado e também a apresentação pela CPI de um projeto de lei.

Foi sugerida a criação de um sistema nacional de informações que integre todas as polícias dos estados da Federação e que o governo federal realize investimentos em um sistema eletrônico que integre as polícias à Rede Infoseg, da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Entre as sugestões está a de um projeto de lei que obrigue as rádios e televisões a divulgarem com rapidez e sistematicamente o desaparecimento de pessoas. Neste mesmo sentido, sugere o envio de ofícios para a TV Cultura e TV Alesp para que passem a

Membros da CPI dos Desaparecidos aprovam relatório final



fazer a divulgação de forma sistemática em sua programação.

A realização de censo periódico com cadastro de moradores em situação de rua, em manicômios, hospitais psiquiátricos e internos em comunidades terapêuticas para posterior cruzamento com cadastro de pessoas desaparecidas foi outro ponto apresentado.

Ao Congresso Nacional foi sugerida também a alteração de Lei federal 12.435, que instituiu o Sistema Único de Assistência Social, de forma a incluir a tipificação e regras para o atendimento dos familiares de pessoas desaparecidas pelos Centros de Referência da Assistência Social. Moção também para que o Congresso Nacional altere o Artigo 83 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) visando incluir os adolescentes na necessidade de autorização judicial para viajar fora da comarca onde residem, se desacompanhados dos pais ou responsáveis.

Ao governo estadual foi indicada a criação de delegacias especializadas de proteção à criança e ao adolescente. A adoção de um protocolo estadual para que as autoridades envolvidas na apuração do desaparecimento de pessoas sejam obrigadas a notificar imediatamente o desaparecimento para os portos, aeroportos, rodoviárias, polícias rodoviárias, estadual e federal e todas as companhias de transporte.

Banco de dados

Quanto à Lei estadual 15.292, de 2014, é feita a indicação para que o governo do Estado implemente a Política de Busca de Pessoas Desaparecidas e crie o Banco de Dados, para que as autoridades responsáveis pelo registro da ocorrência do desaparecimento ou pela investigação façam a inserção imediata das informações nesse banco de dados. O presidente da CPI

CPI sugere a criação de um sistema nacional de informações

apresentou, e foram acatadas, as seguintes sugestões: no momento do registro da criança que sejam também arquivadas as impressões digitais dos pais. Esta sugestão complementa a de se criar um banco de dados de DNA dos recém-nascidos. Bittencourt sugeriu a incorporação ao texto do relatório de projeto de lei, de sua autoria, que cria nos sites de órgãos públicos "atalhos" para acessar banco de dados de pessoas desaparecidas.

A CPI também acatou a ideia de fazer gestões para que projeto, de autoria do deputado Enio Tatto (PT), que cria a semana de mobilização e conscientização sobre o desaparecimento de pessoas, possa ser apreciado pelos deputados.

CPI das Autopeças

A CPI que investigou a "eventual cartelização do mercado de autopeças de reposição", presidida pelo deputado Fernando Capez (PSDB), votou e aprovou, em outubro de 2013, o relatório final apresentado pelo deputado Ramalho da Construção (PSDB).

Após ouvir representantes dos segmentos envolvidos (indústrias, montadoras e revendedoras de autopeças), a comissão concluiu que os depoimentos apontam para a existência de abuso (no registro) de desenho industrial perpetrado por algumas montadoras. Ao se constatar que as próprias razões das montadoras para embasar medidas adotadas contra as concorrentes do mercado independente são inconsistentes ou desprendidas da realidade, a CPI concluiu que há evidentes abusos cometidos pelas montadoras que, se valendo de um registro concedido pelo INPI, de maneira automática, dele fazem uso no mercado de reposição para restringir a concorrência, inclusive no âmbito de sua própria rede de concessionárias.

Resultados

O relator sugeriu, entre outras medidas, que seja elaborado projeto de lei que regulamente o fornecimento de peças pelas montadoras de veículos. Sugeriu também o encaminhamento de moção

que apela para os membros da Câmara dos Deputados para que seja apresentado e aprovado projeto de lei que disponha sobre o fornecimento de peças pelas montadoras de veículos. Os deputados presentes à reunião acolheram o relatório apresentado e acrescentaram o envio do relatório final à Polícia Federal para que o órgão intensifique as ações contra o contrabando e descaminho.

Em 2/1/2014, o governador Geraldo Alckmin sancionou o projeto de lei que disciplina a atividade dos desmanches de autos no Estado. Pelo texto aprovado pela Assembleia de São Paulo, as empresas terão de manter cadastro no Detran-SP e na Secretaria da Fazenda para comercializa-

Osvaldo Vergínio, Alcides Amazonas, Fernando Capez, Jooji Hato e Ramalho da Construção decidem sobre o relatório final rem peças automotivas. A Secretaria da Segurança Pública vai dispor em seu site a lista

Seguindo orientações de relatório, em 2/1/2014, governador sancionou lei disciplinando a atividade dos desmanches de autos

dos estabelecimentos regulares, além de uma ferramenta para incentivar denúncias de irregularidades.

CPI da Violência contra as Mulheres

Resultado da iniciativa do deputado Fernando Capez (PSDB), funcionou na Assembleia Legislativa em 2013 a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar as causas da violência praticada contra as mulheres, que teve como vice-presidente a deputada Heroilma Soares Tavares (PTB) e como relatora a deputada Rita Passos (PSD).

A CPI teve seu relatório final aprovado em 24/4/2014, indicando a criação de mais unidades de Delegacia da Mulher e estabelecimento de plantões de 24 horas nas delegacias existentes; criação de outros núcleos de atendimento em casos de violência sexual, como já existe no hospital Pérola Byington; aumento e capacitação permanente de servidores das áreas de segurança, justiça e saúde, capacitando principalmente os plantões das delegacias para a correta recepção e processamento de denúncia de crimes cometidos contra as mulheres que se enquadram na lei Maria da Penha; capacitação de servidores nas delegacias



para a correta formulação dos pedidos de medidas protetivas; ampliação de juizados, varas especializadas e anexos, na capital e interior, especializados em violência doméstica; ampliação do quadro de defensores públicos do Estado que atuem no núcleo especializado na defesa e proteção da mulher; agilização do programa Casa da Mulher Brasileira, do governo federal, que prevê a instalação de casas especializadas para atender mulheres em situação de violência.

Os temas abordados pela CPI foram o tráfico de mulheres para fins de prostituição e as condições de trabalho em fábricas clandestinas de confecção. No decorrer dos trabalhos da comissão também houve visitação a uma casa de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica.

Uma das atividades desenvolvidas pela CPI foi uma reunião, dia 5/11/2013, com representantes do Poder Judiciário, da OAB e da Secretaria da Justiça, que expuseram, sob a ótica desses

Estado registra 5 mil casos de violência por mês

órgãos, os fatores que resultam em violência doméstica.

Dia 4/12, houve outra reunião com especialistas, com o objetivo de reunir informações e conhecimentos técnicos a respeito da violência contra a mulher, visando à elaboração de projetos direcionados à proteção da mulher vitimizada.

A CPI também ouviu, em 19/3, os depoimentos da juíza

Ed Thomas, Leci Brandão, Analice Fernandes e Heroilma Tavares

Destaque: Juíza Maria Domitila Prado Manssur

Maria Domitila Prado Manssur, titular da 16ª Vara Criminal do Fórum Complexo Mário Guimarães e das representantes da ONG Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. A juíza informou que dos 47 casos iniciais atendidos pela 1ª Vara especializada em violência contra a mulher, hoje são quase nove mil processos na 1ª Vara e nas outras seis varas existentes na capital. Com atendimento feito por uma equipe multidisciplinar.





Delegacia das Mulheres

Quanto ao funcionamento das delegacias das mulheres, Domitila ressaltou que a 2ª Delegacia da capital vem realizando um trabalho multidisciplinar, que conta com assistente social e psicólogo em sua composição. Ela ressaltou que é necessário que os plantões sejam ampliados e possam atender os casos em finais de semana e feriados nas várias delegacias. São registrados cinco mil casos de violência por mês no Estado.

Com relação ao questionamento da deputada Leci Brandão, Maria Domitila afirmou que é necessário um esforço conjunto na divulgação dos direitos da mulher e dos recursos disponíveis para as vítimas e que os meios de comunicação deveriam estar envolvidos neste esforço, não só relatando os casos graves, mas ajudando a mudar a cultura machista que ainda impera no país.

Mulas do tráfico

Natalia Duo e Lucia Sestokas da ONG Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, que trabalha com o projeto Estrangeiras que dá apoio a mulheres nessa condição presas no país, destacaram que 95% das mulheres que hoje estão nos presídios do Estado foram envolvidas pelo tráfico de drogas e a maioria como "mulas", ou seja, foram usadas para o transporte internacional de drogas.

As representantes da ONG destacaram que quase a totalidade das prisioneiras está na base da estrutura do tráfico e são abandonadas pelas quadrilhas sem nenhuma assistência, ficando totalmente desamparadas.

CPI da Compra e Venda de Ingressos

Constituída em 2014, a Comissão Parlamentar de Inquérito teve a finalidade de investigar problemas relacionados à compra e venda de ingressos para eventos musicais, esportivos e de lazer em geral, realizados no Estado de São Paulo. O relatório final, aprovado em 5/8/2014, decidiu propor gestões junto ao Colégio de Líderes desta Assembleia Legislativa, no sentido da aprovação do Projeto de Lei nº 478, de 2012. O projeto, de autoria de Mauro Bragato (PSDB), deputado que presidiu a CPI, disciplina a cobrança de taxa de conveniência ou similar e a concessão de exclusividade aos clientes de patrocinadores ou de qualquer parceiro comercial pelas empresas prestadoras de serviço de venda de ingressos no Estado.

Segundo a relatora da CPI, deputada Célia leão (PSDB), confirmaram-se as denúncias de inúmeras irregularidades no modo de operar a compra e a venda de ingressos nos eventos realizados no Estado de São Paulo, conforme foi

exaustivamente comprovado pelos depoimentos, além da farta documentação produzida durante os trabalhos da comissão. O relatório foi encaminhado a órgãos públicos estaduais e federais, assim como às Fundações de Proteção ao Consumidor de âmbito estadual e municipal e ao Instituto Brasileiro do Consumidor (Idec), entre outros órgãos de defesa do consumidor.

CPI das Tarifas dos Pedágios

Instalada com a finalidade de investigar se os valores das tarifas cobrados pelas concessionárias nas rodovias paulistas estão em consonância com os critérios definidos nos editais de licitação, propostas e contratos, e com a lei federal que rege as concessões de obras e serviços públicos, a CPI dos Pedágios foi concluída em 27/8/2014, com a aprovação, por seis votos contra dois, do relatório final elaborado pelo deputado Davi Zaia (PPS).

Com base em exaustiva documentação enviada pelas concessionárias, Tribunal de Contas do Estado, Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) e Procuradoria-Geral do Estado, além das oitivas de profissionais do setor, servidores públicos, autoridades públicas, sindicalistas e técnicos, o relatório propõe encaminha-

mentos e recomendações e afirma que não se constatou "nenhum indício concreto de irregularidade nos cálculos de elaboração das tarifas de pedágios do Estado de São Paulo". A bancada do PT apresentou voto em separado contestando o relatório de Zaia.

A CPI, presidida pelo deputado Bruno Covas (PSDB), recomendou ao governador do Estado, no sentido de que a Procuradoria-Geral do Estado e a Corregedoria-Geral da Administração do Estado acompanhem eventuais aditivos aos contratos de concessão; e para que a Secretaria de Logística e Transportes reveja e altere os valores de tarifas sobre o transporte de cargas especiais, em especial a

especiais, em especial a Tarifa Adicional de Pedágio (TAP). Recomendou-se ainda, tanto ao governo do Estado quanto à Artesp, que promovam estudos que possibilitem a redução das tarifas de pedágio, seja pela diminuição do impacto dos impostos, seja pelo aprimoramento das ferramentas de gestão e eficiência administrativa. Nesse sentido, o rela-

Reunião da CPI dos Pedágios Destaques da esquerda para direita: (1) Presidente da CPI Cauê Macris; (2) Antonio Mentor lê o voto em separado



tório recomenda também ao governo federal estudos para a redução de alíquotas dos impostos federais, particularmente, o PIS/Cofins incidente nas tarifas de pedágio.

Em outras recomendações, o relatório da CPI pede que a Artesp invista em seu quadro de funcionários, promovendo concursos públicos para a contratação de técnicos qualificados com salários que sejam compatíveis com os do mercado.

CPI do Trabalho Escravo

A CPI constituída com a finalidade de apurar a exploração do trabalho análogo ao de escravo em atividades econômicas de caráter urbano e rural no âmbito do Estado de São Paulo foi presidida pelo deputado Carlos Bezerra (PSDB) e, em 22/10/2014, após seis meses de trabalho, aprovou o seu relatório final, com um conjunto de 30 indicações, seis requerimentos, cinco projetos de lei, quatro recomendações à Assembleia Legislativa e 13 moções.

De acordo com o relatório, apresentado pela deputada Leci Brandão (PCdoB), foram identificados, como setores prioritários para a investigação, o têxtil e o da construção civil. E, em vista de a CPI ter conseguido investigar apenas as denúncias de trabalho escravo na área têxtil, o relató-

rio indica a abertura de nova CPI que investigue empresas da construção civil e apela para que sindicatos patronais do setor assinem o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, já que a construção civil está entre as áreas com menor adesão ao acordo.

Foram apresentados requerimentos, indicações e projetos de lei para coibir a exploração criminosa

Plano Estadual

Outra indicação aprovada pede a execução do Plano Estadual de Enfrentamento e Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo, elaborado pela Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae/SP), instituída pelo Decreto 57.368/2011, no âmbito da Secretaria da Justiça e da Defesa da cidadania. A ideia é que o Executivo traga ao conhecimento do Legislativo paulista um monitoramento anual, com números e dados estatísticos sobre essa atividade em São Paulo.

O relatório aprovado também solicitou maiores investimentos na 1ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa, para que haja atuação específica no combate ao trabalho escravo.

Indicações encaminhadas a órgãos federais pedem também o controle e o cumprimento, em todos os postos de embarque terrestre e de fronteira internacional, das regras para viagens de crianças e adolescentes, tendo em vista as denúncias de tráfico humano levadas à CPI.

Outros requerimentos solicitam nova fiscalização nas empresas acusadas de envolvimento com trabalho análogo ao de escravo nos últimos cinco anos e que não tenham sido novamente fiscalizadas pelo Poder Público. Documentos nesse sentido foram dirigidos ao Ministério Público Federal e à Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo. Um, especificamente, será encaminhado ao Ministério Público do Trabalho para que fiscalize o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Zara e aplique as multas decorrentes de infrações verificadas pela CPI. A empresa teria descumprido a obrigação assumida de informar toda e qualquer irregularidade trabalhista em sua cadeia produtiva.

Ações no Parlamento

Proposituras com tramitação na Assembleia Legislativa e que atendam às necessidades do trabalhador vítima de traba-



lho escravo no âmbito do Estado de São Paulo receberam o apoio da CPI, entre elas a que cria uma política uniformizada de atendimento às vítimas de trabalho escravo; a que propõe a constituição de cooperativas de trabalhadores da confecção, que poderiam funcionar em parceria com instituições públicas e setores da sociedade civil; e dois projetos de lei de autoria do presidente da CPI, Carlos Bezerra, que tratam da criação de um programa de microcrédito paulista para cooperativas de imigrantes, e de incentivos econômicos, tributários e concorrenciais na con-

tratação com o serviço público estadual, para as

empresas do setor têxtil que, de forma transparente, comprovarem a idoneidade de toda sua cadeia produtiva.

Em outra recomendação, os deputados integrantes da CPI referiram-se à necessidade de apreciação, com urgência, de projeto de lei, apresentado pelo deputado Marco Aurélio (PT), que prevê a suspensão da contagem dos 120 dias de prazo de funcionamento das CPIs, desde que se faça necessário e que unanimidade entre os membros da comissão.

Reunião da CPI do Trabalho Escravo da esquerda para direita: Leci Brandão, Carlos Bezerra Jr. e Hélio Nishimoto

Foram ainda aprovadas 13 moções que agradecem aos que colaboraram com os trabalhos da CPI: procuradores, juízes e desembargadores, auditores, defensores públicos, funcionários públicos, cônsul do Peru, além do padre Roque Patussi, do Centro de Apoio ao Migrante da Pastoral da Terra, e Leonardo Sakamoto, representante da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e coordenador da ONG Repórter Brasil.





OS FIOS DA MEMÓRIA

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" investiga os crimes cometidos pelo Estado durante o período da ditadura militar (1964-1985)

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, criada pelo Projeto de Resolução 879, em 10 de fevereiro de 2012, apura casos de mortos e desaparecidos políticos que nasceram no Estado de São Paulo ou que aqui foram vítimas da repressão operada por agentes do regime militar, entre 1964 e 1985. Durante esse período, o país sofreu intensa repressão e censura. Graves violações de direitos humanos foram praticadas por agentes públicos, contra aqueles que discordavam politicamente da ditadura.

Conforme o Dossiê 4, publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, mais de 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses depois do golpe. O documento aponta 436 mortos e desaparecidos políticos, uma quantidade não determinada de índios, 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.376 indiciadas por crimes políticos, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.952 militares atingidos, 1.188 camponeses e apoiadores assassinados, 4 condenados à pena de morte (que foi comutada) e milhares de exilados.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", criada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, foi a primeira comissão estadual a ser instituída no âmbito do Poder

Legislativo estadual com objetivo de investigar violações de direitos humanos ocorridas no Estado de São Paulo. Ela foi composta por dez deputados estaduais, sendo cinco membros efetivos e cinco substitutos. Foram titulares os deputados Adriano Diogo (PT), André Soares (DEM), Ed Thomas (PSB), Marco Zerbini (PSDB) e Ulysses Tassinari (PV). Os suplentes foram Estevam Galvão (DEM), João Paulo Rillo (PT), Mauro Bragato (PSDB), Orlando Bolçone (PSB) e Regina Gonçalves (PV). A presidência da comissão foi exercida pelo deputado Adriano Diogo (PT).

As tarefas da comissão foram esclarecer os fatos e as circunstâncias de casos de graves violações de direitos humanos, dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria. Também procurou identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade.

A comissão paulista buscou especificamente informações para ampliar os perfis de 187 das vítimas da repressão política, com base no Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. O trabalho, enviado à Comissão Nacional da Verdade, abrangeu os que nasceram e/ou morreram em São Paulo, ou tiveram parte significativa de

sua militância política nesse Estado (167 pessoas), e parte (20) dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia que não tinham vínculo com este Estado.

149 audiências realizadas

Em novembro de 2014, a Comissão da Verdade publicou seu relatório parcial, no qual se registra a realização de 149 audiências públicas para coleta de depoimentos, compilação de documentos e oitiva de testemunhas, priorizando os 167 casos de mortos e desaparecidos políticos ou assassinados no Estado de São Paulo e os 20 casos de desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia. Nesses casos, partindo do acervo de informações já acumulado pelos organismos de direitos humanos e pelos familiares, a comissão aprofundou algumas linhas de investigação dos crimes cometidos pelos agentes públicos contra opositores políticos, tais como sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, apontando também as circunstâncias desses crimes e a autoria dos mesmos.

A comissão deu total publicidade aos seus atos. Produziu 12 videobiografias de mortos e desaparecidos políticos, que estão disponíveis em seu canal no Youtube. Os eventos promovidos foram sempre abertos ao público e transmitidos pela internet e pela TV Alesp, com disponibilização das gravações em canal especí-

fico no Youtube e das transcrições das audiências. Segundo o relatório, as transcrições não se destinaram apenas a obter informações sobre os casos investigados, mas também garantir um espaço legal e institucional



de elaboração e narrativa para as vítimas das violações de direitos humanos. Ou seja, "assumiram função primordial de conferir voz às vítimas e de empoderar os grupos de sobreviventes. Foi marca desta comissão a centralidade na figura das vítimas e sobreviventes, mediante o reconhecimento oficial da versão da história reconstruída pelos familiares em sua longa luta como ponto de partida dos trabalhos de investigação".

Outros pontos a serem destacados da ação da comissão são a reunião de pistas que permitem a busca do paradeiro dos corpos de desaparecidos, a identificação e localização de agentes públicos apontados como responsáveis pelas violações de direitos humanos e o encaminhamento de requerimentos de documentação aos órgãos oficiais com o objetivo de complementar os relatos pessoais sobre os casos. Depois de realizado o registro de cada caso e a oitiva dos testemunhos, foram convidados e convocados a prestar depoimentos alguns agentes públicos apontados como autores ou cúmplices das violações de direitos humanos.



Suzana Lisboa e Adriano Diogo

Como diz o presidente da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva", deputado Adriano Diogo: "A Comissão da Verdade não pode ser vista como um movimento isolado da sociedade. Ela é o produto de uma luta. Então, nem o Estado brasileiro, nenhum partido político, nenhum governo pode ser única e exclusivamente o canal de representação da sociedade. A Comissão da Verdade, tanto a Nacional, criada na forma da lei. como as estaduais e as municipais [...] são o produto da luta, da resistência do povo brasileiro. O término dos trabalhos das Comissões da Verdade não representa um ponto final para o processo de justiça de transição. A luta por memória, verdade, justiça e pela reforma das instituições prossegue. Esperamos que esse relatório sirva como mais um instrumento da resistência".

Publicações

A conclusão dos trabalhos da CEV "Rubens Paiva", em março de 2015, se efetiva com a apresentação do relatório final, integrado por capítulos temáticos, os perfis dos mortos e desaparecidos políticos de São Paulo, as transcrições das audiências públicas e os documentos analisados. A Comissão já havia divulgado ao público três publicações: a primeira sobre a Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (2013), com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil, conhecido como Caso Araguaia; "Bagulhão": a voz dos presos políticos contra os torturadores (2014), que apresenta denúncia, feita pelos presos políticos de São Paulo em 1975, do sistema de repressão e dos nomes e/ou codinomes de 233 torturadores; e o livro Infância roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil (2014), que foi fruto do ciclo de audiências Verdade e Infância Roubada, realizado em maio de 2013, nas quais foram registrados relatos de pessoas que foram torturadas quando crianças ou que assistiram à tortura em seus pais, fichadas como terroristas ou banidas pela ditadura militar.

Revisão da Lei da Anistia

Um dos alvos da Comissão da Verdade foi provocar mobilização e questionamentos em relação aos bloqueios à justiça e à verdade. Na avaliação dos seus membros, a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal à Lei 6.683 de 28 agosto de 1979, a Lei de Anistia, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, em 2010, reforçou as políticas de esquecimento e de impunidade. Portanto, a recomendação da comissão vai na direção da revisão da interpretação dessa lei, obedecendo à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Araguaia, para que possam ser responsabilizados criminalmente os agentes da repressão.

A referida sentença do Supremo Tribunal Federal adotou a interpretação de que a anistia se estendeu aos torturadores. Desse modo, ela não só feriu frontalmente a verdade histórica (pretendendo que a lei fora fruto de um amplo pacto social), como manteve um dos mais nefastos legados da ditadura, a impunidade dos crimes contra a humanidade.

"A falta de responsabilização jurídica ocorreu, de modo geral, em todos os governos democráticos que sucederam a ditadura. Estes assumiram discursos que, a pretexto de uma 'reconciliação', significaram o silenciamento das demandas por justiça das vítimas, em nome da governabilidade da jovem e supostamente frágil democracia, impondo, na constituição do novo regime, uma política de esquecimento", diz o relatório parcial.

Por outro lado, a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil (o chamado caso Araguaia) não deixa dúvida sobre a obrigação jurídica do Es-

tado brasileiro de adotar um entendimento mais abrangente sobre os crimes da ditadura militar. A CEV "Rubens Paiva" realizou uma audiência pública sobre o caso e publicou em livro a sentença 11. A decisão, de 24 de novembro de 2010, em seus pontos resolutivos, previstos no parágrafo 325, estipula a nulidade da Lei de Anistia brasileira no tocante às disposições "que impedem a investigação e a sanção de graves violações de direitos humanos", no caso dos mortos na Guerrilha do Araguaia e em "outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil" (parágrafo 325.3).

A Corte Interamericana de Direitos Humanos notificou o Estado brasileiro acerca do não cumprimento da sentença por meio de Resolução de 17 de outubro de 2014, publicada em 1º de dezembro de 2014. Nesta resolução se determina, entre os principais pontos, que a Lei de Anistia brasileira e seus efeitos não continuem sendo um obs-

(1) Fábio Konder Comparato, Rosa Maria Cardoso da Cunha e Adriano Diogo; (2) Valdemar Martins de Oliveira, Ivan Seixas, Adriano Diogo e Belisário Santos Júnior táculo para a investigação das violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura militar; que se faça a responsabilização penal dos agentes públicos, sendo necessária a remoção dos impedimentos judiciais como a prescrição, o entendimento judicial acerca da Lei de Anistia e a incompreensão sobre o alcance e os efeitos da sentença da Corte; a realização de buscas, localização e identificação dos desaparecidos políticos para que os familiares e toda a sociedade possam saber o que aconteceu na Guerrilha do Araguaia; a tipificação do delito de desaparecimento forçado; a realização de ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional por parte do Estado brasileiro.

A CEV realizou uma audiência sobre a sentença em 10 de junho de 2013, bem como outras vinculadas à questão: em 8 de março de 2013, sobre as mulheres desaparecidas e, em 12 de abril do mesmo ano, sobre os guerrilheiros com vínculos com São Paulo. A Comissão tinha consciência de que o universo dos atingidos pela ditadura é ainda maior e realizou audiências que abordaram as vítimas anônimas da repressão,

que tiveram seus direitos violados pelos órgãos de segurança e outras instituições públicas. Outra categoria foram as crianças: a elas foi dedicada uma série de audiências da CEV "Rubens Paiva", que gerou uma das publicações: Infância roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. Essas vítimas, na maioria filhas de militantes políticos, foram "mantidas em cárceres clandestinos, nascidas em cativeiros, torturadas ou ameaçadas [...] outras chegaram a ser torturadas mesmo antes de nascer, ou assistiram à tortura em seus pais ou, então, viram seus pais serem assassinados".

As dimensões arquitetônicas, urbanísticas e museológicas da memória também foram preocupação da CEV "Rubens Paiva", o que se refletiu no capítulo deste Relatório "Locais da memória, Arqueologia da repressão e da resistência e locais de tortura", fruto das audiências públicas sobre o assunto e de atos como o da ocupação cultural do antigo DOI-Codi de São Paulo na data simbólica de 31 de março de 2014, em que alguns comemoraram os 50 anos do golpe de 1º de abril.





As recomendações gerais da Comissão da Verdade

Medidas de memória e verdade – entre as recomendações da Comissão da Verdade estão a criação de memoriais para as vítimas da ditadura e de políticas públicas voltadas a difusão da história do período da ditadura no Brasil, a criação da Comissão Permanente de Investigação dos Crimes da ditadura militar e suas consequências nas políticas atuais do Estado e na vida social e o pedido oficial de desculpas pelo Estado brasileiro à Organização das Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos, à Organização Internacional do Trabalho e à Anistia Internacional pela violação do princípio da boa fé nas relações internacionais e da prevalência dos direitos humanos, em razão das informações falsas sistematicamente prestadas pelo Estado brasileiro nas denúncias contra os crimes da ditadura militar.

Medidas de justiça - Cumprimento integral pelo Estado brasileiro da Sentença da Corte Interamericana no Caso Gomes Lund e Outros - Guerrilha do Araguaia (Caso 11.552); Descriminalização dos movimentos sociais, suas ações e ativistas; Encaminhamento ao Ministério Público Federal das informações coletadas acerca da prática de tortura por agentes do Estado, com vistas à apuração e responsabilização criminal e civil dos perpetradores dessas gravíssimas violações de direitos humanos; Localização, identificação e entrega aos familiares, para sepultamento digno dos restos mortais dos mortos e desaparecidos que foram assassinados pelos órgãos de repressão política e cujos corpos foram ocultados; Responsabilização penal, civil e administrativa, inclusive com perda de cargo, de todos os agentes públicos que, por ação ou omissão, contribuíram para as violações perpetradas pela Ditadura Militar, como juízes, promotores de justiça, agentes policiais e outros, que apesar de cientes

das denúncias não se empenharam em garantir a segurança e a vida dos presos, ao não tomar as devidas providências, não solicitando investigacão das denúncias.

Reformas legislativas - Ratificação da Convenção Sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade, adotada pela Resolução 2391 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 26 de novembro de 1968; Revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei 7170 de 14 de dezembro de 1983); Aprovação de novo Estatuto de Estrangeiro, que revogue a Lei 6815, de 19 de agosto de 1980; Revogação da Lei 667/1969 e do Decreto 88.777/1983 (R.200), que regem a organização, o efetivo, o emprego e o funcionamento das Polícias Militares no Brasil.

Reformas institucionais - Instituição e fortalecimento da educação e da formação contínua em Direitos Humanos das polícias e forças militares e de segurança pública do país, incluindo o estudo da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e Outros - Guerrilha do Araguaia, bem como aos juízes, serventuários da justiça, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público; Criação de um programa de capacitação de juízes, serventuários da justiça, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público sobre o sistema regional e os internacionais dos direitos humanos, bem como sobre os tratados e convenções assinados e/ou ratificados pelo Estado Brasileiro para atuação nas demandas que se referem ao período da Ditadura Militar; Extinção da Justica Militar; Fim dos autos de resistência ou de "resistência seguida de morte"; e Desmilitarização da Segurança Pública, desvinculação da Polícia Militar do Exército e sua submissão à coordenação do Ministério da Justiça.

Frentes Parlamentares)))

FRENTES PARLAMENTARES MOBILIZAME COORDENAM ACÕES

Frentes defendem objetivos e temas de interesse de diversos setores da sociedade

Existem atualmente na Assembleia Legislativa de São Paulo 103 frentes parlamentares em funcionamento. Vinte delas foram criadas em 2013, incorporando novos temas como a Defesa do Setor Sucroenergético; Difusão da Lei de Transparência; Defesa dos Caminhoneiros Autônomos Possuidores de um Único Caminhão; Apoio aos Skatistas e Praticantes de Esportes Radicais; Barateamento da Tarifa do Transporte Público no Estado de São Paulo; Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de São Paulo; Desoneração Tributária dos Medicamentos; Apoio à Exploração de Gás Natural no Estado de São Paulo; Apoio à Extensão Rural; Defesa dos Trabalhadores em Transporte; Defesa dos Municípios Canavieiros do Estado de São Paulo; Defesa da Produção

Hab



Orgânica e Desenvolvimento da Agroecologia; Defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outros.

Em 2014, deputados tomaram a iniciativa de criar a frente parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo; a pelo Acesso e Uso da Bicicleta; "Guarulhos quer Metrô", e a de Apoio à Cadeia Produtiva do Ovo no Estado.

As frentes parlamentares são uma forma de os deputados organizarem grupos em torno de interesses comuns. Com caráter suprapartidário, esses agrupamentos têm sido muito empregados nos últimos anos para mobilizar, organizar e coordenar ações em prol de objetivos ou de temas importantes para diversos setores da sociedade. Leia, a seguir, algumas atividades desenvolvidas pelas frentes entre fevereiro de 2013 e novembro de 2014.

Defesa das escolas de educação especial

Cerca de 300 representantes das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) do Estado, voluntários e familiares que revindicaram a rejeição da proposta da Conferência Nacional de Educação (Conae), que obriga o atendimento edu-

Representantes de Apaes lotaram auditório Franco Montoro durante ato em defesa das instituições

cacional a pessoas especiais de 4 a 17 anos na rede pública, foram recebidos no dia 7/8/2013 pelo deputado Ed Thomas (PSB).

Durante o ato realizado na Assembleia Legislativa, os voluntários pediram apoio político dos deputados estaduais para que o Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020), que tramitava no Congresso Nacional desde dezembro de 2010, não fosse aprovado.

O PL federal 8.035 traça

20 metas de ensino, entre elas a de universalizar na rede regular de ensino o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Na prática, a proposta elimina as Apaes e as funções educativas especializadas que elas desenvolvem.

De acordo com Ed Thomas, presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Apaes de São Paulo, as associações são exemplares e funcionam como ponto de referência em muitas cidades.

Os manifestantes disseram "não à inclusão radical", mostrando o descontentamento com a possibilidade de fechamento das Apaes e afirmando que têm o direito de escolher onde suas crianças irão estudar. Também presente à reunião, o deputado João Paulo Rillo (PT) ressaltou o papel da Assembleia no debate do assunto junto ao Senado, visto que a votação é de âmbito federal e não estadual.

Ao todo, 258 Apaes e 37 entidades assistenciais têm convênio com o Estado. Todas oferecem





atendimento pedagógico e educacional a crianças e jovens com deficiência motora, visual, mental ou auditiva, além de autistas.

Sugestões para baratear o transporte público

No lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Bareatamento da Tarifa do Transporte Público, realizado no dia 6/11/2013, na Assembleia Legislativa, os seus integrantes defenderam a desoneração do setor, melhor infraestrutura no sistema e mais integração entre as esferas de governo.

Coordenador da frente, o deputado Gerson Bittencourt (PT) lembrou que as manifestações públicas de rua pleitearam o recuo do aumento das tarifas dos ônibus urbanos e fomentaram a adoção de políticas públicas para o setor. Ele louvou o aumento das faixas exclusivas para ônibus na capital e o anúncio de mais investimentos,

por parte do governo federal, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da mobilidade urbana e a autorização dada pela Assembleia Legislativa para que o governo do Estado possa obter financiamentos para investimento em transporte público.

Os números revelam considerável aumento de usuários de ônibus e metrô após a implantação do sistema do Bilhete Único nas cidades de São Paulo, Campinas e Guarulhos, segundo o parlamentar. Ele defendeu um pacto entre as esferas de poder para o barateamento da tarifa. No plano federal, Bittencourt propõe que haja uma diminuição na incidência do INSS, e que seja zero a incidência sobre o faturamento do PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)sobre veículos,

chassis e carrocerias, pneus, câmaras, diesel e energia elétrica.

Na esfera estadual, redução do ICMS sobre diesel, veículos, pneus, câmaras e demais itens congêneres do setor. Já os municípios poderiam zerar a incidência do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) incidente sobre as garagens e eliminar a taxa de gerenciamento existente. Ainda segundo Bittencourt, a implantação de corredores exclusivos, reestruturação das redes, monitoramento e fiscalização da operação, modernização e expansão do sistema metro-ferroviário podem representar redução significativa das tarifas.

O deputado Alcides Amazonas (PCdoB), também integrante da Frente, declarou que "a tarifa cobrada atualmente é realmente

Elmer Japonês, Juarez Bispo, Alcides Amazonas, Gerson Bittencourt, Joaquim Lopes, Daniel Teles e vereador Alemão; **Destaque:** Gerson Bittencourt e Joaquim Lopes



cara, se verificarmos a qualidade do transporte que é oferecido à população". Ele defendeu que os recursos do Pré-Sal sejam destinados para o setor.

Também do PCdoB, a deputada Leci Brandão discorreu sobre distorções do setor. Ela entende que há distinção de tratamento na prestação do serviço de transporte, o que prejudica a população mais carente.

O presidente da EMTU, Joaquim Lopes, também defendeu a desoneração do setor, redução do valor do custo da energia e do diesel, que, segundo ele, tem aumentado mais que a gasolina ultimamente.

Direitos dos doentes de tuberculose

A Frente Parlamentar contra a Tuberculose, presidida pelo deputado Adriano Diogo (PT), promoveu, dia 21/11/2013, debate com especialistas sobre ações para o controle da doença e a elaboração de dois projetos de lei que garantem assistência alimentar e

isenção tarifária para os deslocamentos dos doentes no Estado.

Na abertura do encontro, a deputada Leci Brandão (PCdoB) fez um relato do preconceito que existia em relação ao doente com tuberculose e como, com o passar dos anos, a doença caiu no esquecimento. Ela conclamou uma ação conjunta para erradicar a doença no Estado e para que seja garantida a assistência a quem já a desenvolveu.

Para Adriano Diogo (PT), é necessário um olhar atento e envolvimento das diversas esferas de governo com a doença. O deputado lembrou a situação dos imigrantes latinoamericanos que vivem em condições precárias no Estado de São Paulo. Segundo ele, é fundamental chamar a atenção para a doença, que não está vencida.

Exclusão social

Vera Maria Neder Galesi, coordenadora do Programa de Tuberculose do Estado de São Paulo, ressaltou que a doença tem um forte vínculo com a desigualdade social e, em razão disso, embora as ações médicas consigam reduzir a mortalidade e aumentar os índices de cura, não se consegue diminuir o aparecimento de casos novos, que estão vinculados à condição de vida do indivíduo.

Manifestação do bacilo de Koch tem forte vínculo com a desigualdade social

Outro aspecto apresentado pela coordenadora é que, por se tratar de uma doença antiga e controlada, a mídia praticamente não fala sobre o assunto. A cada ano, são 19 mil novos casos relatados no Estado. Para a especialista, enquanto não melhorar a qualidade de moradia e de vida da população, a doença encontrará

Reunião da Frente Parlamentar Contra Tuberculose



um meio fértil de propagação.

A apresentação do esboço de dois projetos de lei foi feita por Nadja Faraone. Pela proposta, fica assegurada a concessão de cesta básica, suplementação e complementação nutricional, alimentação adequada à condição de morador em situação de rua e privados de liberdade.

Para os especialistas, é necessário garantir o suporte nutricional, além de direitos como o diagnóstico na rede de serviços de saúde próxima da residência do doente; exame de baciloscopia para diagnóstico da tuberculose pulmonar com resultado em 24 horas; explicações e orientações sobre a doença e tratamento; e consulta médica mensal e tratamento diário diretamente observado, no serviço de saúde, no domicílio ou em local combinado, durante o tratamento. Na proposta, está também garantida para o doente e seu acompanhante, quando necessário, a isenção de tarifa durante o deslocamento para a unidade de saúde e seu regresso à residência.

Frente discute modelos jurídicos dos institutos de pesquisa

Em 25/11/2014, a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo, coordenada pelo deputado Carlos Neder (PT), promoveu a discussão de formatos jurídicos para as instituições públicas. Para fazer um apanhado das diversas formas jurídicas sob as quais se encontram institutos e fundações públicos, a frente convidou a advogada Lenir Santos. Ex-procuradora da Unicamp e especialista em direito sanitário, ela fez um painel histórico e conceitual das fundações de direito público e de direito privado, autarquias e autarquias de regime especial. Colaboradora desde 2005 com estudos do Ministério do Planejamento nessa área, que abordam o estatuto da fundação estatal, Lenir defendeu essa modalidade. "Hoje é um absurdo termos institutos

de pesquisa dentro da estrutura da administração direta", ela avaliou. Para Lenir, esses institutos estariam mais bem contemplados sob o regime da fundação estatal, que ela define como mais flexível e com menos amarras burocráticas.

Para Lenir, a fundação mista, com participação do Estado e da iniciativa privada, também funcionaria para o setor de pesquisa. Segundo ela, não se deve temer a presença do setor privado, mas a contrapartida é que haja um Estado forte, capaz de controlar as atividades desenvolvidas no âmbito dessas fundações.

Participaram do debate também o coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), Orlando de Melo Castro; o presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Fernando José Landgraf; além do superinten-

Seminário "Desafios do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo e o Papel dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas"



dente da Superintendência de Controle de Endemias (Sucen); do presidente do Conselho Deliberativo do Hospital das Clínicas da FMUSP (autarquia especial); da diretora do Instituto de Saúde, e do diretor-adjunto do Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Projeto para o novo lamspe

A Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) e a Comissão Consultiva Mista (CCM) promoveram audiência pública, no dia 11/2/2014, para discutir a minuta de projeto de lei elaborada pelo governo do Estado para promover alterações no instituto.

"Bandeiras históricas da categoria, como a contribuição paritária de 2% por parte do governo, estão mal contempladas na minuta", afirmou Sylvio Micelli, presidente estadual da CCM. "Nela se diz que o governo deverá contribuir anualmente com recursos para o Iamspe, mas não diz de quanto será essa contribuição", completou.

Outro problema, segundo Micelli, está na estrutura administrativa proposta. Ele afirma que o Conselho Fiscal do Iamspe seria composto por três pessoas, todas indicadas pelo governo estadual. "Como esse conselho vai fiscalizar quem o nomeia?", questionou.

O presidente da CCM fez um cronograma resumido sobre a discussão da minuta, que foi encaminhada às entidades do funcionalismo pelo governo estadual em dezembro de 2013. Reunidas em 20 de janeiro, elas decidiram criar uma comissão "da qual a CCM faz parte" para redigir outra proposta para o que vem sendo chamado de "o novo Iamspe".

A importância de discutir emendas e alterações na minuta, ou eventualmente uma nova proposta, foi ressaltada pelo deputado Marcos Martins (PT), coordenador da frente parlamentar. "Isso é fundamental

para travarmos a batalha aqui no Legislativo, junto ao Colégio de Líderes e comissões", disse o parlamentar. Ele revelou-se preocupado com a possibilidade de que as mudanças no estatuto do Iamspe abram brechas para processos de terceirização e privatização.

Um problema apontado por Guilherme Nascimento, presidente do Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo e membro da comissão do funcionalismo que elabora proposta alternativa para o Iamspe, é a inclusão do plano de cargos e carreiras na minuta governamental. "O plano de cargos e carreiras deve ser discutido com os funcionários do Iamspe. São eles que conhecem os problemas da instituição", observou.

Maria Clara Paes, representante da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, fez críticas ao que chamou, ironicamente, de "pérolas da legislação" incluídas na minuta do governo estadual. Uma delas seria o fato de a porcentagem de contribuição dos inativos não estar definida no projeto, devendo ser definida anualmente e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Iamspe.

Para Micelli, a realização da audiência pública é uma forma de deixar o tema pautado na Assembleia Legislativa. "A lei do Iamspe é de 1970. Concorda-



Marcos Martins e Silvio Micelli em audiência com representantes de entidades do funcionalismo





(1) Reunião da frente parlamentar com representantes da ALL, em 3/4/2014; (2) Bento José de Lima, Mauro Bragato e Welson Gasparini

mos que ela precisa ser alterada, mas de forma condizente com as demandas do funcionalismo."

Defesa da malha ferroviária paulista

Em abril de 2013, os deputados que integram a Frente Parlamentar em Defesa da Malha Ferroviária, presidida pelo deputado Mauro Bragato (PSDB), ouviram o diretor de operações da estatal Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias, Bento José de Lima. A empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, tem concessão para a construção e operação da Ferrovia Norte-Sul.

O traçado da Ferrovia Norte-Sul interliga as regiões norte e nordeste ao sudeste e sul do país. O projeto da ferrovia tem a finalidade de minimizar os custos de transporte de longa distância no Brasil e permitir o escoamento da produção agrícola dessas regiões, através da conexão de mais de cinco mil quilômetros de ferrovias privadas. O trecho paulista da ferrovia pode utilizar estrutura da malha já existente.

Contudo, prefeitos e vereadores das cidades sob área de influência do traçado e representantes de sindicatos do seg-

mento ferroviário manifestaram suas preocupações com o eventual aproveitamento da antiga malha ferroviária paulista, resultante da privatização da Fepasa e hoje operada pela América Latina Logística (ALL). Os participantes da reunião apontaram para as indefinições e para a demora na implantação das modificações em relação ao projeto inicial.

Escoamento da produção agrícola é uma das metas

Bento José de Lima comentou que é possível que o aproveitamento da antiga malha aconteça, mas respeitando a realidade atual, uma vez que a produção agrícola da região foi muito ampliada.

O traçado da Ferrovia Norte-Sul entre Belém (Pará) e o município de Panorama (São Paulo) tem extensão de 3.100 quilômetros. Ainda estão sendo apresentados projetos que pretendem expandir a ferrovia até o porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. A Valec foi autorizada a realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para que possam ser prolongados mais 1.600 quilômetros.

O representante da Valec explicou que o projeto inicial da ferrovia previa a construção de 1.574 quilômetros de trilhos, atravessando os estados do Maranhão, Tocantins e Goiás. Mas, em 2006, foi incorporado o trecho Açailândia-Belém e, em setembro de 2008, o trecho foi estendido até a cidade paulista de Panorama.

Inicialmente o projeto seria interligado à ferrovia dos Carajás, em Açailândia, no Maranhão, e à ferrovia Centro Atlântica, em Anápolis. No entanto, foi modificado para atender a mais cidades, conectando-se, além do porto de Belém, à Ferrobran, em Estrela D´Oeste, em São Paulo, e depois à Panorama.

Em outra reunião da fren-

te parlamentar em 4/12/2013, Mauro Bragato relatou que a mobilização para a expansão do modal ferroviário no Estado e no Brasil tem sido contínua, e que esteve em Brasília para conversar sobre a expansão da Ferrovia Norte-Sul, mas lamentou a dificuldade de obter informações mais precisas do governo federal sobre o assunto.

Marco regulatório da mineração

De acordo com a Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, coordenada pelo deputado João Caramez (PSDB), e representantes do setor, desde 2010, havia uma expectativa em relação a um consenso em torno do Projeto de Lei federal 5.807/2013, que estabelece o marco regulatório da mineração.

No âmbito estadual, a Frente realizou em 20/12/2013, uma audiência com o secretário estadual do Meio Ambiente, Bruno Covas. A Frente, representada pelo deputado Itamar Borges, líder do PMDB, acompanhou os diretores do Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (Comin/ Fiesp e Sindeareia). A reunião foi realizada para tratar de uma nova resolução da mineração para o Estado de São Paulo, em substituição à Resolução 51, de 12/12/2006, e a Resolução SMA 130, de 30/2010. Segundo Itamar Borges, esse pleito é determinante para o fomento da mineração. "Uma nova resolução é necessária para simplificar e dar segurança e garantias ao setor", afirmou.

Em novembro a Frente Parlamentar esteve reunida em conjunto com o Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração (Comin) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Na pauta, as ações da Subsecretaria da Mineração, que é vinculada à Secretaria de Energia, e o PL 5.907/2013.

Na ocasião, João Caramez observou que os licenciamentos que a mineração tem de obter no exercício de suas atividades são ordenados por resolução interna pelos respectivos órgãos ambientais ou de patrimônio, por exemplo. "O melhor caminho, entretanto, é ordenar por projeto de lei, que é um instrumento transparente e democrático. Isso é uma prerrogativa da Assembleia Legislativa, e estamos dispostos a atuar nesse sentido", completou Caramez.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Samuel Moreira, participou da abertura do evento. Também vice-presidente da frente parlamentar, ele lembrou que o órgão cumpre um papel cada vez mais importante. "A mineração é uma atividade fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país. E os interesses do setor são legítimos, desde que comprometidos com a responsabilidade ambiental e à luz dos interesses da sociedade", afirmou.

Ações já realizadas

O setor que gera mais de 200 mil empregos no Estado comemorou a assinatura de uma resolução conjunta da Subsecretaria de Mineração da Secretaria de Energia com a Secretaria do Meio Ambiente, criando um grupo de trabalho que buscará políticas para inserção da mineração no processo de desenvolvimento e a agilização dos processos ambientais.

Também foi lembrada a assinatura de um termo de cooperação com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), para que se faça da melhor forma possível a transferência de competências para os entes federados, e de um convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, para a criação de uma câmara técnica da mineração no Vale do Paraíba.

Outro destaque nessa área é o Mapa da Produção Mineral do Estado de São Paulo, lançado no início de setembro, em ato na Assembleia Legislativa. "Esse mapa é a menina dos olhos para que tenhamos condições de trabalhar melhor, junto com a melhoria dos dados estatísticos", complementou Ricardo Moraes, superintendente do DNPM em São Paulo.

Fundo estadual

O geólogo Antônio Camargo, da subsecretaria, informou sobre a minuta de um projeto de lei que cria o Fundo Estadual da Mineração, dizendo que este "vai fortalecer e complementar as atividades do setor". Ele apontou ainda entre as ações técnicas da subsecretaria, a implantação do Sistema



Deputados e especialistas do ramo da mineração participam dos debates; **Destaque**: Presidente Samuel Moreira fala durante reunião da Frente Parlamentar de Apoio à Mineração

de Informações Minerárias do Estado de São Paulo (Simin), um banco de dados e aplicativos que mostram o perfil da mineração paulista, e o Ordenamento Territorial Geomineral (OTGM), que ele definiu como "uma ferramenta de política pública e um referencial para o compartilhamento de informações, negociações de conflitos e tomada de decisões".

A atividade mineradora em São Paulo apresenta o diferencial de se desenvolver em ambiente urbano e ter um faturamento que gira em torno de U\$ 1 bilhão por ano, o que coloca o Estado entre os três maiores produtores de riquezas minerais do país.

Defesa das vítimas da violência

A Frente Parlamentar Pró-Vítimas da Violência reuniu no dia 18/11/2013 representantes de entidades governamentais e da

sociedade

civil, além de familiares de vítimas de violência. O coordenador da frente, deputado Jooji Hato (PMDB), mostrou-se preocupado com os números da violência. "A cada dez minutos, um brasileiro morre vítima da violência. São 100 mil óbitos anuais, o que é um número de guerra", disse o parlamentar, que lembrou ainda que o Estado de São Paulo lidera essa estatística.

A deputada federal Keiko Ota (PSB/SP), uma das promotoras da reunião, e presidente na Câmara Federal da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Vítimas de Violência, falou que tem trabalhado na criação de frentes parlamentares semelhantes, já existentes em Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Keiko também defendeu a revisão do Código Penal, com endurecimen-

to das penas para crimes hediondos. Mostrou-se favorável ainda a regulamentação do artigo 245 da Constituição Federal, que garante direitos às vítimas de violência.

O deputado Major Olímpio (PDT) reclamou da baixa dotação orçamentária no Estado para o setor da segurança pública, o que considerou "uma vergonha". Além disso, há falta de estrutura. Olímpio também lamentou o fato de só em 2013 terem sido mortos 82 policiais militares, 5 policiais civis e 11 agentes penitenciários. "Os agentes de segurança são alvos preferenciais, porque matar policial dá status no mundo do crime."

Representante da Secretaria Estadual da Justiça e de Defesa da Cidadania, Maximiliano Rosso afirmou que "a união de todos é a forma de mudar a realidade da violência". O trabalho do Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi) foi exposto pela sua coordenadora, Cristiane Pereira. Ela disse que a meta é divulgar e expandir o serviço em todo o Estado.

O juiz Samuel Karasin, que atua no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (Cratod) defendeu a alteração da Lei de Execução Penal, pois os sucessivos benefícios tornam as penas demasiadamente reduzidas. Considerou importante também a participação das vítimas nos processos. Apenas 33% dos crimes são notificados no Estado, o que afeta as políticas públicas para o setor, disse o promotor Alexandre Moraes. Ele divulgou que o Ministério Público criou, em janeiro, o Núcleo de Criminologia e Vitimologia, pioneiro no Brasil.

Jorge Arthur Floriano, responsável pela unidade Sé do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), órgão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, falou do atendimento a crianças e adoles-

A cada dez minutos um brasileiro morre vítima da violência, diz coordenador da frente

centes em situação de rua. Diretora do Centro de Integração da Cidadania (CIC) Oeste, Edilaine Daniel Carvalho discorreu sobre o trabalho prestado pela entidade ligada à Secretaria de

Estado da Justiça. Também

usaram da palavra a delegada do DHPP Ancilla Giaconi e o presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB/SP, Arles Gonçalves Júnior.

Regularização fundiária urbana e rural

Coordenada pelo deputado Mauro Bragato (PSDB), a Frente Parlamentar pela Regularização Fundiária Urbana e Rural no Estado de São Paulo foi lançada em novembro de 2013, com a presença de prefeitos e vereadores de diversos municípios paulistas.

Com a adesão de 32 parlamentares, o órgão suprapartidário procura saídas para problemas como a concentração latifundiária, a inexistência de registros regulares de posse e os conflitos daí decorrentes, o assentamentos irregulares, a falta de acesso dos pequenos agricultores a programas governamentais e a degrada-





Reunião da Frente Parlamentar pela Regularização Fundiária Urbana e Rural; **Destaque:** Ailton Cesar Herling, Carla Guimarães Pupin, Mauro Bragato, Eglaísa Micheline Pontes da Cunha e Marco Pilla

to de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Marco Pilla destacou a importância da atuação da frente parlamentar com um número impressionante: hoje, em todo o Brasil, mais de 12 milhões de imóveis estão em situação irregular.

"A situação irregular de uma área que esteja em litígio impede que o prefeito obtenha recursos de programas estaduais e federais", acrescentou Pilla. Se não houver área disponível, não há como obter verbas para a construção de creches, exemplificou.

A situação de pessoas que adquiriram lotes em empreendimentos irregulares e ao final do pagamento acabaram tendo que recorrer ao usucapião foi posta em discussão pelo então corregedor-geral de Justiça, desembargador José Renato Nalini. "Num processo de usucapião, muitas vezes a perícia exigida sai mais cara do que

o valor do imóvel", comparou.

A inclusão do direito à moradia na Constituição brasileira é um sinal de que resolver esse problema é uma vontade da República, avaliou o desembargador.

Objetivo é procurar soluções para conflitos e assentamentos irregulares

"A Lei 11.977 tornou a legislação muito potente ao estabelecer novos mecanismos para a regularização fundiária urbana, descolados de conceitos ortodoxos. Já os acórdãos relatados por Nalini e os provimentos feitos em sua gestão deram um novo fluxo para a atuação dos oficiais de registro de imóveis", afirmou

Flauzilino Araújo dos Santos, presidente da Associação dos Registradores Imobiliários do Estado de São Paulo.

Também participou evento Elival da Silva Ramos, procurador geral do Estado, destacando que, diante de uma ampla gama de problemas, é preciso eleger prioridades, e um sinal de que a regularização assume esse status vem desde que a Constituição de 1988 apontou a função social da propriedade. Para Ramos, a advocacia pública tem uma contribuição a dar na discussão de instrumentos jurídicos adequados para a regularização fundiária.

Durante o encontro, foi aprovado o regimento interno da frente parlamentar e eleita a deputada Maria Lúcia Amary (PSDB) como vice-coordenadora do órgão. "Com a união do Legislativo, Executivo e Judiciário, estaremos fazendo mais que a regularização, estaremos distribuindo paz social. Quem consegue regularizar

seu imóvel deixa um legado patrimonial e se sente resgatado em sua cidadania", ela concluiu.

Mais recursos para as santas casas

Em agosto de 1498, surgiu em Portugal a Irmandade da Misericórdia, entidade com fins humanitários. A primeira Casa de Misericórdia do Brasil, denominada "Hospital de Santos", foi fundada por Braz Cubas, em 1543, com o objetivo de exercer a caridade onde quer que houvesse dor física ou moral a aliviar.

Atualmente no Brasil, as santas casas somam mais de 2.500 hospitais, espalhados em todo o território nacional, responsáveis por cerca de 50% do número de leitos hospitalares existentes no país.

Em decorrência da saúde precária de inúmeras santas casas e hospitais filantrópicos no Estado, diversos deputados empenhamse junto ao governo do Estado para a liberação de recursos. Em fevereiro, a Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, coordenada pelo deputado Itamar Borges (PMDB), a Frente Parlamentar da Saúde, coordenada pelo deputado

Revisão da
tabela SUS e
equacionamento de
dívidas das unidades
são objetivos
principais do órgão
suprapartidário

Carlão Pignatari (PSDB), em conjunto com a Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, realizaram encontro na Assembleia Legislativa. O evento, que reuniu parlamentares estaduais e federais,

prefeitos, secretários municipais de Saúde, representantes de santas casas e hospitais filantrópicos, teve como objetivo debater a situação por que passam essas entidades e estabelecer novos passos no sentido de sensibilizar o governo federal para rever a tabela SUS (Sistema Único de Saúde) e achar uma solução viável para equacionar as dívidas das unidades de saúde.

Entre os parlamentares presentes houve o consenso de que é necessário continuar a mobilização e aumentar a pressão para que o governo aja com rapidez para solucionar a crise que envolve estas entidades. Como medida imediata, houve a reivindicação do reajuste da tabela de pagamento do SUS para cerca de 100 procedimentos e o equacionamento das dívidas das entidades com possíveis linhas de crédito.

Entidades filantrópicas e parlamentares reunidos em encontro na Assembleia **Destaque**: Itamar Borges, coordenador da Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, e Telma de Souza, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia, na apresentação de relatório a entidades



A Comissão permanente de Saúde da Assembleia, presidida pela deputada Telma de Souza (PT), também promoveu reunião para debater o tema. Durante o encontro, o deputado Itamar Borges fez uma explanação sobre a situação de tais entidades. Durante a oitiva foi discutida a possibilidade de compras de equipamentos a serem feitas pelas santas casas, e não pela Secretaria da Saúde. Itamar informou que além do repasse de verbas e de dar prioridade à Secretaria da Saúde, o governo do Estado tem trabalhado na capacitação dos administradores das santas casas.

Nova ação

Em novembro, a Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos realizou mais um seminário para discutir os avanços e expectativas relacionados às políticas públicas de apoio a estas entidades. O deputado Itamar Borges destacou que a causa das santas casas tornou-se tão urgente que atualmente 43 parlamentares paulistas participam da frente.

Representante do Ministério da Saúde falou sobre os esforços para minimizar a situação crítica das santas casas e hospitais filantrópicos e destacou algumas ações nessa direção: entre elas, que o governo federal quer ampliar o atendimento de pacientes do SUS nessas instituições, hoje responsáveis por 41% das internações do Sistema Único de Saúde (SUS).

Será ampliado de 25% para 50% o incentivo pago às santas casas e entidades filantrópicas pelos atendimentos de média e alta complexidade, como exames e cirurgias. O parcelamento das dívidas de tributos federais devidos à Receita Federal e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi outro ponto abordado pela representante.

Atualmente, as dívidas tributárias das entidades totalizam R\$ 15 bilhões.

Para os parlamentares, é preciso buscar mecanismos perenes que possam garantir a sobrevivência destas entidades sem a necessidade de se recorrer pontualmente a mecanismos

de injeção de recursos, a fim de evitar o fechamento das mesmas e deixar a população sem o atendimento necessário.

Nova legislação sobre municípios com vocação turística

Audiência pública realizada em 18/3/2014, por iniciativa da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento dos Municípios de Interesse Turístico, discutiu e defendeu a aprovação de legislação que estabelece novos requisitos e condições para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico no Estado. João Caramez (PSDB), presidente da frente, prefeitos, vereadores, secretários municipais e lideranças políticas de diversos municípios do Estado ocuparam as dependências do auditório Paulo Kobayashi para pleitear a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 11/2013) e do Projeto de Lei Complementar 32/2012.

Vereadores e prefeitos de municípios de interesse cultural e turístico acompanham trabalhos da frente









AS NOVAS LEIS ESTADUAIS

Legislação paulista incorpora direitos e regulação ambiental



No biênio 2013-2014, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou 225 projetos de lei, 68 projetos de lei complementar e duas propostas de emenda à Constituição. No mesmo período, mais de 700 leis ordinárias e cerca de 70 leis complementares foram sancionadas e passaram a incorporar o corpo normativo do Estado. Destacamos a seguir algumas das leis que estão em vigência e que abrangem diferentes setores da sociedade paulista, como idosos, jovens e mulheres.

Nova configuração regional do Estado

Mais uma região metropolitana foi criada no Estado de São Paulo. Instituída, em 8/5/2014, com a sanção da Lei Complementar 1.241, a Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), situada entre São Paulo e Campinas, é considerada a maior produtora agrícola entre as regiões metropolitanas.

Com uma grande diversidade na produção, a RMS possui 1,7 milhão de habitantes distribuídos em 26 municípios: Alambari, Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim.

Em junho, foi instalado o Conselho Metropolitano de Sorocaba, com a finalidade de reunir os prefeitos dos municípios contemplados. O próximo passo é a Assembleia aprovar PLs de autoria do Executivo instituindo a Agência do Desenvolvimento e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Sorocaba.

Nos últimos quatro anos, a divisão do Estado de São Paulo em regiões sofreu intensa alteração. Até o início de 2011, havia apenas a Região Metropolitana de São Paulo, a de Campinas e a da Baixada Santista. Na atual legislatura, a Assembleia aprovou alterações nas duas primeiras

e aprovou a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, da Região Metropolitana de Sorocaba e das aglomerações urbanas de Piracicaba e de Jundiaí.

Todas as leis complementares que promoveram essas alterações tiveram iniciativa do Poder Executivo, mas passaram por amplos debates promovidos pelo Parlamento em audiências públicas realizadas nas regiões afetas a cada um dos projetos.

Programa de regularização ambiental

Depois de ser discutido em várias audiências públicas, o PL 219/2014, do deputado Barros Munhoz (PSDB) e outros, que trata do Programa de Regularização Ambiental, foi aprovado no dia 10/12/2014. Sancionada no dia 14 de janeiro de 2015, a Lei 15.684 regulamenta a aplicação do Código Florestal no Estado de São Paulo.

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA





O Programa de Regularização Ambiental (PRA) das propriedades e posses rurais compreende um conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e possuidores de imóveis rurais, com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental nos termos do Capítulo XIII da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Os instrumentos do Programa de Regularização Ambiental compreendem o Cadastro Ambiental Rural (CAR); o Termo de Compromisso; e o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas.

O deputado Barros Munhoz disse que o trabalho para o melhoramento do PL 219/2014 foi um dos mais democráticos realizados pela Assembleia, com o acolhimento de nove emendas e 45 alterações ao texto original. Acrescentou que a sua aprovação implica o maior programa de reflorestamento no Estado, com o

plantio de 1 milhão e setecentas mil árvores, recuperando e preservando as matas ciliares.

Um acordo entre os líderes partidários possibilitou a elaboração de Emenda Aglutinativa, que incorporou diversas alterações para o aperfeiçoamento do texto. Entre elas a proposta do PT de que nos 50% de reflorestamento, em que podem ser plantadas árvores exóticas, seja proibida a plantação de pinus e eucaliptos.

A Bancada do PT votou a favor da emenda que previa que a compensação ambiental fosse feita apenas no território do Estado, no caso de propriedades maiores que 15 módulos, mas a maioria rejeitou a proposta, retirando-a do texto final aprovado pela Casa.

Sistema de Integração Metropolitana

Originada de projeto de lei (PL 295/2012) do deputado Gerson Bittencourt (PT), a Lei 15.671, de 12 de janeiro de 2015,

autoriza o Poder Executivo a criar Sistema de Integração Metropolitana e entre Metrópoles de Transporte Coletivo Público para as regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas e do aglomerado urbano de Jundiaí.

O Sistema de Integração Metropolitana poderá integrarse com estacionamentos para veículos particulares no entorno das estações e contemplar a implantação de bicicletários em estações e terminais que se tornarão parte integrante e fundamental para a mobilidade urbana e para a sustentabilidade.

Política para doenças raras

O Estado de São Paulo pode ter um serviço especializado em doenças raras. A Lei 15.669, de 12 de janeiro de 2015, institui a Política Estadual de Tratamento de Doenças Raras. A nova legislação, originada do PL 648/2011, do deputado Edinho Silva (PT), entende por doença rara aquela que afeta um número limitado de pessoas entre a população total.

O diagnóstico e o tratamento são dificultados pela falta de conhecimento sobre essas doenças e de protocolos de atendimento específicos. O tratamento delas deve ser executado em Centros de Referência em Doenças Raras, que têm o objetivo de prestar assistência médica, de reabilitação e farmacêutica plena aos

a sobre o PRA
viental - Projeto de Lei 219/2014
QUEM PRODUZ MERECE RESPEITO.

ASSEMBLEA
LEGISLATIVA

Davi Zaia, Pedro Tobias, Adriano Diogo, Barros Munhoz, Arnaldo Jardim, José Zico Prado e Beto Trícoli na audiência sobre o PRA usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); diagnosticar, mapear e promover a efetividade do tratamento das doenças raras; promover o uso responsável e racional de medicamentos de dispensação excepcional fornecidos pela Secretaria da Saúde; além de servir como um centro de pesquisa, ensino e extensão em doenças raras na área da saúde.

Diagnóstico do autismo

O Sistema de Saúde deve oferecer atenção integral ao diagnóstico precoce e ao tratamento dos sintomas da síndrome do autismo. A Lei 15.668, de 12 de janeiro de 2015, baseada no PL 266/2009, do deputado Hamilton Pereira (PT), dispõe sobre as diretrizes para uma política de saúde que abarque programas e ações para diagnosticar precocemente a síndrome, de modo a permitir a indicação antecipada do tratamento.

A política prevê também o envolvimento e participação da família do portador da síndrome, assim como da sociedade civil, na definição e controle das ações e serviços de saúde; o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e científico voltados ao enfrentamento da síndrome, tanto no aspecto da detecção precoce, como no seu tratamento de base terapêutica e medicamentosa; disponibilização de equipes multi e interdisciplinares para tratamento médico nas áreas de pediatria,

neurologia, psiquiatria e odontologia; tratamento não-médico nas áreas de psicologia, fono-audiologia, pedagogia, terapia ocupacional, fisioterapia e orientação familiar; o ensino profissionalizante e de inclusão social; e o direito à medicação.

Grêmios estudantis

A criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados passam a dispor de uma nova legislação. Com a aprovação do PL 238/2008, do deputado Bruno Covas (PSDB), que resultou na Lei 15.667, de 12 de janeiro de 2015, assegurase o reconhecimento dessas entidades representativas e regras para sua criação e organização, entre as quais a necessidade de uma assembleia geral de estudantes, convocada por edital.

Os estabelecimentos de ensino deverão assegurar ao grêmio estudantil espaço para sua instalação e realização de suas atividades; livre alocação e circulação de seus car-

tazes, panfletos, jornais e publicações;e o acesso de seus representantes a todas as dependências da instituição.

Produtos orgânicos na merenda

A inclusão de produtos definidos como orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino fundamental da rede pública é o objeto da Lei 15.666, de 12 de janeiro de 2015. Proposta pela deputada Beth Sahão (PT), no PL 576/2003, a inclusão de tais alimentos no cardápio da merenda será definida por nutricionistas, conforme regulamentação.

Lições de primeiros socorros

As escolas da rede estadual poderão aplicar aos seus alunos da educação básica lições de primeiros socorros. O programa, previsto pela Lei 15.661, de 9 de janeiro de 2015, foi proposto pelo deputado Carlos Cezar (PSB), por meio do PL 471/2012, e visa ensinar os alunos a maneira mais correta e segura para lidar com situações de emergências que exijam intervenções rápidas, permitindo-lhes identificar os procedimentos mais adequados para cada caso. Visa também capacitar os professores e os funcionários de toda a educação básica para exercer os primeiros socorros sempre que houver qualquer acidente nas escolas que exija um atendimento imediato.



Serviço comunitário obrigatório para médicos

Formandos em Medicina nas universidades públicas do Estado terão de prestar serviço comunitário. A obrigação foi instituída pela Lei 15.660, de 9 de janeiro de 2015, a partir de proposta do deputado Ulysses Tassinari (PV), o PL 716/2011).

Desse modo, os profissionais egressos das universidades públicas do Estado de São Paulo, na área de medicina, devem prestar serviços à administração pública, mediante remuneração, pelo prazo mínimo de seis meses, com jornada de 30 (trinta) horas semanais, onde haja carência de profissionais. As universidades públicas ficam responsáveis pela disponibilização, a cada final de ano letivo, da relação dos formandos.

Regras para cadastro de proteção ao crédito

Os cadastros de proteção ao crédito passam a ter uma nova regulamentação com a sanção da Lei 15.659, de 9 de janeiro de

2015. Proposta pelo deputado Rui Falcão (PT), por meio do PL 1.247/2007, a lei determina que a inclusão do nome dos consumidores em cadastros ou bancos de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, referente a qualquer informação de inadimplemento dispensa a autorização do devedor. Porém, se a dívida não foi protestada ou não estiver sendo cobrada diretamente em juízo, deve ser-lhe previamente comunicada por escrito, e comprovada, mediante o protocolo de aviso de recebimento (AR) assinado, a sua entrega no endereço fornecido por ele.

A comunicação deve indicar o nome ou razão social do credor, natureza da dívida e meio, condições e prazo para pagamento, antes de efetivar a inscrição. E deve ser concedido o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para quitação do débito ou apresentação de comprovante de pagamento, an-

tes de ser efetivada a inscricão do nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito.

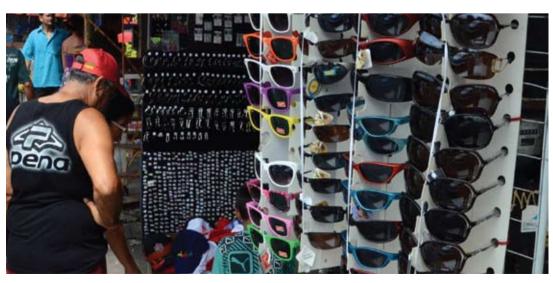
Proibida venda de óculos por ambulantes

A Assembleia Legislativa decretou e promulgou a Lei 15.658, de 9 de janeiro de 2015, de autoria do deputado João Caramez (PSDB), que proíbe a comercialização de produtos ópticos, ou seja, óculos, lentes de contato e de sol por ambulantes ou em estabelecimentos não autorizados.

A lei restringe a venda de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e óculos de sol aos estabelecimentos comerciais especializados e devidamente credenciados para tal finalidade, que dispõem do conhecimento e da técnica adequada para aferir a qualidade dos óculos comercializados e a sua compatibilidade com cada cliente. A lei prevê a exceção aos óculos de proteção solar com certificação de qualidade emitida pelo Instituto

Da esquerda para direita: (1) Produtos orgânicos na merenda escolar devem ser definidos por nutricionistas; (2) Ambulantes não poderão mais vender óculos e lentes





Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro ou Organismo Certificador de Produto por ele acreditado, exibindo a marca de conformidade, cuja comercialização poderá se dar por qualquer estabelecimento idôneo.

Transporte de medicamentos

Empresas que transportam medicamentos e insumos farmacêuticos terão de contar, obrigatoriamente, em seus quadros com a presença de farmacêutico responsável. O obrigatoriedade foi definida pela Lei 15.626, de 19 de dezembro de 2014, proposta pelo deputado José Zico Prado (PT).

Os profissionais habilitados nos quadros das empresas que realizam o transporte terrestre, ferroviário, aéreo e fluvial de

medicamentos devem estar regularmente inscrito no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP).

Programa de transplante de medula

A criação do Programa Permanente do Transplante de Medula Óssea – Promedula é o objeto da Lei 15.601, de 12 de dezembro de 2014. Proposta pelo deputado Hamilton Pereira (PT), no PL

334/2004, a nova lei visa articular as atividades das instituições e órgãos públicos que atuam, no Estado, nas várias etapas voltadas à realização do transplante de medula óssea, visando a orientação de doadores e receptores e a eficácia dos serviços disponíveis.

Além de mobilizar e integrar os recursos institucionais, humanos, tecnológicos, administrativos, econômicos e financeiros para a ampliação do número de doadores e do atendimento à demanda, ela tem o objetivo de estimular a doação voluntária de medula óssea e do sangue do cordão umbilical e placentário, visando a ampliação das possibilidades de localização de doadores compatíveis: facilitando a busca e o acesso à captação, análise e localização de doadores compatíveis, bem como Informar e orientar doadores, receptores e profissionais da saúde e sensibilizar, conscientizar e difundir a necessidade da existência de doadores de medula óssea e de sangue do cordão umbilical e placentário.

A lei inclui a busca ativa de doadores, ao prever providências para os exames de Antígeno Leucocitário Humano - HLA e para captar, preparar, analisar e preservar o sangue de cordão umbilical e placentário.

Criação de animais para extração de peles

A criação ou manutenção de animais para extração de peles está proibida no Estado. A Lei 15.566, de 28 de outubro de 2014, penaliza aqueles que fazem criação ou manutenção de qualquer animal doméstico, domesticado, nativo, exótico, silvestre ou ornamental com a finalidade exclusiva de extração de peles. Pela norma,

fica permitida a criação ou manutenção

Da esquerda para direita: (1) Criação de animais para extração de pele está proibida no Estado; (2) Legislação sobre artes marciais dará base a demostração e competições da modalidade





de chinchilas da espécie Chinchila Lanígera para atender à demanda de animais de estimação.

O descumprimento da lei acarreta penalidades como o pagamento de 500 UFESPs (quinhentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), por animal, e de 1.000 UFESPs (mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), em caso de reincidência. A nova lei foi originada do Projeto de Lei 616/2011, do deputado Feliciano Filho (PV).

Artes marciais regulamentadas

As artes marciais mistas, conhecidas pela sigla em inglês MMA, agora são regulamentadas pela Lei 15.563/2014, publicada no Diário Oficial no dia 12/9. A lei visa tornar a prática desse esporte acessível, para promover o desenvolvimento físico e emocional de crianças, adolescentes e adultos, e também o aprimoramento da cidadania e o

avanço da qualidade de vida em todos os segmentos sociais.

Pretende-se, com a regulamentação, que clubes, associações, escolas, academias e entidades religiosas que proporcionam a prática de artes marciais mistas (MMA) a seus associados possam realizar demonstrações públicas e competições, desde que levando em conta a legislação referente a eventos esportivos.

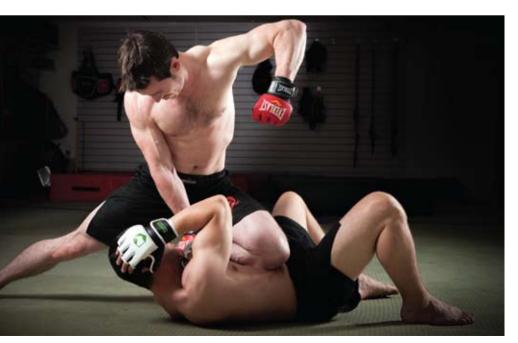
O autor da proposta baseada no PL 767/2013, deputado Leandro KLB (PSD), lembra que o MMA é uma modalidade esportiva em expansão em todo o mundo. O Brasil já foi palco de inúmeros espetáculos de MMA, esporte que tem milhões de aficionados em todo o país. Daí a necessidade de uma legislação, para permitir o ensino correto das lutas e artes marciais, uma vez que havia apenas normas diretivas das organizações federativas e confederativas.

A lei determina também que em 26 de março seja comemorado o Dia Estadual das Artes Marciais Mistas (MMA). Esta data foi escolhida por ser o dia do nascimento do esportista Éder Jofre, um dos maiores lutadores de boxe brasileiro em todos os tempos.

Assistência a parturientes de recém-nascidos com deficiência

Originada do PL 400/2009, do deputado Reinaldo Alguz (PV), a Lei 15.562, de 9 de setembro de 2014, trata da prestação de assistência especial a parturientes cujos filhos recém-nascidos sejam portadores de deficiência ou patologia. Define que as maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres prestarão assistência especial a parturientes cujos filhos naquelas condições exijam tratamento continuado, constatada durante o período de internação para o parto.

A legislação entende por assistência especial a prestação de informações por escrito à parturiente, ou a quem a represente, sobre os cuidados a serem tomados com o recémnascido por conta de sua deficiência ou patologia, bem como o fornecimento de listagem de instituições, públicas e privadas, especializadas na assistência a portadores dessa deficiência ou patologia específica. Igual conduta deverá ser adotada pelos médicos pediatras em atividade no Estado quando constatarem deficiências ou patologias nas crianças por eles atendidas.



Lei proíbe uso de máscaras em protestos

Sancionada no dia 29/8/2014, a Lei 15.556 proíbe o uso de máscaras durante manifestações. Proposto por 16 deputados estaduais, o projeto teve por objetivo coibir a destruição do patrimônio público por black blocs e outros mascarados.

Segundo os autores do projeto encabeçado por Campos Machado (PTB), a proibição de paramentos que dificultam a identificação individual visa à segurança das pessoas e do patrimônio, e também garante o livre direito à expressão do pensamento, já que a ação dos black blocs teriam "esvaziado as legítimas manifestações e prejudicado o direito dos demais cidadãos de bem de se manifestarem".

A norma aprovada pela Assembleia no dia 3/7/2014 interpreta ainda a proibição constitucional de portar armas em manifestações e reuniões públicas, incluindo objetos pontiagudos, tacos, bastões, pedras e outros que possam lesionar pessoas e danificar patrimônio. O PL 50/2014 previa também comunicação antecipada de manifestações em locais e vias públicas às polícias Civil e Militar.

A nova lei, que não estabelece punição para quem a infringir, recebeu uma única emenda, elaborada pelo relator Osvaldo Vergínio (PSD), que deu prazo de 180 dias para o Poder Executivo regulamentar a matéria, a contar da data de sua publicação.



Visita em presídios

Com o objetivo de prover os estabelecimentos penais de locais adequados para a visitação de familiares, foi aprovada a Lei 15.553, de 12 de agosto de 2014, proposta pelo deputado Marcos Zerbini (PSDB). Com vetos parciais, a nova legislação procura garantir privacidade aos encontros entre presos familiares e amigos, mesmo que sob vigilância, com o intuito de facilitar a ressocialização do preso com a família e a sociedade.

As visitas devem, entretanto, respeitar as regras estabelecidas pela Secretaria da Administração Penitenciária ou os regulamentos próprios de cada estabelecimento penal.

Fim das revistas íntimas

Os presídios de São Paulo suspenderam a revista íntima de visitantes antes mesmo da vigência da Lei 15.552, que ocorrerá 180 dias após sua publicação, em 12 de agosto de 2014. Os presídios ainda não receberam os equipamentos de scanners corporais e raios-x que, segundo a lei, deverão substituir a revista considerada vexatória tanto para os visitantes como para os agentes penitenciários, por ser invasiva.

A lei, originada de projeto assinado por vários parlamentares, diz que todo visitante que ingressar em estabelecimento prisional será submetido à revista mecânica, a qual deverá ser executada, em local reservado, por meio da utilização de equipamentos capazes de garantir segurança ao estabelecimento prisional, tais como: "scanners" corporais; detectores de metais; aparelhos de raios X; e outras tecnologias que preservem a integridade física, psicológica e moral do visitante revistado.

Nas penitenciárias da região Oeste do Estado, a lei começou a







Da esquerda para direita: (1) Uso de máscaras marcaram as manifestações de rua no biênio 2013/2014; (2) Lei suspendeu a revista íntima, considerada vexatória; (3) Cracolândia SP: convênios vão permitir que clínicas particulares ofereçam tratamento a dependentes químicos

ser aplicada desde o final de agosto, sem a utilização de máquina. No entanto, a revista íntima pode continuar enquanto todos os equipamentos não forem instalados. A Secretaria da Administração Penitenciária declarou que as unidades prisionais do Estado já contam com aparelhos de raios-x e detectores de metais e que, inicialmente, os scanners podem ser alugados até sua aquisição definitiva.

A lei que entrou em vigor combate a revista íntima vexatória: "despir-se, fazer agachamentos ou dar saltos, e submeter-se a exames clínicos invasivos". Caso haja uma suspeita de que o visitante esteja portando objeto ou substância ilícita, mesmo após a sua passagem pelos equipamentos, o visitante será impedido de ingressar no presídio ou, caso ele insista em seu propósito, será encaminhado a um ambulatório. Se for encontrado algum objeto ilícito, o portador deverá ser encaminhado a uma delegacia.

No sentido de uniformizar a situação dos Estados, há um projeto de lei tramitando no Senado Federal semelhante ao que foi aprovado em São Paulo. O texto garante que estará vedada qualquer forma de desnudamento ou tratamento desumano ou degradante nas revistas, que deverão ocorrer mediante uso de equipamentos eletrônicos.

Bebida alcoólica em transporte coletivo

Com veto parcial, a Lei 15.551, sancionada em 5 de agosto de 2014, de autoria da deputada Célia Leão (PSDB), proíbe o consumo de bebidas alcoólicas, de qualquer gênero, e seus derivados, no interior de veículos públicos ou privados de transporte coletivo de passageiros autorizados, permitidos ou concedidos pelo Estado de São Paulo, ou por suas secretarias, autarquias e demais órgãos.

As pessoas físicas ou jurídicas responsáveis ou, ainda, os condutores dos veículos deverão advertir os eventuais infratores sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas no interior dos veículos, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário, mediante o auxílio de força policial.

Tratamento de dependentes químicos

O governo estadual foi autorizado a estabelecer convênios com clínicas particulares, associações comunitárias, igrejas, organizações não governamentais e entidades para prestarem atendimento e tratamento de dependentes químicos.

Com a aprovação e sanção da Lei 15.550, de 31 de julho de 2014, proposta por Luis Carlos Gondim (SDD), os convênios devem ser submetidos a regulamentação específica, que ditará as normas e critérios de atendimento. A prioridade do atendimento cabe às entidades e organizações habilitadas para a implementação das ações de apoio previstas na lei.

Garantia de assentos para acompanhantes de pessoas com deficiência

Os acompanhantes de pessoas com deficiência terão direito a reserva de assentos em teatros, cinemas, casa de shows e espetáculos em geral. O procedimento tornou-se obrigatório para estes estabelecimentos por força da Lei 15.532, de 24 de julho de 2014, originada do Projeto de Lei 587/2012, da deputada Heroilma Soares (PTB), propositura aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador com vetos parciais.

A norma determina que o assento reservado ao acompanhante deve, obrigatoriamente, ser contíguo ao do deficiente acompanhado e que o não cumprimento da exigência acarretará penalidades que vão desde a notificação à advertência.

Câmeras de monitoramento e vigilância

O PL 611/2013, do deputado Jooji Hato (PMDB), transformou-se na Lei 15.518. de 17 de julho de 2014. A legislação trata da instalação de câmeras de monitoramento e vigilância em áreas com incidência de ocorrências policiais. A lei ainda deve ser regulamentada pelo Executivo no prazo de 180 dias, a contar de sua publicação.

Exames de cardiotocografia

As unidades de saúde públicas e privadas do Estado de São Paulo estão autorizadas a realizar a cardiotocografia, como exame de rotina, no final da gestação e durante o trabalho de parto, para avaliar o bem-estar materno-fetal.

A obrigatoriedade da realização de exame de cardiotocografia no Estado de São Paulo é objeto da Lei 15.517, de 16 de julho de 2014, originada do Projeto de Lei 692/2013, de autoria da deputada Maira Lúcia Amary (PSDB).

Diretrizes para o turismo religioso

Originada de projeto de lei do deputado Dilmo dos Santos (PV), a Lei 15.464, de 26 de junho de 2014 trata da instituição de diretrizes para o turismo religioso no Estado de São Paulo.

A proposta do parlamentar teve como objetivo fomentar ações que contribuam com o crescimento econômico de cada localidade onde o turismo religioso é uma vocação. Segundo ele, a regulamentação dessa atividade vai gerar empregos nos municípios, além de promover investimentos com a execução de obras de melhoria e conservação das rodovias estaduais que interligam esses centros turísticos. O parlamentar acredita que a lei pode alcançar 15 milhões de pessoas que viajam anualmente em busca de lugares e templos religiosos, segundo dados da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur).

As diretrizes da nova lei abarcam a ampliação dos fluxos turísticos e da permanência dos turistas mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico religioso; a orientação das ações da



Basílica de Nossa Senhora Aparecida é um dos principais destinos do turísmo religioso no Estado de São Paulo iniciativa privada e promoção de sua integração como agente complementar de financiamento em infraestrutura e serviços necessários ao desenvolvimento turístico religioso; a promoção do turismo religioso, visando inserir o Estado de São Paulo nos roteiros turísticos nacionais e internacionais: e o estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos, entre outras.

Disque denúncia

Estabelecimentos comerciais no Estado de São Paulo devem divulgar o serviço de disque-denúncia de violência, abuso e exploração sexual contra a mulher. A Lei 15.458, de 18 de junho de 2014, originada do Projeto de Lei 386/2013, do depurado Rodrigo Moraes (PSC), torna obrigatória a divulgação desse serviço em hotéis, pensões, motéis, pousadas, bares, restaurantes, lanchonetes, casas noturnas, clubes sociais e associações, agências de viagens, salões de beleza, casas de saunas e massagens, academias de dança, ginástica, postos de serviço de autoatendimento, abastecimento de veículos e demais locais de acesso público. Esses estabelecimentos especificados deverão afixar placas contendo as seguintes frases: Violência, abuso e exploração sexual contra a mulher é crime. Denuncie – Disque 180.

Jogos da Copa

A Assembleia Legislativa de São Paulo debateu e aprovou lei que estabeleceu medidas relativas a eventos da Copa do Mundo FIFA de 2014 realizados no Estado de São Paulo. O PL 198/2014, do deputado Barros Munhoz (PSDB) e outros, foi aprovado por 38 votos e teve 27 votos contrários, o que resultou na sanção da Lei 15.456, de 9 de Junho de 2014. A aprovação do projeto permitiu, entre outras coisas, a venda e a propaganda de bebidas alcoólicas durante os jogos da Copa realizados em estádios no Estado. Em São Paulo, aconteceram seis partidas do campeonato. A Lei Geral da Copa, aprovada pelo Congresso Nacional, suspendeu a proibição constante do Estatuto do Torcedor, mas os Estados ficaram com autonomia para decidir se permitiam ou não.

Crianças e adolescentes

Com o objetivo de coibir a prostituição infanto-juvenil, além de auxiliar a busca pela autoridade policial de crianças e adolescentes desaparecidos, a proposta de autoria do deputado Rui Falcão (PT) foi aprovada pela Assembleia Legislativa em 2014, e exigindo o registro de crianças e adolescentes que se hospedarem em hotéis, pensões, albergues e estabelecimentos afins, sediados no Estado de São Paulo, estejam

eles acompanhados ou não dos pais ou representantes legais. A Lei 15.449/2014 reforça, assim, outras iniciativas como a estabelecida pelo governo federal de criação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e, no âmbito estadual, com o Programa São Paulo em Busca das Crianças e dos Adolescentes Desaparecidos e a Lei 10.464/1999, que obriga a autoridade policial e órgãos de segurança pública a realizarem a busca imediata de pessoas menores de 16 (dezesseis) anos desaparecidas ou de qualquer idade com deficiência física, mental ou sensorial.

Propagandas contra a violência à mulher

Lei originada de projeto do deputado Sebastião Santos (PRB) tornou obrigatória, no Estado de São Paulo, a veiculação de propagandas contra a violência à mulher e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com menção do Disque-Denúncia 180 e 100, nos telões e equipamentos similares dos shows que forem realizados em área aberta, com público superior a 1.500 (mil e quinhentas) pessoas. A medida passou a valer a partir da sanção da Lei 15.435, de 4 de junho de 2014.

Se beber, não dirija

A divulgação da expressão "Se beber, não dirija" nos cardápios e propagandas de bares, restaurantes e boates tornou-se obrigatória



no Estado de São Paulo. A frase deve ser impressa em local visível e com destaque, em cor diferenciada do restante do texto. É o que estabelece a Lei 15.428, de 28 de maio de 2014, derivada do Projeto de Lei 1.003/2007, do deputado Edson Giriboni (PV).

Horário para telefonemas de cobrança de débitos

Os telefonemas com a finalidade de efetuar cobrança de débitos devem ser realizados de segunda a sexta-feira, das 8h (oito horas) às 20h (vinte horas), e aos sábados, das 8h (oito horas) às 14h (catorze horas), excetuandose os feriados, casos em que tais telefonemas são vedados. Isso é o que determina a Lei 15.426, de 22 de maio de 2014, originada do Projeto de Lei 431/2013, do deputado Osvaldo Verginio (PSD). A norma de proteção e defesa do consumidor baseia-se nos termos do artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, e em atenção ao artigo 42 da Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor.

Medidas protetivas em defesa da mulher

Aprovado pela Assembleia, em 18/3, o Projeto de Lei 924/2013, da deputada Analice Fernandes (PSDB), transformouse na Lei 15.425, de 16

de maio de 2014. Esta prevê a inserção das medidas protetivas de urgência contra o agressor, conferidas pela Justiça em defesa das mulheres vítimas de violência doméstica, no sistema de informação da Secretaria da Segurança Pública para agilizar sua implementação. As informações devem estar à disposição para fácil consulta das polícias civil e militar.

Resíduos de serviços de saúde

aprovação Lei 15.413/2014, como iustifica o deputado Campos Machado (PTB), autor do projeto que deu origem à nova legislação, veio suprir uma ausência no conjunto de normas para o gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo. No âmbito dos Resíduos de Serviços de Saúde, a lei dispõe, especificamente, sobre o tratamento térmico por cremação de animais mortos provenientes de estabelecimentos de ensino e pesquisa, e de assistência à saúde veterinária, assim também sobre tratamento térmico por

cremação das peças anatômicas (membros, órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos do ser humano, que não tenham valor científico ou legal, e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares, provenientes de estabelecimento de assistência à saúde, de ensino e pesquisa, sediados no Estado de São Paulo.

Proibição da utilização de animais em produtos cosméticos

Com a aprovação do projeto de lei de autoria do deputado Feliciano Filho (PEN), São Paulo passou a ter legislação que profibe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes. A Lei 15.316/2014 estabelece multas que serão aplicadas de forma progressiva, assim como sanções que poderão suspender temporária ou definitivamente as atividades de empresas e profissionais.

Melhoria das cidades

A utilização da bicicleta como alternativa para a melhoria da vida nas cidades é objeto da Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao Uso da Bicicleta, prevista na Lei 15.318/2014. A proposta de autoria do deputado José Bittencourt (PSD) argumenta que o uso da bicicleta como forma de mobilidade urbana sustentável visa priorizar os meios de transporte não motori-

zados e promover a melhoria do meio ambiente, trânsito e saúde.

Penalização da exploração do trabalho infantil

O combate à exploração do trabalho infantil continua a merecer a atenção dos deputados paulistas. Ainda em 2013 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 1.186/2011, que, de acordo com seu autor, deputado Carlos Bezerra Junior (PSDB), visava tão-somente complementar à legislação existe, por meio de penalizações administrativas às pessoas jurídicas de direito privado que forem flagradas na prática daquele delito. A proposta impõe penalidades a empresas que explorarem o trabalho infantil, que vão da advertência, no sentido da adequação à legislação, até a multa no caso de reincidência, e foi transformada na Lei 15.352, em 14 de março de 2014, tendo recebido vetos do governador do Estado.

Sistema de transporte de órgãos

O transplante de órgãos tem aumentado consideravelmente nos últimos anos em todo o país. A criação do Sistema Nacional de Transplantes, em 1997, permitiu o aprimoramento da logística das ações que envolvem o transplante. Uma delas, particularmente, é de fundamental importância para seu êxito das demais: o transporte dos órgãos. O tempo máximo para transplante do coração e do pulmão, por exemplo, órgãos

que possuem menor tempo preservação extracorpórea, é de quatro a seis horas. Fígado e pâncreas vêm em seguida com tempo máximo para transplante de 12 a 24 horas e os rins podem levar até 48

horas para serem transplantados. Já as córneas podem permanecer em boas condições por até sete dias e os ossos até cinco anos.

Em 20 março de 2014 foi promulgada a Lei 15.362, a partir do Projeto de Lei 450/2006, do deputado Aldo Demarchi (DEM), cujo objetivo é agilizar, otimizar e dar prioridade ao transporte de órgãos e tecidos humanos destinados ao transplante. A lei autoriza o Poder Executivo a implantar o Sistema de Transporte de Órgãos e Tecidos Humanos para Transplante no Âmbito do Estado de São Paulo, que se ocupará, além do transporte de órgãos e tecidos humanos, das equipes responsáveis pela respectiva captação e retirada. Todos os meios de transporte necessários à consecução deste objetivo participarão do sistema.

Exposição de produtos orgânicos

A exposição de produtos orgânicos, "in natura" ou processados, nos estabelecimen-



tos comerciais deve ser feita em espaços exclusivos. A Lei 15.361, de 18 de março de 2014, originada do Projeto de Lei 579/2013, do deputado Enio Tatto (PT), regula a exposição de produtos orgânicos nesses locais.

Os espaços a que se refere a lei devem ser devidamente identificados em cada área ou seção do estabelecimento comercial, de modo a segregar os produtos orgânicos dos demais. A identificação deve ser de fácil visualização pelo consumidor e conterá os seguintes dizeres: "Produto Orgânico - sem agrotóxico".

A legislação considera produto orgânico "in natura" ou processado aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local, nos termos da Lei Federal 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Divulgação de maus fornecedores

Em janeiro de 2014, passou a ter vigência no Estado de São Paulo a Lei 15.248, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a divulgação do ranking dos fornecedores mais reclamados na Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/SP.

Desse modo, as empresas ou grupos econômicos que figurarem entre os 10 mais reclamados no mencionado ranking deverão divulgá-lo em todos os seus pontos de atendimento ou de venda, sejam eles físicos ou virtuais. Serão definidas em regulamento as diretrizes quanto à forma e ao teor de divulgação das informações.

O descumprimento do ato normativo comentado poderá gerar para o fornecedor as multas previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

A lei é originada do PL 81/2012, do deputado Fernando Capez (PSDB), que havia sofrido veto do governador, porém derrubado pelo plenário da Assembleia em 11/12/2013.



Bacia hidrográfica do rio Guaió

A Lei 898/1975, que disciplina o uso do solo para proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo, sofreu alteração com a sanção da Lei 15.247, de 17 de dezembro de 2013.

A Lei 898/75 determina as Áreas de Proteção dos recur-

Medida garante real domínio de propriedade aos donos de imóveis

sos hídricos da Região Metropolitana da Grande São Paulo. A Lei 15.247/13, por sua vez, altera o limite da área de proteção na região do Rio Guaió. A área de proteção passa a ser "Rio Guaió, até o limite da bacia do Córrego da Olaria Velha, na divisa dos Municípios de Poá e Suzano".

O novo texto altera o inciso IX indicando o Rio Guaió, até o cruzamento com a rodovia São Paulo "Moji das Cruzes, na divisão dos municípios de Poá e Suzano" da seguinte forma: "Rio Guaió, até o limite da bacia do Córrego da Olaria Velha, na divisa dos municípios de Poá e Suzano."

A mudança, proposta por meio de PL 965/2011, do deputa-

do Estevam Galvão (DEM), também prevê que o mapa constante no anexo da lei, com a delimitação da alteração prevista, lançada graficamente em escola 1:10.000 em base cartográfica, tenha seu original depositado na Secretaria do Estado do Meio Ambiente e seja incorporado ao Sistema Gerencial de Informações.

A necessidade da aprovação da propositura surgiu da Lei 2.177/1979, que "deixou de ajustar a delimitação dos novos perímetros das áreas de proteção aos mananciais formada pela Bacia Hidrográfica do Rio Guaió, não levando em consideração que esta bacia não contribui para o abastecimento de água para o consumo humano da região metropolitana de São Paulo", afirmou Galvão na justificativa do projeto. O deputado também confirma que, com a alteração do artigo proposto, será possível estabelecer o real domínio de propriedade aos donos dos imóveis ali estabelecidos, assegurando o direito do registro imobiliário e os benefícios dele decorrentes, sem prejuízo da preservação dos mananciais.

Transporte gratuito para maiores de 60

Duas leis aprovadas na Assembleia garantem a gratuidade do transporte público aos maiores de 60 anos. A Lei 15.179, de 23 de outubro de 2013, de autoria do do governador, garante às pessoas idosas, maiores de 60 (sessenta) anos, gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo



de passageiros de característica rodoviária convencional.

Para ter acesso à gratuidade, o beneficiário deverá solicitar reserva de assento com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, contadas do horário previsto para a partida do veículo, e apresentar documento de identidade.

Os prestadores de serviço deverão reservar e manter, em todos os horários, 2 (dois) assentos por veículo, devidamente identificados, em local que permita fácil acesso para o embarque e o desembarque dos idosos.

Decorrido o prazo estipulado, sem reserva dos assentos, os prestadores de serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros poderão disponibilizar os respectivos bilhetes para a venda a qualquer interessado.

A Lei 15.187, de 29/10/2013, autoriza o Poder Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas maiores de 60 anos. A lei autoriza a gratuidade em con-

formidade com o disposto no artigo 39, § 3°, da Lei Federal n° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), às pessoas maiores de 60 (sessenta) anos nos transportes públicos de passageiros operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU).

O benefício aos usuários objeto desta lei será concedido mediante cadastro prévio nas empresas, para fins de concessão de bilhete especial, válido por 180 (cento e oitenta) dias, a ser regulamentada por norma complementar, ou com a simples apresentação de cédula oficial que identifique o passageiro, a critério dos órgãos públicos responsáveis.

Quando foi promulgado, em 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, em seu artigo 39 garantia a gratuidade em transporte público para os maiores de 65 anos, e deixava para que cada Estado decidisse como deveria tratar as pessoas na faixa entre 60 e 65 anos.

O texto da Lei 15.187 diz que o benefício aos usuários será concedido mediante cadastro prévio nas empresas de transporte para fins de concessão de bilhete especial, que terá validade de 180 dias, ou pela simples apresentação da carteira de identidade. O que vai decidir qual o procedimento será o decreto promulgado pelo Poder Executivo.

Fim do roubo de cabos e fios metálicos

A Lei 15.139, de 2/10/2013, institui uma política estadual de prevenção e combate ao furto e roubo de cabos e fios metálicos e estabelece normas de funcionamento para empresas que atuam na comercialização de material metálico denominado "sucata".

O autor da proposta, PL 79/2009, deputado Major Olímpio (PDT), buscou criar mecanismos para coibir furto e





roubo desses materiais e também disciplinar o comércio deles. A onda de crimes de furto e roubo de fiação de empresas telefônicas, de cabos de transmissão de energia elétrica, bem como de tampas metálicas de acesso a serviços de fornecimento de água, gás, foi o motivador da propositura. Só a AES Eletropaulo Metropolitana, em 2008, perdeu de 71 quilômetros de fios em São Paulo, além de 143 transformadores. As quadrilhas após os furtos vendem os cabos e equipamentos para sucateiros e ferros-velhos.

Cerca de 71 quilômetros de fios foram roubados em 2008

As empresas lembram que os prejuízos atingem também os consumidores residenciais, comerciais e industriais que têm suas atividades interrompidas pela falta de energia. Na justificativa do projeto, Major Olímpio afirma que alguns sucateiros e industriais motivados pela ganância, apesar de desconfiarem da origem do material, acabam descaracterizando o material, derretendo-o e vendendo-o posteriormente.

Por causa desse tipo de crime, ruas, avenidas e túneis ficam às escuras durante a noite, aumentando ainda mais a insegurança pública e potencializando a ocorrência de crimes mais graves. Na proposta aprovada passa a ser exigido o credenciamento junto aos órgãos estaduais e municipais competentes das empresas que trabalham com a comercialização de material denominado genericamente de sucata.

Pela proposta aprovada passa a ser norma exigir dos comerciantes de metais, classificados como sucatas, informação sobre a origem do produto que está sendo comprado ou vendido e exigir das empresas mercantis a informação precisa sobre as compras e vendas efetuadas e a emissão de nota fiscal de compra ou de venda de metais classificados como sucatas.

Políticas públicas para a juventude

Sancionado em 24/7/2013, o Projeto de Lei 304/2013, de autoria do deputado Geraldo Cruz (PT), que trata da implementação, no âmbito do Estado de São Paulo, de políticas públicas destinadas à juventude, transformou-se na Lei 15.096, de 22/7/2013.

Aprovada com veto parcial, a proposta apresentada prevê parceria entre o Poder Executivo estadual, os municípios e as organizações da sociedade civil para implementar ações articuladas destinadas a jovens entre 15 e 29 anos.

Os pontos priorizados são: a garantia e permanência dos jovens na escola, com espaço para atividades culturais e cursos de

capacitação profissional e técnicos; direito ao trabalho, concedendo incentivos fiscais às empresas empregadoras; parcerias com unidades de saúde visando informar e tratar jovens com diferentes quadros de enfermidade; garantia à cultura por meio de desconto de 50% em entradas de eventos, além de todos os direitos civis assegurados.

Segundo justificativa de seu autor, a lei tem por objetivo concretizar os direitos universais, priorizando os setores mais fragilizados da juventude paulista. Levando em consideração que o Estado de São Paulo possui cerca de 41 milhões de habitantes e destes, 26% são jovens, é de extrema importância que haja projetos destinados a satisfazer as necessidades desse grupo, uma vez que o Estado ainda não possui políticas que estimulem a cidadania juvenil.

De início serão incluídos jovens moradores de regiões que apresentem maiores índices de violência, os de baixa renda, os que possuem conflito com a lei e egressos de instituições sócio-



educativas, além de jovens em situação de privação de liberdade, levando em consideração sua condição de cárcere.

Vítimas da violência

Os jovens, diz o parlamentar, mesmo não sendo um grupo minoritário, possuem destaque neste cenário, pois são as principais vítimas da violência e do desemprego, principalmente os jovens negros de baixa renda e moradores de regiões periféricas. Diante disto, justifica-se a necessidade de criar para esse grupo políticas públicas, que são conjuntos de programas desenvolvidos pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação do setor público ou privado e que visam garantir os direitos a específicos segmentos, neste caso, os jovens.

A preocupação com a juventude não ocorre apenas no âmbito estadual, mas sim, nacional: recentemente, o Plenário Federal aprovou o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 4529/2004, que institui o Estatuto da Juventude. O texto define princípios e dire-

trizes para o Poder Público criar e organizar políticas para cidadãos de 15 a 29 anos de idade. A nova lei estadual visa, por meio de um microssistema jurídico capaz de assegurar direitos, solucionar os diversos problemas enfrentados pela juventude, sobretudo na área educacional. A proposta nasceu do trabalho da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

Transexuais e travestis com tratamento nominal

A Lei 15.082, de 10/7/2013, alterou a Lei 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Originada do PL 727/2011, da deputada Leci Brandão (PCdoB), a lei assegura a transexuais e travestis, o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da administração direta e indireta do Estado de São Paulo. A bancada do

PSC manifestou voto contrário à iniciativa da deputada.

A medida acresce o artigo 5°-A à lei citada: "a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, para cumprir o disposto nesta lei e fiscalizar o seu cumprimento, poderá firmar convênios com os municípios, com a Assembleia Legislativa e com as câmaras municipais."

Segundo a deputada, na justificativa que acompanhou o PL, com a formalização de acordos com municípios do Estado, a aplicabilidade da lei terá eficácia mais abrangente, de vez que a denúncia do cidadão, por meio dos convênios, poderá ser acompanhada próximo da sua localidade de residência.

Locação social para mulheres vítimas de violência

O Projeto de Lei 813/2011, de autoria de Heroilma Soares Tavares (PTB), que dispõe sobre a implantação do Programa de Locação Social, transformou-se na Lei 15.090, de 22 de julho de 2013.

Aproposta alterou a redação da Lei estadual 10.365/1999, que implantou o Programa de Locação Social, garantindo esse recurso às mulheres vítimas de violência que necessitam mudar de residência. O artigo que foi alterado pelo projeto passa a garantir um imóvel para habitação para o atendimento imediato à mulher cujos direitos foram violados e que esteja em situação





de risco pessoal e social por ocorrência registrada de violência que necessite abandonar a moradia, principalmente após denúncia do agressor.

Na lei, o artigo 4 já garantia um abrigo para famílias de baixa renda que viviam em condições subumanas, em área de risco iminente ou cuja habitação tenha sido atingida por alguma espécie de catástrofe.

Abrigo e segurança

Na justificativa do projeto a explicitação de que a medida busca garantir, além de abrigo, segurança para a mulher diante da formalização da denúncia de agressão, principalmente por ocasião da expedição do Boletim de Ocorrência, ficando exposta a novas agressões de toda natureza, quando o indivíduo que cometeu o crime descobre que foi notificado o delito, obrigando, na maioria das vezes, sob ameaça, a retirada da queixa-crime.

A viabilidade de mudança imediata de moradia para um

local seguro, de preferência em outra cidade, possibilita um encorajamento da vítima em refazer sua vida e sair do círculo vicioso de agressão, a que muitas vezes se submete frente à falta de perspectiva de um recomeço.

Heroilma destaca que essa medida de segurança eficaz e imediata auxiliará o cumprimento da Lei Maria da Penha, criada em agosto de 2006, visando proporcionar melhor atendimento às mulheres vitimizadas. "Propus este projeto de lei tornando obrigatória a priorização na liberação do aluguel social para esses casos que não podem esperar e têm que ser resolvidos imediatamente", afirmou.

Lei proíbe restrição ao vale-refeição

A lei que proîbe estabelecimentos de restringirem a aceitação do vale-refeição em determinados dias e horários (Lei 15.060, de 1/7/2012) entrou em vigor no dia 1º/8. De acordo com a nor-

ma, os restaurantes que adotam o vale-refeição como forma de pagamento não poderão limitar o seu uso a determinado dia da semana ou horário pré-estabelecido. Muitos estabelecimentos somente aceitam o benefício no almoço, e apenas de segunda a sexta-feira.

O estabelecimento que violar o dispositivo fica sujeito à sanção administrativa, que vai desde multa até cassação de licença do estabelecimento, na forma estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor.

Segundo o autor da nova lei, deputado André Soares (DEM), os trabalhadores que não exerciam sua atividade no horário comercial sofriam discriminação por parte desses estabelecimentos. "Há restaurantes que fazem essa restrição sem respeitar o trabalhador que atua fora do horário convencional de trabalho. É um tratamento desigual entre consumidores que se encontram na mesma situação jurídica", declarou Soares.





Indenização e seguro para PMs e agentes penitenciários

A Lei 14.984, de 12/4/2013, estabelece o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo, beneficiando policiais militares e agentes penitenciários do Estado. O Plenário da Assembleia aprovou a proposta do Executivo (PL 76/2013) no dia 20/3.

O texto autoriza o Executivo, relativamente aos militares do Estado e aos servidores sujeitos ao Regime Especial de Trabalho Policial ou que exercam atividades de risco acentuado em unidades da Secretaria da Administração Penitenciária, em caso de morte ou de invalidez permanente, total ou parcial, a pagar indenização de até R\$ 200 mil; a contratar seguro de vida em grupo, com a estipulação de cláusulas que atribuam o ônus do prêmio exclusivamente ao Estado; e assegurar o pagamento

de indenização, total ou parcial, até o montante previsto (R\$ 200 mil).

As medidas se restringem à morte ou invalidez: que ocorrerem em serviço; no deslocamento do militar ou do servidor ao seu local de trabalho; em razão da função pública, ainda que o evento causador da morte ou invalidez se dê após a passagem do militar ou do servidor à inatividade.

Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins

Em 2013, os deputados paulistas estiveram atentos a alguns projetos que tiveram como tema a questão ambiental, entre eles o Projeto de Lei 60/2012, do Executivo, que alterou os limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins (criada pelo Decreto estadual 24.646/1986 e pela Lei 5.649/1987), e instituiu o Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins que exclui, reclassifica e incorpora áreas às unidades de conser-

vação e regulamenta as ocupações. O projeto foi aprovado em 6/3/2013 na forma de emenda aglutinativa substitutiva.

Com a criação do mosaico, a área da estação ecológica foi ampliada de 79.240 para 84.425 hectares. De acordo com o governo, o mosaico vai aumentar 12 mil hectares, com a ampliação da estação ecológica e a criação de dois novos parques, Itinguçu e Prelado, que totalizam quase 6 mil hectares.

A área é um dos últimos locais de São Paulo que abrigam praias arenosas, costões rochosos, manguezais, matas de restinga e florestas de baixada, de encosta e de altitude. Além de ser uma das poucas áreas remanescentes a abrigar uma rica e diversificada fauna, com presença de algumas espécies endêmicas e de espécies migratórias. Estas últimas utilizam as áreas protegidas da Jureia para descansar e se reproduzir. Passam a incorporar os limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins áreas do Banhado Pequeno e Banhado Grande.

Comunidades tradicionais

A permanência de pelo menos 85 famílias de comunidades tradicionais que viviam sob ameaça de serem despejadas da região da Jureia, Litoral Sul de São Paulo, foi comemorada.

Da esquerda para direita: (1) Maria da Penha foi vítima de violência e inspirou a lei que leva seu nome; (2) Alguns estabelecimentos aceitam o vale-refeição apenas nos horários de almoço. Lei proíbe esta restricão.

Com a edição da Lei estadual 14.982, que criou o Mosaico Jureia-Itatins, com 97,2 mil hectares, esta situação foi resolvida.

Além da estação ecológica, passaram a existir duas reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) que permitem moradores e atividades econômicas controladas. Também foram criados dois parques estaduais, unidades de conservação que podem receber visitação.

Emenda aglutinativa aprimorou proposta

A emenda aprovada excluiu dos limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins diversas áreas.

Entre exclusões e inclusões, a Estação Ecológica da Jureia-Itatins passa a ter 84.425 hectares no total. A emenda contemplou os planos de manejo, o termo de permissão de uso, e o de compromisso e responsabilidade a ser firmado entre as comunidades tradicionais (população vi-

(1) Cidadãos de diferentes áreas da Jureia acompanharam a apresentação do projeto na Câmara Municipal de Peruíbe;

(2) Sagui, um dos animais que vivem no Mosaico

vendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental) e o órgão gestor da unidade.

Novas regras para os desmanches de veículos

Sancionada em 2/1/2014, a lei que disciplina a atividade dos desmanches de automóveis no Estado, Lei 15.276/2014, estabelece que as empresas que comercializam peças automotivas terão de manter cadastro no Detran-SP e na Secretaria da Fazenda. A Secretaria da Segurança Pública colocará em seu site a lista dos estabelecimentos regulares, além de disponibilizar um link para incentivar denúncias de irregularidades.

As empresas devem elaborar laudo técnico imediatamente após a desmontagem de cada veículo, que deverá ser instruído com os comprovantes de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), endereço e nome do proprietário do veículo objeto da desmontagem; com o número do Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, marca, modelo, cor, ano de fabricação e ano do modelo do veículo; o número de certidão de baixa do veículo junto ao Sistema de Cadastro de Veículos do Detran-SP; e outros documentos exigidos em regulamento.

As partes e peças restauradas ou recondicionadas, pelas empresas desmontadoras ou por terceiros por elas contratados, devem ser relacionadas em laudo técnico. Todas as partes e peças desmontadas, inclusive as restauradas ou recondicionadas, precisam ser identificadas, por meio de gravação indelével, para permitir a rastreabilidade de todas as etapas do processo de desmontagem, desde a sua origem, observando-se a disciplina estabelecida pelo Detran-SP.

O credenciamento exigido das empresas será anual e poderá ser renovado, desde que o estabe-





lecimento continue a cumprir as exigências da legislação. Os estabelecimentos que não estiverem cadastrados, venderem peças sem certificação de origem ou que incorrerem em infrações administrativas ficarão sujeitos à cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, à interdição administrativa e à lacração, quando não forem credenciados.

Exploração de trabalho escravo

O Estado de São Paulo possui legislação que pune com rigor a exploração de trabalho em condições análogas à escravidão. Sancionada em 28/1/2013, a nova lei estabelece que empresas flagradas utilizando trabalho escravo perderão suas inscrições no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), serão fechadas e não poderão realizar qualquer transação formal. A autuação vale tanto para as envolvidas diretamente quanto as beneficiárias indiretas. Atinge ainda os sócios envolvidos, que ficam impedidos de entrar com nova inscrição por dez anos. A lei estadual foi criada a partir de projeto do deputado Carlos Bezerra Junior (PSDB).

A Lei 14.946/2013, aprovada pela Assembleia no final de 2012, concluiu uma etapa crucial para a sua aplicação efetiva com a assinatura do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no dia 13/5/2013, do decreto que a regulamentou e estabeleceu as condições formais para a rigorosa aplicação das penalidades. Havia uma portaria editada em fevereiro pela Secretaria estadual da Fazenda que dificultava a punição das empresas, uma vez que o processo de cassação do cadastro do ICMS só poderia ser iniciado após condenação penal, transitada em julgado, de pessoa vinculada à empresa que tivesse feito exploração de trabalho escravo.

Segundo informações de auditores e procuradores do Trabalho, não há no Brasil condenação criminal pela prática desse crime. A lei aprovada em São Paulo atinge economicamente

os que fizerem uso dessa prática. A lei contra trabalho escravo inovou ao prever restrições que acarretarão prejuízo àqueles que lucram com esse crime. O viés econômico trazido pela medida é uma de suas inovações. Deve, inclusive, influenciar na lógica do mercado paulista. "A criação dessa lei deverá inibir a concorrência desleal", ressalta Luiz Carlos Fabre, procurador do trabalho.

A nova legislação foi motivada por uma série de denúncias feitas pelo Ministério Público do Trabalho sobre casos de trabalhos forçados no Estado de São Paulo. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo apurou, nos últimos dois anos, diversos casos de trabalho degradante ocorridos em oficinas de confecção e no segmento da construção civil, envolvendo empresas renomadas desses setores.

- (1) Desmanches devem ser monitorados;
- (2) Trabalho escravo: oficina de costura que mantinha trabalhadores em condições de trabalho degradante (foto: reporterbrasil.org.br)









Em defesa das mulheres

Analice Fernandes

"Nos anos de 2013 e 2014, meu mandato se concentrou em causas que eu julgo de extrema importância para que

possamos ter um Estado com menos violência – principalmente a violência de gênero. Sou autora de quatro projetos de lei que caminharam neste sentido, sendo que três já se tornaram leis nos últimos anos.

A Lei 15.425/2014 determina que a Secretaria de Segurança Pública inclua em seus sistemas de informação as medidas protetivas de urgência expedidas pelo Poder Judiciário. O que vem ocorrendo é que, na maioria das vezes, para a mulher vítima de violência que chega à delegacia, não há nada que comprove a existência daquelas medidas, apenas o documento que a mulher deve portar.

Conseguimos também a aprovação da Lei 14.950/2013, que cria a campanha de conscientização de combate à violência contra a mulher, a ser desenvolvida no mês de novembro, nos órgãos estaduais. A proposta derivou da Lei 14.545/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação dos dados de violência

contra a mulher em todo o Estado, dividida por região.

O PL 583/2012 dispõe sobre notificação compulsória, que deve ser feita por toda unidade de saúde pública ou privada toda vez que atender mulheres vítimas de violência. Não são raras as vezes que essas mulheres procuram as unidades de saúde, e o caso de violência doméstica ou cometida por um terceiro não é notificado. A violência fica escondida aos olhos da sociedade e das autoridades.

Atuei também como membro efetivo na Comissão de Infraestrutura, na CPI que investiga casos de violência contra a mulher e como vicepresidente da Comissão de Saúde."



Mais uma vez, missão cumprida

Barros Munhoz

"Novamente tive a honra, em 2013, de ser escolhido líder do governo na Assembleia Legislativa, desta vez pelo governa-

dor Geraldo Alckmin. É uma missão espinhosa, mas extremamente gratificante.

A oportunidade de servir São Paulo, auxiliando no bom relacionamento entre o Legislativo e o Executivo e no funcionamento desta Casa, é realmente um privilégio. Procurei com respeito, humildade e com pertinácia valorizar os companheiros dos quatorze partidos que fazem parte da base aliada do governador na Assembleia. Busquei conviver bem com os quatro partidos de oposição, numa relação de respeito, diálogo, republicana e democrática. Pelo Executivo, deputados foram tratados acima das siglas partidárias e das divergências políticas.

Aprovamos nada menos que 37 projetos encaminhados pelo Executivo. A maioria deles foi aprimorada por emendas de parlamentares, em entendimento entre as bancadas de oposição e situação da Casa. Aprovamos sete projetos do Tribunal de Jus-

tiça, da Procuradoria Geral de Justiça, do Tribunal de Contas e treze projetos da Mesa Diretora. Aprovamos também 92 projetos de deputados, sendo que, até agora, 23 foram sancionados pelo governador. Foram derrubados 13 vetos do Executivo, sendo que sete desses vetos tiveram a sanção aprovada pelo governador e seis foram sancionados pela Assembleia.

Pode-se dizer que cumprimos nossa missão. E tudo isso sendo a Assembleia de São Paulo a que tem o menor gasto per capita entre os legislativos de todos os Estados.

O deputado é, acima de tudo e sempre, um representante do povo que o elege. O Parlamento é o poder democrático por excelência."





Secretário do Meio Ambiente e retorno à atividade parlamentar

Bruno Covas

"Reeleito deputado estadual em 2010 com a confiança dos eleitores que me deram a maior votação do Estado, tive a honra de ser

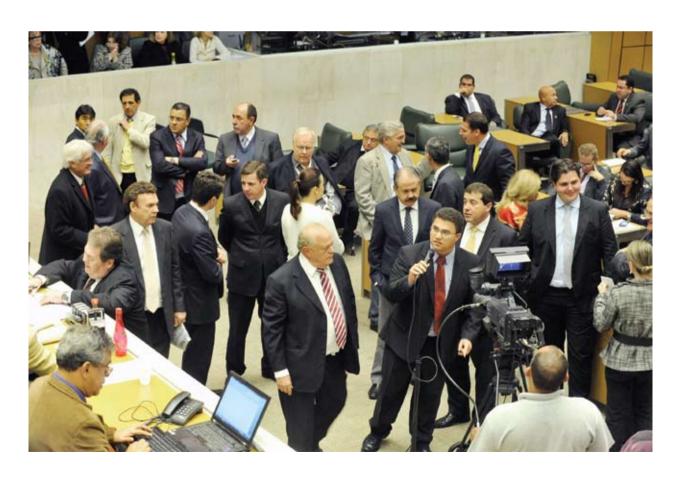
convidado pelo governador Geraldo Alckmin para ficar à frente da Secretaria do Meio Ambiente. Função que exerci, de janeiro 2011 a abril de 2014, com muito empenho e dedicação. O resultado desse trabalho fez com que 352.708 pessoas avaliassem como positiva a minha atuação e a da minha

equipe e eu fosse eleito deputado federal no último pleito de outubro.

De volta à Assembleia, em abril de 2014, assumi a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios, que em 130 dias e 17 reuniões investigou se os valores das tarifas cobradas pelas concessionárias nas rodovias paulistas estavam em consonância com os critérios definidos nos editais de licitação. O relatório final aprovado apontou a inexistência de qualquer irregularidade e, apesar de considerar que o preço dos pedágios é justo, recomendamos ao governo que, junto com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp), intensifique os estudos, já em curso, que possibilitem a redução das tarifas de pedágio.

Como membro efetivo da Comissão da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, propus os nomes do padre Luis Giuliani e do advogado Belisário dos Santos Júnior para a 18ª edição do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos. Ambos os nomes foram aprovados por unanimidade na comissão. Na Comissão de Atividades Econômicas, propus a criação de um grupo para estudar com técnicos, setor e especialistas um manual de boas práticas da avicultura.

Importante também destacar as relatorias em projetos de importância como o PLC 26/2014, do governador Geraldo Alckmin, que garantiu um pacote de valorização para toda a polícia paulista."





Um período de conquistas

Carlão Pignatari

"Sinto-me gratificado por ter contribuído para a conquista de inúmeros benefícios para mais de cem municípios do noroes-

te paulista. Uma importante vitória é a duplicação da rodovia Euclides da Cunha (SP-320), que está em fase de conclusão. Agora teremos a recuperação das rodovias SP-310 (Feliciano Sales Cunha) e SP-461.

Conquistei recursos para o Melhor Caminho, recapeamento e

pavimentação, construção de creches, unidades da rede socioassistencial, prédios e veículos para os conselhos tutelares, ambulâncias, equipamentos, custeio e manutenção para instituições assistenciais e de saúde, além de reforma e construção de sedes para a polícia, de escolas e de bibliotecas. Além de centenas de casas populares e veículos para transporte escolar.

Apresentei os PLCs 28 (designação de policiais militares da reserva e reformados para o serviço ativo) e 47 (requisito de ingresso nas carreiras de agente de telecomunicações e papiloscopista policiais), projetos estes autorizativos, pois a iniciativa deve ser do Executivo. Outro proje-

to é o da carreira dos agentes fiscais. Foram aprovadas emendas, de forma aglutinativa, e o veto do governador foi derrubado pelos deputados, pelos argumentos convincentes que expus.

Trabalho para que os municípios tenham acesso ao ICMS das usinas sucroalcooleiras. Empenheime também para que o Estado aumentasse os recursos para as santas casas, uma grande vitória. Fizemos o lançamento da Frente Parlamentar dos Comerciários, para beneficiar a classe.

Tenho ainda muita coisa a fazer e quero reafirmar o lema de continuar trabalhando para ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas."



Punição rígida para exploradores do trabalho escravo

Carlos Bezerra

"O ano de 2013 foi marcado pela sanção e regulamentação da nova lei paulista contra o trabalho escravo (Lei 14.496), de

minha autoria. A medida fecha empresas pegas explorando trabalho escravo direta ou indiretamente, cassando suas inscrições no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os autuados ficarão fora do mercado por uma década.

A iniciativa foi apontada por especialistas brasileiros como a mais rígida punição a escravagistas desde a Lei Áurea e foi elogiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da relatora especial para Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian. Por causa da medida, fui convidado à reunião do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU. Lá, a iniciativa foi apontada como referência mundial. A ONG norte-americana Free The Slaves, principal entidade de combate à escravidão no mundo, passou a usá-la como exemplo na Ásia e África. E, junto com o embaixador norte-americano do Escritório Para Monitoramento

e Combate ao Tráfico de Pessoas, Luiz CdeBaca, foi acertada a criação de um fórum binacional entre São Paulo e Califórnia (EUA) para subsidiar novas legislações em prol dos direitos humanos.

Também liderei a bancada do PSDB na Assembleia e, junto com os deputados, conduzi a modernização de sua assessoria técnica. Além disso, apresentei projetos para proteção da infância e destinei recursos orçamentários para ONGs de notório saber que atuam em defesa de grupos em vulnerabilidade social."



Continuidade ao trabalho realizado

Cauê Macris

"Com 31 anos, cumpri o meu primeiro mandato como deputado estadual após receber 66.412 votos. Nesta legislatu-

ra tivemos ações importantes, como a lei que fecha o cerco contra estabelecimentos que comercializarem bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. Também é de nossa autoria a lei que cria a lista Ficha Suja para motoristas embriagados, com a publicação no Diário Oficial dos

nomes dos motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool.

Após relatar o Orçamento de 2013, tivemos a grata satisfação em ser escolhido o deputado relator para analisar também o Orçamento Estadual de 2014 – estipulado em R\$ 189 bilhões. Acredito que a peça orçamentária seja um dos projetos mais importantes da Assembleia Legislativa de São Paulo. O Orçamento estadual garante a política de investimentos do governador Geraldo Alckmin nos 645 municípios paulistas. Fui ainda relator especial de projetos importantes, como o aumento escalonado de 45,2% aos profissionais da educação.

Tenho a honra em ser líder do PSDB na Casa, sendo o deputado mais jovem a comandar a maior bancada da Assembleia Legislativa de São Paulo. Com muito orgulho exerço a função de vice-presidente estadual do PSDB paulista. Para cada uma das 121.700 pessoas que confiam em nosso trabalho e nos deram a reeleição nas eleições em 2014, fica o compromisso da continuidade do trabalho que já realizamos, que tem um só objetivo: melhorar a vida das pessoas cada vez mais!"



Um biênio muito produtivo

Célia Leão

"O biênio 2013/2014 foi marcado por muito trabalho no Legislativo paulista. No setor para pessoas com deficiên-

cia, intermediei junto ao governo de São Paulo a promulgação do decreto que outorgou a isenção do ICMS na compra de carros novos por deficientes não condutores, que são os autistas, deficientes mentais e sensoriais. Solicitei ainda que o Executivo avaliasse a possibilida-

de de conceder a isenção do IPVA para este segmento em todo o Estado de São Paulo. Participei também das Caravanas da Inclusão, que percorreram todo o interior paulista, discutindo, conhecendo e buscando soluções para as demandas de cada região.

Na coordenação da Frente Parlamentar de Apoio ao Turismo, levei o tema para discussão em várias cidades paulistas e acompanhei de perto a liberação de recursos para o setor, principalmente para as nossas estâncias turísticas, que ultrapassaram os R\$ 300 milhões em 2013.

Atuação como corregedora parlamentar, participação em três comissões permanentes, presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Desaparecidos, presença nas câmaras temáticas da Copa do Mundo e no Congresso dos Municípios, vários projetos apresentados e a luta constante por mais recursos e melhorias para as nossas cidades pautaram o meu trabalho em 2013.

E o ano culminou com a alegria de ser escolhida pela Organização Brasileira das Mulheres Empresárias (Obme) como a melhor deputada estadual do Brasil. E isso me dá garra, determinação e coragem para continuar a missão de trabalhar cada vez mais por São Paulo."



Atendimento aos anseios da população

Celino Cardoso

"Nosso mandato representa os anseios da população do Estado de São Paulo, com maior ênfase na região norte da

capital, assim como nos municípios ao norte da Grande São Paulo, onde fortalecemos nossa atuação junto à educação, saúde e esportes, bem como infraestrutura urbana.

O trecho norte do Rodoanel Mário Covas, cujo projeto e audiências acompanhamos desde o primeiro momento, teve suas obras iniciadas no decorrer de 2013. Quando concluída, a obra trará grande alívio à população da região. De igual forma, continuamos acompanhando as questões relacionadas à Linha 6 do Metrô – Brasilândia/São Joaquim, cujo contrato de concessão foi assinado em dezembro último.

Por intermédio de emendas parlamentares, conseguimos liberação de recursos para o custeio do Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho (Instituto de Câncer) e para aquisição de equipamentos pelo Centro de Oftalmologia Tadeu Cvintal, bem como recursos para infraestrutura urbana de diversos municípios.

Mantemos nosso escritório de atendimento à população há mais de 20 anos, junto à avenida Miguel Conejo, 20, na Freguesia do Ó, São Paulo, capital."



Pelo fortalecimento dos municípios

Celso Giglio

"Sou médico, formado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Especializei-me

em cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Sou também administrador hospitalar graduado pela Universidade de São Paulo.

Meu pai, Antonio Giglio, foi prefeito de Viradouro durante três mandatos. Em 1966, cheguei a Osasco, como médico concursado do Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência (SAMDU) e da prefeitura municipal. Lá ocupei os cargos de superintendente da Fundação de Saúde do Município de Osasco e de secretário de Saúde. Presidi a Associação Paulista de Medicina/Regional Osasco e a Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO).

Eleito vereador, em 1988, fui presidente da Câmara Municipal de Osasco. Em 1990, fui eleito deputado estadual e, dois anos depois, prefeito de Osasco. Em 1997, assumi a presidência da Associação Paulista de Municípios (APM), cargo que ocupei por mais de oito anos. Em

1998, fui eleito deputado federal e, em 2000, venci novamente as eleições para a prefeitura de Osasco. Em 2005, assumi a superintendência do Iamspe e, no ano seguinte, fui eleito deputado estadual. Fui reeleito em 2010 e a partir de março de 2015 cumprirei o quarto mandato no Parlamento paulista.

Apresentei projetos importantes, participei das comissões de Redação; de Assuntos Metropolitanos e Municipais, a qual presidi; e de Saúde. Presidi a CPI dos cursos de medicina. Certamente, novos desafios me esperam e meu desejo é continuar contribuindo com muito trabalho e dedicação a este Legislativo."





Um mandato com saúde e disposição para ir muito além

Dilador Borges

"Nesta primeira experiência como deputado, fiquei impressionado com a diferença entre o que a tevê mostra e o coti-

diano do Parlamento. Se como empreendedor sempre tive a sensação de que os dias são curtos para realizar o que preciso, na Assembleia tive a certeza de que os dias são quase nada para realizar tudo o que a população precisa. Mesmo assim, graças a Deus, em 15 meses como representante do PSDB na região de Araçatuba e Noroeste Paulista, consegui atender à maior parte das necessidades da saúde, educação, infraestrutura, moradia, agricultura, meio ambiente e assistência social.

Fui muito abençoado por conseguir destinar ambulâncias para todos os 43 municípios da região de Araçatuba, além de 50 veículos de primeiros socorros para outras cidades do Estado. Consegui com o governo do Estado verbas para ampliar, adequar e custear os hospitais e as santas casas de Andradina e Castilho, além dos quase

R\$ 20 milhões para as obras da Santa Casa e construção do Hospital do Rim de Araçatuba.

E o que me deu uma satisfação imensa foi ter visitado as 43 cidades que represento e mais outras 47 no entorno da Noroeste Paulista, para entender as principais necessidades daquelas populações.

Sou muito grato a Deus por este mandato, pela força que Ele continua me dando para continuar minha caminhada; e pelo respeito e confiança que conquistei da população, do governador Alckmin e do PSDB."



Defesa do consumidor

Fernando Capez

"Sou procurador de Justiça licenciado do Ministério Público do Estado de São Paulo. Estou exercendo o cargo de depu-

tado estadual pelo PSDB, já na segunda legislatura, para a qual recebi 214.592 votos. Por dois biênios fui presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, membro efetivo da Comissão de Direitos Humanos e do Conselho de Prerrogativas, presidente da CPI da Segurança

no Transporte Aéreo, relator da CPI de fraudes nos seguros de automóveis e autor do requerimento da CPI para investigar a eventual cartelização do mercado de autopeças de reposição. Presido quatro frentes parlamentares, entre elas a de Proteção aos Idosos e a de Prevenção ao Vírus da Hepatite C. Apresentei mais de 400 proposições.

No Estado de São Paulo, sou autor de inúmeras leis, as de maior significado para os consumidores: Lei 13.552/2009, que obriga as prestadoras de serviço público a emitir recibo das prestações já pagas, permitindo ao consumidor livrar-se de contas antigas que, antes, precisavam ser

guardadas em casa por até cinco anos; Lei 14.471/2011, que proíbe hospitais e clínicas particulares do Estado de São Paulo de exigirem caução ou qualquer outra garantia como condição para internar paciente; e Lei 15.248/2013, que obriga a divulgação das dez empresas e fornecedores com mais reclamações no Procon-SP.

Na defesa dos direitos dos animais, conseguimos a criação do Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento do Solo Urbano (GECAP), que terá como uma de suas atribuições a defesa dos animais."



Rodovia dos Tamoios e outras conquistas para RM do Vale

Hélio Nishimoto

"No cumprimento do meu mandato, tenho priorizado investimentos para a Região Metropolitana do Vale do

Paraíba e Litoral Norte. Entre as conquistas, ressalto a duplicação da rodovia dos Tamoios, principal ligação com o Litoral Norte, por onde trafegam mais de 16 mil veículos diariamente, e a construção do Hospital Regional de São José dos Campos.

O saldo do biênio 2013/2014 foi positivo, com parcerias viabilizadas em mais de 50 prefeituras e entidades sociais, por meio dos recursos provenientes de emendas parlamentares, tornando possível importantes projetos e a realização de obras essenciais para o Vale do Paraíba, Vale Histórico, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte.

Também consegui a liberação de recursos fundamentais para a implantação de projetos sociais e culturais voltados para a comunidade nikkei, da qual sou representante neste Parlamento.

Entre os objetivos do mandato, destaco a implantação do Hospital Regional do Litoral Norte e do Centro de Reabilitação Lucy Montoro, importantes centros estaduais de saúde para atender Caraguatatuba, São Sebastião, Ubatuba e Ilhabela. Também estou empenhado em conseguir junto ao governo de São Paulo a construção do Hospital do Vale Histórico, que ainda não possui nenhuma unidade desse porte.

Reconduzido à presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, reafirmo minhas convicções de atuar, dentro e fora do Parlamento, sempre pautado pela ética e pelo compromisso com as pessoas."



Trabalhamos pensando na qualidade de vida do cidadão

João Caramez

"Os dois últimos anos foram de muito trabalho. Colhemos bons resultados, como a promulgação da Lei 15.658, de minha auto-

ria e que proíbe a comercialização de produtos ópticos, como óculos, lentes de contato e de sol por ambulantes ou em estabelecimentos não-autorizados.

A lei restringe a venda de lentes oftálmicas e de contato, óculos com grau e óculos de sol aos estabelecimentos comerciais especializados e devidamente credenciados para tal finalidade, que dispõem do conhecimento e da técnica adequada para aferir a qualidade dos óculos comercializados e a sua compatibilidade com cada cliente.

Também tive outro projeto de lei aprovado no período, o PL 246/2013, que dispõe sobre informações e procedimentos de segurança e emergência nos ônibus intermunicipais. Com isso, as empresas são obrigadas a comunicar aos passageiros a localização e modo de abertura das janelas e saídas de emergência em caso de acidente, o uso do extintor e sua localização e o modo de utilização de cinto de segurança.

Entre projetos apresentados, destaco ainda o PL 1.198/2014, que visa estimular a produção mineral sustentável com a certificação de Município Minerador Sustentável às cidades que, possuidoras de jazidas de minérios, promovam o planejamento ordenado dessa atividade para compatibilizar a mineração com as demais atividades socioeconômicas de uso e ocupação do solo. O PL que proíbe o consumo de bebida alcoólica nos postos de combustíveis também é de minha autoria. Continuaremos trabalhando, sempre pensando na qualidade de vida do cidadão.."





Luta por moradia, educação e saúde

Marcos Zerbini

"Sou advogado formado pela Universida de de São Paulo, trabalho com movimentos populares desde 1980, quando

comecei meu trabalho social a partir das pastorais da juventude e da moradia da Igreja Católica. Atuei em especial com movimentos de luta por moradia, educação e saúde.

Em 2000 fui eleito vereador da cidade de São Paulo pelo PSDB, com 30.748 votos, me reelegi em 2004, com 41.488 votos. Em 2006, candidatei-me deputado estadual, fui eleito com 94.082 votos e reeleito em 2010, com 85.678 votos, e em 2014, com 76.895 votos. Tenho como principal base eleitoral as regiões norte e oeste da cidade de São Paulo e a Região

Metropolitana de São Paulo.

Desde 2010 passei a estender o meu trabalho para cidades do interior do Estado, tendo alcançado votação expressiva nos municípios de Novo Horizonte, Itajobí e Guararapes. No último ano estendi meu trabalho para algumas cidades do Vale do Ribeira (Jacupiranga, Pariquera-Açu, Miracatu, Registro e Cananéia), onde pretendo intensificar minha atuação. Sou católico e participo do movimento Comunhão e Libertação."



Em defesa dos direitos da mulher

Maria Lúcia Amary

"Nasci em Santos, sou professora e advogada, com mestrado em Direito Constitucional e Administrativo

pela PUC/SP. Reeleita para o quarto mandato, fui líder da bancada do PSDB e vice-líder do Governo.

Presido a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, integro a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e fiz parte da Comissão de Educação. Em 2014, fui relatora da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento de 2015.

Coordeno duas importantes frentes parlamentares: Desoneração Tributária dos Medicamentos e Combate aos Motoristas Criminosos. Sou vice-coordenadora da Frente Parlamentar para Regularização Fundiária e membro da Frente Parlamentar em defesa da Malha Ferroviária.

Entre as leis de minha autoria destacam-se a que garante o atendimento especial às mulheres e crianças vítimas de violência sexual, a que fecha estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas para menores de idade e a que permite protesto de dívidas de aluguel e condomínio.

Como presidente da Comissão

de Constituição e Justiça, propus o projeto de lei que consolida a legislação referente à mulher.

Também sou autora de projetos como o que institui o ensino religioso na rede pública de ensino, pé diabético, assistência básica em reprodução humana, saúde da mulher detenta, qualidade de vida da mulher no climatério e saúde na escola pública.

Pelo trabalho parlamentar, recebi relevantes homenagens, como as medalhas "Ruth Cardoso", "Lauro Ribas Braga", "Amigo da Marinha" e "Brigadeiro Tobias", o Colar Evocativo da Revolução Constitucionalista de 1932 e o título de Embaixadora da Paz."



Defesa das ferrovias e da regularização fundiária

Mauro Bragato

"Além da apresentação de proposituras e do nosso árduo trabalho à frente da Comissão de Finanças, Orçamento e

Planejamento da Assembleia, demos, nos últimos anos, especial atenção às frentes parlamentares. Foi o período mais produtivo da Frente em Defesa da Malha Ferroviária Paulista, com diversas reuniões na Casa e em Brasília. Participamos de encontros organizados por outras entidades – como Andradina – para discutir a implantação da Ferrovia Norte-Sul no Estado de São Paulo.

Outra grande satisfação foi implantar a Frente Parlamentar pela Regularização Fundiária Urbana e Rural. Percebemos a importância do tema já na primeira reunião, com mais de 100 participantes, entre prefeitos, vereadores, lideranças sindicais e representantes de entidades. Estiveram presentes o então corregedor-geral de Justiça e hoje presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, o diretor-executivo da Fundação Itesp, Marco Pilla, o procuradorgeral do Estado, Elival da Silva Ra-

mos, o presidente da Associação dos Registradores Imobiliários do Estado de São Paulo (Arisp), Flauzilino Araújo dos Santos, e, representando a Associação de Notários e Registradores do Estado de São Paulo (Anoreg), Izaías Gomes Ferro Júnior.

São temas de grande importância para o povo paulista, e é nosso dever discutir os problemas, buscar soluções, propor alternativas para melhorar a situação da malha ferroviária e atenuar o problema da regularização fundiária. Tratam-se de causas para dar cidadania a uma grande parcela da população que vive à margem de benefícios e em total insegurança jurídica."



Ações para melhorias da mobilidade urbana

Orlando Morando

"Neste terceiro mandato, tentei retribuir a confiança da população cumprindo o meu papel de fiscalizar o governo, lutar para

a realização de grandes obras e editar novas leis importantes. Mas, principalmente, com minha inesgotável disposição e trabalho para desenvolver o conhecimento, a cultura, as atividades econômicas, a infraestrutura e a logística que é necessária para uma sociedade de oportunidades.

Como membro da Comissão dos Transportes, atuei fortemente em um dos grandes problemas da região metropolitana, que é a mobilidade urbana, e comemoro os bons resultados obtidos. Pela primeira vez na história, o Metrô de São Paulo promove, simultaneamente, cinco obras de expansão da sua rede.

Fui relator do projeto de financiamento da Linha 18 – Bronze, que vai ligar o ABC à Capital, cujo contrato para implantação e operação da linha já foi assinado. A partir desse momento o sonho do Metrô no ABC se torna realidade. A nossa expectativa é de que as obras sejam iniciadas em 2015 e concluídas em 2018.

Gostaria de destacar também uma

das mais importantes medidas surgidas a partir da iniciativa popular, a Lei da Ficha Limpa, que trouxe novos parâmetros para a prática política em todo o território nacional. Mas o Estado de São Paulo foi pioneiro na implantação de uma emenda constitucional, de minha autoria, que ampliou a moralização nos quadros públicos.

Depois do exemplo de São Paulo com a Ficha Limpa Paulista, centenas de municípios alteraram suas leis orgânicas e diversos Estados aprovaram dispositivo constitucional semelhante, entre eles, Acre, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná e Rio de Janeiro."





Muito trabalho e conquistas

Pedro Tobias

"Dois anos de muito trabalho e conquistas importantes. É assim que eu defino 2013 e 2014. Comecei o ano de 2013 ainda na

condição de presidente estadual do PSDB e me dediquei quase exclusivamente ao trabalho de aproximação do partido com sua base de militantes, aquelas pessoas que arregaçam a manga da camisa e que fazem do PSDB o gigante que é hoje. Deixei a presidência em abril e passei a me dedicar

mais às demandas dos municípios que compõem a grande região de Bauru.

E tivemos importantes vitórias, como a aprovação pelo governador Geraldo Alckmin da duplicação dos 22 quilômetros de rodovia que ligam Jaú a Barra Bonita. Uma obra que exigirá um investimento de R\$ 150 milhões do governo do Estado e que inclui o recapeamento e construção de terceira faixa no trecho da SP-255 entre Barra Bonita e São Manuel. Cito também a chegada do Programa Bom Prato a Bauru que oferece alimentação balanceada e de muito boa qualidade por um preço acessível a todos. São 300 cafés da manhã por apenas R\$ 0,50 centavos cada e 1.200 almocos por apenas R\$ 1,00 cada. É um programa voltado à parcela mais carente da população que não precisa ter muito dinheiro para se alimentar bem. Conseguimos viabilizar também recursos para a saúde, com investimentos em hospitais de referência em Jaú e Bauru, duas das principais cidades da região. Ajudamos a viabilizar a escola de soldados em Agudos, um grande reforço na área da segurança.

Para os próximos anos, temos outras batalhas pela frente. Vamos continuar lutando pela Faculdade de Medicina em Bauru, pelo prédio novo do Fórum, por um hospital novo. Enfim, as demandas são muitas e a luta por uma sociedade melhor e mais bem estruturada segue em frente."



Atuação no Parlamento paulista

Ramalho da Construção

"Eleito suplente de deputado estadual em 2010, assumi o mandato no Parlamento paulista em janeiro de 2013.

Nesses dois anos, procurei fazer o máximo que podia pela nossa gente.

Para aumentar a consciência política dos trabalhadores, uma das minhas primeiras ações como deputado estadual foi receber todas as semanas grupos de 50 trabalhadores da construção civil para conhecer a Casa e o papel dos parlamentares.

Participei de comissões permanentes e de comissões parlamentares de inquéritos, com destaque para a CPI das Autopeças e CPI das Pessoas Desaparecidas, que trouxeram em seus relatórios finais valiosas contribuições para as polícias do Estado.

Entre os projetos de lei que apresentei, tenho especial apreço por aquele que se transformou na Lei 15.557/2014, que instituiu o Dia do Trabalhador da Construção Civil, a ser comemorado em 25 de outubro, uma data que anualmente servirá de valorização e reflexão sobre essa categoria tão

importante na história da classe trabalhadora e para o futuro de São Paulo.

Tramitam ainda: o Projeto de Lei 239/2013, que cria o Programa Menor Recuperado, para que adolescentes internos da Fundação Casa aprendam profissões relacionadas ao setor automotivo e possam praticar seus conhecimentos em automóveis do Estado que estejam em desuso; e o Projeto de Lei 596/2014, que institui um número telefônico único de emergência para a Polícia Militar Rodoviária, para agilizar o recebimento das chamadas e o atendimento às emergências."



Quando conscientizar é prevenir

Roberto Engler

"O trabalho de legislador é algo complicado. O do legislador estadual, ainda mais. As prerrogativas de um deputado esta-

dual são restritas. Embora sejam muitas as ideias, convertê-las em lei não é tarefa fácil.

Projetos de lei que buscam a conscientização sobre este ou aquele assunto são formas de indicar uma preocupação do parlamentar. Nem sempre são votados rapidamente. Outras vezes, mesmo aprovados pelos colegas, acabam não sancionados. De todo jeito, sinalizam anseios de quem os propõe.

Dois projetos de minha autoria, um convertido em lei e outro em tramitação, vão exatamente neste sentido.

A Lei 15.430/2014, que oficializou a campanha Novembro Azul em todo o Estado de São Paulo, é fruto do Projeto de Lei 812/2013. O mês é marcado por iniciativas que abordam a prevenção ao câncer de próstata e outras doenças com incidência maior sobre a população masculina, nos mesmos moldes do já tradicional Outubro Rosa, que trata da saúde feminina.

O PL 361/2013 institui a Semana Conscientização da Síndrome de Down, a ser realizada anualmente, coincidindo com o dia 21 de março, Dia Internacional da Síndrome de Down. As ações desta semana teriam como objetivo a conscientização e compreensão dessa disfunção genética e a inclusão da pessoa com Síndrome de Down.

As duas propostas são relevantes, pois destacam males que precisam ser discutidos para compreensão dos públicos a que se dirigem. Dando evidência aos assuntos, mais pessoas poderão compreender como lidar com eles e, se for o caso, preveni-los."



Impulso ao desenvolvimento da Região Central do Estado

Roberto Massafera

"Eleito pela Região Central do Estado de São Paulo, já caracterizando o voto distrital, cumpri meu segundo mandato no

Legislativo paulista, pelo desejo de eleitores das cidades de Araraquara, São Carlos, Matão, Ibaté, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Gavião Peixoto, Tabatinga, Nova Europa, Trabiju, Bocaina, Brotas, Dois Córregos, Itirapina, Descalvado, Porto Ferreira, Tambaú, Jaú,

Dourado, Itirapina, Santa Ernestina, Motuca, Guatapará, Borborema e São Paulo.

Avalio o biênio 2013-2014 como um período de muito trabalho. Felizmente, alcançamos bons resultados por meio de indicações e emendas parlamentares. Entre as leis propostas por mim, destaco a que tornou obrigatória a presença de monitores ambientais nos parques e reservas ambientais.

Lembro também da lei que ampliou o prazo de pagamento do ICMS, que beneficiou 222 mil empresas do Estado de São Paulo, e da que trata da ampliação da cobertura do seguro de vida para os policiais civis e militares, que,

antes, só contavam com este benefício quando em serviço.

Destaco ainda minhas propostas de criação de incubadoras de empresas nas Fatec e dos parques tecnológicos que darão impulso à geração de empresas em toda a Região Central do Estado; a instalação de Faculdades de Tecnologia em Araraquara e São Carlos; a interiorização da Escola de Contas do TCE, que visa qualificar a administração pública; e, finalmente, a ampliação do número de escolas atendidas pelo programa Escola da Família e a defesa das Apaes.

Com alegria posso afirmar que foi um período de muito trabalho e que fomos recompensados com grandes vitórias e conquistas."





O fortalecimento da democracia e dos municípios

Samuel Moreira

"Além da elaboração das leis e da fiscalização do Executivo, uma das atividades mais presentes nos parlamentos brasileiros é a

representação de segmentos da população, cidades e regiões do Estado. É um fato político perceptível no dia a dia da Assembleia paulista, seja nas reuniões de comissões permanentes e temporárias, frentes parlamentares ou votações em plenário. Com frequência, os deputados lutam pela obtenção de conquistas regionais, que se traduzam em melhorias para a vida da população que representam.

Esse empenho dos parlamentares, independentemente de coloração partidária, decorre em grande parte do desequilíbrio crônico na distribuição dos recursos públicos entre os entes federativos. Os municípios contam com aproximadamente 13% da arrecadação de impostos. Os estados ficam com apenas R\$ 1 de cada R\$ 4 pagos pelos cidadãos em tributos, enquanto a União concentra 62% do bolo tributário.

São responsabilidades dos prefeitos o fomento ao desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e a fiscalização do uso e ocupação do solo. Mas o maior desafio dos administradores municipais é a prestação de serviços – de educação, saúde, coleta de lixo, limpeza pública, iluminação, segurança e conservação das ruas, entre outros.

Esta situação coloca na ordem do dia a necessidade de uma reforma fiscal, que fortaleça os municípios e regule, de forma clara, as atribuições de cada ente federativo.

Nos próximos anos, este tema estará cada vez mais no centro dos debates nacionais, não só nos parlamentos, na imprensa, mas também no Judiciário e no próprio Executivo, que, esperamos, tenha sensibilidade e iniciativa de liderar a proposição de soluções."



Ética, desenvolvimento sustentável e transparência

Welson Gasparini

"Comecei a participar da política aos 17 anos, integrando a juventude democrata cristã, tendo como líder e motivador o sau-

doso governador Franco Montoro.

No meu primeiro mandato eletivo, fui o prefeito mais jovem do Brasil em cidade com mais de cem mil habitantes. Por quatro vezes fui presidente da Associação Brasileira de Municípios, entidade que congrega todos os municípios do país; e também presidente da Organização Sul Americana de Municípios.

Sempre honrando os mandatos recebidos, com dignidade e competência, em Ribeirão Preto fui conhecido como o 'prefeito das praças' – e isto numa época em que não havia essa consciência ambientalista ora dominante – e o 'prefeito das avenidas'. Vereador em Ribeirão Preto e deputado federal, estou agora no terceiro mandato como deputado estadual, atualmente exercendo a viceliderança da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa.

No atual mandato, dediqueime especialmente ao apoio a entidades beneficentes, hospitais filantrópicos e santas casas, sendo um defensor intransigente da ética na política, do desenvolvimento sustentável e da transparência nos gastos públicos. Para o próximo mandato, destaco as bandeiras da implantação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, a ampliação das escolas de tempo integral e o fim da progressão continuada na rede estadual de ensino. exercício da política é um dom que me foi concedido por Deus e a ele procuro corresponder com o mesmo entusiasmo de quando ingressei na vida pública, em 1957, conquistando o primeiro dos seus nove mandatos eletivos."



Uma transição desafiadora

Adriano Diogo

"O biênio 2013/2014 foi muito interessante e importante para todo o Brasil. Para mim, foi o período em que me

diferenciei como deputado.

Esses últimos anos tiveram um significado ímpar no mandato, talvez um dos mais importantes da minha carreira política. Presidir simultaneamente a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão da Verdade me devolveu a dignidade como ser humano. Na próxima legislatura, não estarei mais presente na Assembleia, partindo para uma nova realidade.

Seria um problema geracional? Neste ano, completo 65 anos e acho necessário dar esse passo, embora pareça muito arriscado. Porém, me encontro preparado para encarar esse enorme desafio que vem pela frente.

São os desafios da maturidade.

É muito gratificante ter trabalhado nesse período com a Comissão de Direitos Humanos e o SOS Racismo, onde tratamos das mais diversas violações dos direitos das pessoas mais marginalizadas, mais humildes e mais pobres.

Com a Comissão da Verdade de São Paulo, estamos fazendo um excelente trabalho de memória política para esse país e, principalmente, para as vítimas da ditadura militar, que interrompeu vidas e biografias fantásticas.

O PT possui uma bancada firme e brilhante. Somos uma minoria forte, combativa e consistente. Quando se desenvolve uma função pública, é preciso se preparar para estar à altura de tal desafio.

Hoje vemos que o Brasil alcançou um estágio de maturidade, no qual as pessoas estão dispostas a enfrentar novos desafios a cada dia. As pessoas querem conviver com projetos mais consistentes, não com projetos insipientes. É isso que o nosso mandato sempre propôs."



Trabalho e conquistas

Alencar Santana

"Tivemos em nosso mandato muito trabalho e muitas conquistas, sempre com a perspectiva de defender os interesses do

povo trabalhador.

Em 2013, além de membro da Comissão de Transportes e Comunicações da Assembleia Legislativa, tive a honra de ser eleito presidente da Comissão de Infraestrutura. Nessas comissões presidimos audiências públicas importantes, como as que

ouviram os presidentes do Metrô e da CPTM e o secretário de Transportes, sobre denúncias de corrupção nos contratos dessas empresas. Infelizmente, requerimentos que visavam aprofundar as investigações não foram aprovados pela base do governo, impedindo o esclarecimento das graves denúncias.

Participamos ativamente do movimento Guarulhos quer metrô, lutando por um antigo sonho. Entre outras atividades, colhemos assinaturas em abaixo-assinado, juntamente com o prefeito Almeida, de Guarulhos, levando ao governo do Estado a reivindicação.

Também estamos firmes para que a Linha 13 do trem que chegará até o aeroporto de Guarulhos se estenda até o bairro do Bonsucesso.

Aprovamos a PEC da Juventude de minha autoria, que altera o artigo 277 da Constituição Estadual, garantindo aos jovens direitos e proteção especial por parte do Estado em decorrência de particularidades. Uma vitória construída em diálogo com lideranças juvenis, estudantis e da sociedade civil.

Estas são algumas das atividades desenvolvidas até o momento. Ainda temos um ano de mandado a cumprir e muita disposição para continuar nessa jornada em defensa de um Estado desenvolvido e justo, que ofereça qualidade de vida à sua população."



Meio ambiente e educação

Ana do Carmo

"Nos últimos dois anos, aconteceram várias conquistas para o meu mandato. Tive o privilégio de coordenar a Frente Par-

lamentar em Defesa da Agricultura Orgânica e da Agroecologia no Estado de São Paulo. Percorri o Estado em busca de apoio para ao alimentos livres de agrotóxicos e, em especial, para seus produtores, que precisam de suporte e incentivo do Poder Público. Considero de extrema importância que se garanta uma alimentação saudável voltada para todo o povo paulista. E tenho a plena convicção de que o incentivo à agricultura orgânica permitirá um salto enorme na qualidade de vida do paulista, além do que contribuirá para preservação da nossa terra.

Ainda nas ações do mandato voltadas para o meio ambiente, foi colocado em prática o Projeto Aquecedor Solar Popular. Implantado em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, por meio de emenda parlamentar de meu mandato, o projeto vem privilegiando famílias de baixa renda que, com a

instalação de aquecedores nas suas casas, conseguem uma redução de até 50% no consumo de energia elétrica, o que gera importante economia para as famílias.

Mantive minha luta pela presença de psicólogos e assistentes sociais na rede de ensino estadual. Apesar da negativa que proposta nesse sentido, o Projeto de Lei 442/2007, recebeu por parte do Executivo, sigo empenhada em ter esses profissionais nas escolas de todo o Estado, por considerar de fundamental importância uma educação que auxilie o aluno além da sala de aula."



HPV: nossa luta continua

Ana Perugini

"Dez de março de 2014 é uma data histórica para as mulheres brasileiras. Meninas de 11 a 13 anos come-

çaram a receber a vacinação contra o vírus HPV (Papiloma Vírus Humano), causador do câncer de colo de útero. Em 2011, a doença vitimou 5.160 mulheres. São cerca de 18 mil novos casos a cada ano no país.

Em julho de 2013, o governo federal anunciou a vacinação, mas a

luta pela vacina na rede pública do Estado de São Paulo ocorre desde 2007, quando apresentei projeto de lei de número 708. As comissões de Saúde e Higiene, Constituição e Justica e de Finanças e Orçamento já deram pareceres favoráveis, publicados no Diário Oficial de 9 de abril de 2008. Porém, até agora, não foi à votação. No ano passado, realizei o Seminário de Prevenção e Combate ao HPV, que reuniu profissionais da saúde e representantes da Associação de Ginecologia e Obstetrícia do Estado de São Paulo (Sogesp). Levei a discussão sobre a doença até o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) da Universidade

Estadual de Campinas (Unicamp). O HPV foi também tema de encontros de mulheres no interior.

A decisão do Ministério da Saúde é um avanço. Mas o PL 708/2007 continua vivo. Nele, a vacinação será para meninas de nove anos e mulheres de até 26 anos. A vacina é produzida pelo Instituto Butantan, órgão do governo do Estado que poderia ter sido pioneiro em uma ação em favor da saúde das mulheres paulistas.

Em tempo: o Projeto de Lei 326/2007, que estabelece o dia 11 de março como Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Colo de Útero, virou lei. Seu número: 15.098/2013."



Um mandato cidadão, um mandato que luta pela vida

Antonio Mentor

"Desde o primeiro dia de nosso mandato, nossa maior luta é pela preservação do que temos de mais importante: a vida. Quando lutamos por melhoria nas políticas sociais, defendemos a vida; quando lutamos por mais empregos, defendemos a vida; quando lutamos para que todos os brasileiros tenham mais educação e mais médicos, defendemos a vida.

Doar sangue é defender a vida. Hoje, pode ser que você não saiba a vida que você está salvando; amanhã, pode ser a de uma pessoa que você conheça. Um sinal de amor ao próximo, um sinal de solidariedade, um sinal de defesa da vida. É a doação de sangue.

E mais ainda, doe órgãos.

É simples: avise sua família que você é doador. Você pode acrescentar momentos felizes, dias felizes à história de alguma pessoa.

Lute pela vida junto com a gente. Doe sangue. Doe órgãos."



Propostas para a defesa de direitos

Beth Sahão

"Considero que os últimos dois anos de meu mandato foram muito produtivos. Conseguimos ampliar ainda mais o

diálogo com os setores organizados da sociedade, encabeçando importantes iniciativas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9/2013, que busca zerar o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos medicamentos e, dessa forma, baratear o preço desses produtos.

No campo dos direitos humanos, intensificamos nossas ações, seja cobrando a apuração de denúncias de maus-tratos na Fundação Casa, seja defendendo os direitos dos manifestantes agredidos pela polícia durante os protestos de junho e julho, ou mesmo levando adiante nosso trabalho em defesa das mulheres e também dos idosos. Nesse sentido, importante destacar a proposta de nossa autoria que pede a criação da Secretaria Estadual do Idoso para capitanear as ações e políticas públicas voltadas para a terceira idade.

Por fim, é sempre bom lembrar a relevante vitória que obtivemos para os contribuintes paulistas, com a aprovação, em outubro de 2013, do Projeto de Lei 39/2006, que possibilita o parcelamento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em até dez vezes."





Diálogo com a sociedade paulista

Carlos Neder

"Assumi o mandato em 2013 e fui a mais de cem municípios, incluindo visitas a acampamentos e assentamentos rurais, direcio-

nando verbas em seu favor.

Desde 2014, presido a Comissão de Educação e Cultura, além de atuar nas comissões de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Relações do Trabalho.

Criei o Fórum Suprapartidário em Defesa do SUS e da Seguridade Social, coordeno a Frente Parlamentar pela Duplicação da Rodovia SP-255 e a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos de Pesquisa e Fundações Públicas do Estado de São Paulo.

Realizei audiências para trazer informações técnicas para o ambiente legislativo, na discussão de iniciativas governamentais e de projetos como o que institui as Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Em conjunto com os conselhos profissionais de saúde, analisamos a qualidade do processo de formação de alunos e a adequação ao mercado de trabalho.

Debatemos as consequências da prioridade dada pelo governo esta-

dual à gestão privada por meio de organizações sociais e a necessidade de fortalecermos a gestão pública e os mecanismos de controle, com a experiência dos conselhos gestores.

Posicionei-me sobre as denúncias de corrupção e a crise da água, o abandono do interior, que também sofre com a falta de planejamento para o desenvolvimento regional sustentável, o excesso de pedágios e a construção de presídios sem contrapartida social.

Aprovei nesses dois anos três leis de minha autoria e apresentei doze projetos de lei contemplando as áreas de saúde, ciência, tecnologia, inovação, mobilidade e construção de políticas públicas."



Por um Estado que alie desenvolvimento e justiça social

Edinho Silva

"Desde que assumi o mandato de deputado estadual, em 2011, tenho procurado ser um instrumento dos municípios paulistas

para a construção de um Estado mais humano e igualitário. É absolutamente possível aliar desenvolvimento econômico com justiça social. Os governos Lula e Dilma provaram isso.

Um dos principais projetos que apresentei trata do acolhimento e tratamento das pessoas com doenças raras. São mais de 2,5 milhões no Estado. Aprovado pelos deputados, ele foi vetado pelo governador. Apresentei ainda vários outros projetos com vistas a garantir a prevenção e promoção da saúde no Estado e trabalhei junto às instituições pela elaboração democrática do Plano da Educação.

Outros projetos pautam o aprimoramento de mecanismos de fiscalização e de participação social. Também discuto um novo modelo de desenvolvimento regional e defendo a revisão da política de pedagiamento, um limitador do crescimento do interior do Estado. Junto com a bancada do PT, enfrentei vários embates no resguardo dos

direitos dos cidadãos paulistas.

Tenho buscado ouvir e atender todas as regiões do Estado por meio de suas entidades, lideranças comunitárias e políticas. Meu mandato está aberto ao diálogo e à busca de soluções. Desde 2011 já conseguimos a liberação de verbas para obras e projetos importantes. Também tivemos muitas conquistas junto ao governo federal.

Não tenho medido esforços para dignificar os votos de todos aqueles que confiaram em mim e no projeto que represento. Junto a essas pessoas, eu sonho e luto por um Estado de São Paulo melhor. O Estado mais rico da nação pode ser também o mais justo."

Um biênio de intenso trabalho

Enio Tatto

"Os anos de 2013 e 2014 foram de intenso trabalho ao exercer concomitantemente o cargo de 1° secretário da Mesa Diretora da Assembleia

Legislativa e de deputado. Quanto ao exercício do mandato de deputado percorri – como faço todos os anos - o interior do Estado e a Região Metropolitana da Capital para participar de audiências públicas regionais e debater com a sociedade a aplicação dos recursos orçamentários. Audiências estas,

aliás, que resultaram de iniciativa de meu mandato juntamente com o do ex-deputado Mário Reali (PT). Nessas viagens tratei também de emendas ao Orçamento estadual e de assuntos de interesse de prefeituras e de organizações da sociedade com meus parceiros, sejam vereadores, prefeitos ou líderes comunitários.

Quanto às proposituras, em 2013 e 2014, apresentei, entre outras iniciativas, um projeto de lei para que cada um dos 645 municípios paulistas tenha uma república para idosos de baixa renda, 12 outros sobre vários temas e subscrevi 48 requerimentos e 109 indicações. No período, tive aprovadas as leis 15.312/2014, que cria bancos comunitários de sementes e mudas no

Estado de São Paulo, 15.361/2014, relativa à exposição de produtos orgânicos nos estabelecimentos comerciais do Estado e 15.564/2014, que inclui no Calendário Oficial do Estado de São Paulo o Campeonato de Skimboard, a ser realizado anualmente em Ubatuba, entre outras.

Assinei ainda convênios para a liberação de emendas de minha autoria que favoreceram vários municípios com obras de infraestrutura, como pavimentação, iluminação, reformas e construção de equipamentos públicos. As emendas também atenderam várias entidades, com recursos para a compra de materiais e equipamentos, como Apaes, santas casas e outras que acolhem idosos."



Os desafios legislativos

Geraldo Cruz

"Estou completando quatro anos de trabalho na Assembleia Legislativa, minha primeira experiência no Parlamento

estadual, depois de três mandatos como vereador e dois como prefeito em Embu das Artes.

Nesse período apresentei vários projetos de lei. Cada um deles elaborado com base em demandas sociais, coletadas diretamente pela população ou identificadas por nosso trabalho de pesquisa e monitoramento das políticas. Alguns foram vetados pelo governador e apenas dois foram convertidos em leis. No caso do projeto que assegura políticas públicas para a juventude, o governador vetou todas as ações estabelecidas, e a lei ficou reduzida ao anúncio de implantação de políticas, sem especificar quais serão elas.

O projeto que previa gratuidade, aos 60 anos, em todos os meios de transporte coletivo no Estado teve sua redação modificada pelo governador, que fez aprovar a gratuidade aos 60 anos apenas no transporte interestadual. Infelizmente, e por determinação do governo do Estado, as pessoas idosas com menos de 65 anos conti-

nuarão pagando passagem no transporte intermunicipal e também no municipal de diversas cidades.

Quanto ao monitoramento do Poder Executivo, agimos coletivamente com a bancada do PT, no entanto, tem sido impossível instalar CPIs, sempre abortadas pela maioria governista.

Na destinação dos recursos públicos, a ação parlamentar fica restrita à distribuição de algumas poucas emendas orçamentárias.

Este balanço pode parecer pessimista e até depreciativo ao Poder Legislativo estadual. Ao contrário, ele visa estimular a reflexão sobre os desafios – e também possibilidades – que enfrentaremos futuramente."





Para fazer a diferença

Gerson Bittencourt

"Com ousadia, criatividade e capacidade técnica, meus projetos de lei e ações parlamentares incorporam as áreas de transportes,

saúde, mobilidade urbana, agricultura familiar, meio ambiente e habitação, desde 2011.

Em 2013, apresentei 16 projetos de lei. Entre eles, o PL 808/2013 que proíbe a subcontratação de empresas, consórcios ou instituições que tenham participado de uma mesma

licitação. Criei o projeto diante das denúncias da formação de cartel nas licitações e da corrupção de agentes públicos no Metrô e na CPTM. Também assinei e fui um defensor da CPI para investigar os contratos desse caso.

Em 2014, fui membro da CPI dos Pedágios, a primeira aberta por sugestão da oposição nesta legislatura. Durante os trabalhos, junto com o deputado Antonio Mentor (PT), descobrimos diversas irregularidades nos contratos, na gestão e na fiscalização das concessões.

Concluímos, com pareceres técnicos, que é possível diminuir em até 50% a tarifa dos pedágios paulistas. Além disso, apresentamos outras

nove reivindicações como a devolução dos valores pagos duplamente por quem trafega entre as cidades de Campinas e Jaguariúna.

Durante esses quatro anos como parlamentar, construí meu mandato com trabalho intenso. Primeiro, escutando a população e depois agindo para atender a todos. Tenho certeza de que os meus 26 PLs, as duas Frentes Parlamentares que criei, minha atuação nas comissões de Saúde e Higiene e de Transportes e Comunicação, as 98 emendas à Lei de Diretrizes Orçamentária e as mais de 60 cidades que receberam emendas parlamentares são parte de uma conquista coletiva."



Hamilton Pereira

"Ao fazer um balanço, podemos afirmar que os últimos dois anos foram de muito trabalho e de diversas conquistas.

Conseguimos ter sancionadas duas leis importantíssimas: a que cria a Política Estadual de Busca a Pessoas Desaparecidas e a de Regionalização e Humanização das Perícias Médicas dos Servidores Públicos Estaduais.

A primeira cria dentro dessa política um banco de dados estadu-

al e propõe o desenvolvimento de um sistema de informações, transferência de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos na busca de pessoas desaparecidas. O PL 463/2011 tornou-se lei em janeiro de 2014, depois de derrubado o veto do governador, e foi uma grande vitória das mães e entidades que tratam do desaparecimento de pessoas.

Outra questão que avançou em 2013 foi a criação da Região Metropolitana de Sorocaba, projeto no qual nos empenhados desde 2005. Depois de muita resistência por parte do governo do Estado, com dedicação e pressão dos prefeitos, fortalecido por estudos

técnicos que comprovaram que a região já havia se metropolizado, o Poder Executivo estadual foi convencido da importância dessa lei e encaminhou em fevereiro de 2014 o Projeto de Lei Complementar 1, criando a unidade de desenvolvimento da região de Sorocaba. Temos trabalhado para agilizar a tramitação do PLC, para que seja votado ainda em 2014.

A integração entre os municípios vizinhos deve incentivar o crescimento e o desenvolvimento de forma igualitária, porém destacando a vocação de cada uma das 26 cidades incluídas. Mais informações sobre o mandato podem ser encontradas em nosso site: www.hamiltonpereira.org.br "



Em defesa da vida digna para a população de baixa renda

Isac Reis

"As atividades de meu mandato sempre foram pautadas por ações voltadas à habitação e direitos básicos do cidadão, como educação,

saúde, esporte e lazer.

Entre 2013 e 2014, mantive o foco nessas questões. Na área da habitação, mediei a formalização do convênio entre a prefeitura de Carapicuíba, o governo federal e o governo do Estado, que entregou apartamentos (Residencial Tam-

bory) para famílias que moravam em situação precária às margens do córrego Cadaval. Os imóveis foram viabilizados por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

Também após gestões nossas junto ao governo da capital, áreas da Cohab, até então patrimônio de São Paulo, passarão para as mãos da prefeitura de Carapicuíba. Os moradores ganharão mais segurança, lazer, educação e conforto com os próprios que serão edificados nesses terrenos, incluindo creches, corpo de bombeiros, universidade aberta, mais moradias, áreas de lazer etc.

Na Assembleia Legislativa,

apresentei o PL 101/2013, que obriga as concessionárias a consertarem buracos e valas abertas nas vias e passeios públicos.

Ao longo do ano, visitei cidades do interior e litoral do Estado para conhecer as demandas da população e dar apoio às lideranças locais. Tendo ciência da necessidade de cada um, destinei emendas aos municípios de Carapicuíba, São Paulo, São Roque, Pirapora do Bom Jesus, Ibiúna, Barra do Turvo e Vargem Grande.

Meu compromisso foi e continuará sendo com o povo de São Paulo, fazendo o que estiver ao meu alcance para oferecer serviços básicos de qualidade a todos."



Educação e cultura por toda parte

João Paulo Rillo

"Na presidência da Comissão de Educação e Cultura, audiências públicas e reuniões ordinárias realizadas

com autoridades, servidores e representantes de diversos setores democratizaram a abordagem dos temas em debate. A contaminação do solo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP Leste), a qualidade do ensino superior privado e as cotas envolveram a comissão na busca por soluções democráticas.

A comissão também foi até os artistas, realizando audiência no Teatro Oficina para debater o uso da área onde está instalado. Fiz a defesa da pluralidade da TV Cultura, do Cine Belas Artes e apresentei junto com a comissão emenda ao Orçamento para garantir mais recursos ao ProAC Editais (Programa de Ação Cultural), reivindicação que trouxe aproximadamente 500 artistas à Assembleia.

Para proteger e garantir a aplicação correta dos recursos obtidos com a exploração do petróleo no Pré-Sal, estou propondo a criação de um Fundo Estadual Social. Preparamo-nos, agora, para derrubar o veto do governador ao projeto, de minha autoria, que cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto, cuja aprovação pelos deputados foi comemorada pelos municípios da região.

O meu mandato também esteve atento à fiscalização. Em 2011, já havia apontado a necessidade de investigação nas obras da Linha 5-Lilás do Metrô, que, segundo cálculos do Ministério Público Estadual (MPE), teria resultado em um prejuízo de R\$ 327 milhões. Em 2013, diante das evidências e da omissão de ambos, denunciei, ao MPE, o governador Alckmin e o ex-governador José Serra por improbidade."



Minoria combativa e alerta!

José Zico Prado

"Ao assumir a Liderança da Minoria em 2013, tive a oportunidade de ampliar os trabalhos desenvolvidos no Par-

lamento, representando não apenas o posicionamento do meu partido, o PT, mas avançando nos debates e nos desafios de ser oposição na Assembleia Legislativa. Uma oposição que garantiu minimamente o debate de temas relevantes, como ocorreu com o PL 604/2012, projeto de au-

toria do governador que objetivava privatizar parques públicos. Não fosse a unidade da oposição, a proposição já estaria aprovada.

Nosso mandato buscou apurar as denúncias divulgadas pela imprensa envolvendo o sistema metroferroviário. Como membro da Comissão de Infraestrutura, insisti na instalação de uma CPI para investigar as denúncias envolvendo licitações direcionadas e suposto pagamento de propinas. Ações que vêm sendo investigadas pelo Ministério Público Federal e que ainda carecem de amplitude na Assembleia Legislativa, que não consegue exercer sua função primordial: fiscalizar as ações do Executivo.

Além do crônico problema do transporte público, com panes constantes e superlotação de metrô e trens, outras áreas sofrem semelhante sucateamento, como a da assistência ao pequeno produtor rural, setor que carece de prioridade da Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuaria. Órgãos como CATI, Defesa Agropecuaria e os Institutos de Pesquisa buscam desenvolver suas funções, mesmo com poucos funcionários e infraestrutura. Um retrato da agricultura paulista que esperamos mudar a partir do trabalho desenvolvido pela Frente Parlamentar de Apoio à Extensão Rural e também pela Frente de Apoio à Citricultura Paulista, as quais coordeno."



Liderança, trabalho e reconhecimento

Luiz Cláudio Marcolino

"Ao assumirmos a Liderança do partido na Assembleia, em março de 2013, os desafios se tornaram mais

intensos. Porém, nada mais gratificante do que ver que os esforços surtiram efeitos positivos e foram reconhecidos por aqueles que nos acompanham.

Destacamos, entre as ações, a realização de audiências públicas para discutir temas como transporte público 24 horas (metrô e CPTM) e expansão da malha metroferroviária, perspectivas e investimentos para a moradia popular, terceirização com a precarização da mão de obra e inserção do idoso na sociedade de forma mais efetiva, inclusive com proposta de criação da secretaria estadual do Idoso.

Apoiamos as reivindicações dos servidores do TJ-SP de um plano de cargos e carreiras dos servidores; os profissionais da saúde na conquista da luta histórica da jornada de 30 horas semanais; e os professores estaduais e os bancários, em suas justas reivindicações por melhores condições de trabalho e salário.

Com o apoio da bancada petista,

atuamos junto ao Ministério Público e à Polícia Federal para que fossem apuradas as denúncias de corrupção envolvendo o governo de São Paulo, como a 'Máfia do Asfalto' e o 'Cartel do Metrô e CPTM' (Alstom e Siemens). Apesar da resistência da base aliada ao governo, insistimos na abertura de CPI para investigação."

Dois importantes projetos de lei de nossa autoria foram aprovados pela Assembleia Legislativa em 2014, mas totalmente vetados pelo governador. O PL 822/2013 que reserva cotas étnico-raciais nas universidades públicas paulistas e Fatecs e o PL 608/2013, que proíbe o uso de balas de borracha por parte da Polícia Militar em manifestações públicas."



Atuação legislativa em sintonia com a base

Luiz Moura

"No biênio 2013-2014, mantive o meu método político de atuação, porém com mais intensidade. O meu trabalho se divide em

duas frentes: a atuação legislativa e a de base.

Quanto à primeira, tive participação ativa na Assembléia Legislativa, atuando como membro efetivo das comissões de Assuntos Desportivos e de Fiscalização e Controle. Já na de Transporte e Comunicações e na de Ciência, Tecnologia e Informação, estive na condição de suplente. Apresentei novos projetos de lei, atuei como fiscalizador de obras e autarquias do governo, já que esse é meu dever como parlamentar, e participei de discussões e de aprovações de projetos de interesse de São Paulo.

Em relação à atuação de base, ampliei o meu trabalho social. Prestei atendimento à comunidade em meu escritório político, localizado no bairro de Guaianases, zona leste da cidade, onde realizamos um importante trabalho de esclarecimentos e orientação em diversas áreas, principalmente nas atividades do Terceiro Setor.

Visitei lideranças e integrantes das comunidades para ouvir suas reivindicações e encontrar soluções.

Com base em meu mandato, que tem o perfil de inclusão social, as emendas parlamentares foram destinadas a entidades, associações, hospitais e prefeituras, dando prioridade às cidades do Alto Tietê, que têm como meta políticas de cunho social. Acredito que, privilegiando o social, estou contribuindo para que as pessoas tenham mais oportunidades na vida, possam ser inseridas na sociedade e, assim, buscar uma vida mais justa e digna."



Prestação de contas de um trabalho em prol do bem comum

Marco Aurélio

"Desde que assumi uma cadeira na Assembleia Legislativa, em março de 2011, procurei guiar meu trabalho com

vistas a lutar por um Estado de São Paulo mais igualitário e justo.

No plenário, apresentei projetos importantes, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que obriga o poder público a adequar as escolas estaduais já existentes, e contemplar os novos prédios, com acessi-

bilidade para pessoas com deficiência. Transformada na Emenda Constitucional 39/2014, a PEC constituiu-se em grande avanço no quesito inclusão.

Também apresentei proposta que garante a gratuidade de uma hora de estacionamento para usuários do Poupatempo, quando o órgão estiver em shoppings centers, e que obriga unidades de saúde pública a divulgar a lei de direitos dos usuários da saúde. Destaco ainda a luta que tive pela aprovação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, projeto que estava parado na Casa por dez anos.

Na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, acompanhei casos importantes, com destaque para a CPI do Trabalho Escravo, que investigou denúncias contra diversas empresas, especialmente do setor de vestuário. Integro também a CPI que apura casos de violência na Faculdade de Medicina da USP.

Também me alegra ver que assumimos outras defesas como a dos quilombolas, as vítimas do Pinheirinho, a violação dos direitos humanos dos presos e familiares de presos, dos deficientes físicos, além de conseguir emendas que beneficiaram 60 cidades no Estado.

Agradeço a confiança de todos que me deram a oportunidade de ser deputado estadual e renovar meu compromisso de, onde eu estiver, continuar atuando com ética, honestidade e muito trabalho em prol do bem comum."





Pela qualidade de vida do povo paulista

Marcos Martins

"Minha atuação parlamentar é pautada por ações voltadas ao meio ambiente e sustentabilidade, priorizando a valorização

da vida e da saúde da população. Temas estes que norteiam meus trabalhos na Assembleia Legislativa desde o primeiro mandato.

Como membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, dediquei-me à questão dos resíduos sólidos, visitando aterros sanitários responsáveis pela destinação de lixo tóxico na busca do fortalecimento do debate sobre o tratamento desses rejeitos.

Na defesa da saúde pública, visitei cidades do interior e debati com gestores municipais o cumprimento da Lei 12.684/2007, de minha autoria, que proíbe o uso do amianto em todo o Estado, arregimentando apoio para a criação de leis locais que restrinjam o uso dessa substância cancerígena.

Outra luta que ganhou espaço e força em nosso mandato foi a derrubada do veto do governador ao meu Projeto de Lei 769/2011, que proíbe o uso, armazenamento e reparo de instrumentos hospitalares contendo

mercúrio. Realizei audiência pública na qual foram unânimes as manifestações contrárias ao veto, por fim derrubado. A lei foi sancionada em janeiro de 2014.

Já o PL 354/2009, que assegura à população de baixa renda assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia para projetos de habitação de interesse social, foi vetado pelo governador após ser aprovado pelos deputados, e agora aguarda nova votação.

Reafirmo meu compromisso pela qualidade de vida e segurança do trabalhador. Está na hora de colocar São Paulo no eixo do desenvolvimento sustentável, com políticas públicas humanitárias e responsáveis."



Legislar é defender as causas do povo

Professor Tito

"O deputado é o representante do povo. Lembro-me todos os dias dessa definição. Devo satisfação àquelas pessoas que

confiaram em mim seu voto e também a quem não votou.

Por isso, divido meu tempo entre a Assembleia e as ruas. Gosto de ir aonde o povo está, conversar e, principalmente, ouvir. Neste ano de trabalho na Assembleia Legislativa, tenho feito muito isso. Sair para ouvir as necessidades das pessoas e, depois, munido das reivindicações, legislar e defender as causas do povo.

Destaco no meu trabalho diário a participação na Comissão de Finanças e Orçamento. Viajamos pelas cidades do interior do Estado para verificar de perto quais são as necessidades de cada região.

Durante as manifestações que aconteceram em nosso país em 2013, quando a polícia usou balas de borracha e várias pessoas saíram feridas, inclusive jornalistas que cobriam os protestos, pedi a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os abusos policiais. Também apresentei projeto de

lei para limitar e aperfeiçoar o uso de armamento de baixa letalidade. Orgulho-me, ainda, de ter trazido para a Região Metropolitana de Campinas e, em especial, para a minha Sumaré mais de R\$ 2 milhões de reais em emendas.

Desde meu primeiro dia de mandato assumi o compromisso de lutar pela população do Estado, da região e da minha cidade, para trazer melhoras efetivas na qualidade de vida do nosso povo."



Um mandato a serviço da cidadania e da democracia

Rui Falcão

"Em janeiro, foi publicada a Lei 15.659/2015, de minha autoria, que regulamenta o sistema de inclusão e exclu-

são dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. Com a derrubada do veto do governador Geraldo Alckmin, a lei passará agora a vigorar em todo o Estado, tornando obrigatório que os estabelecimentos que cuidam do crédito no mercado avisem as pes-

soas da ocorrência de um pedido de inscrição.

O governador já não havia se sensibilizado com PL 193/2008. A negativa ao projeto que visa inibir práticas de merchandising que se aproveitam da vulnerabilidade infantil causou indignação nos militantes de organizações civis que denunciam casos desse tipo. Agora, a proposição está pronta para a ordem do dia para a derrubada do veto.

Entre 2013 e 2014, meu mandato produziu proposições com a mesma envergadura. O PL 756/2013, que torna obrigatória a impressão definitiva dos nomes dos policiais militares nos uniformes. O PL 340/2013, que estabelece a Política Estadual de

Incentivo às Mídias Locais Regionais no Estado de São Paulo, pretende estimular a valorização dos empresários individuais e das micro e pequenas empresas de comunicação, pautados na preservação da cultura regional e na garantia de preservação do direito fundamental de acesso e manutenção dos meios de comunicação.

Pedi esclarecimentos sobre o treinamento para capacitação do policial militar, fiz requerimento para esclarecimentos sobre a identidade de pessoas mortas em confronto com a polícia estadual e questionamentos sobre o programa Alimentação Saudável, com o objetivo de acompanhar sua efetiva aplicação."



Pelo desenvolvimento de São Paulo e bem-estar dos paulistas

Telma de Souza

"O biênio 2013/2014 foi marcado por importantes lutas, às quais temos dedicado permanente atenção. Na

presidência da Comissão de Saúde e na Comissão de Educação e Cultura realizamos relevantes debates, obtendo conquistas importantes.

A implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em São Paulo, tema de uma Frente Parlamentar que coordenamos, amadureceu e gerou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 4/2014. Além desta, seguimos com as atividades da Frente Pró Mobilidade Urbana da Baixada Santista, tema estratégico para a nossa economia.

Com satisfação, vimos aprovados cinco projetos de lei: o que instituiu o Programa Memória de José Bonifácio, o Patriarca da Independência; o que criou o Dia Mães de Maio, que lembrará, em todo 12 de maio, os assassinatos em série de jovens vítimas dos confrontos entre policiais e facções criminosas, em 2006, e dois que concederam títulos de utilidade pública estadual para o Teatro do Kaos, de Cubatão, e a Sociedade Visconde de São Leopoldo.

Persistimos, ainda, na luta contra

veto do governador ao projeto de lei que cria inscrição específica no RG das pessoas com deficiência, que visa facilitar seu acesso ao transporte público gratuito.

A proteção dos direitos de cerca de 1.500 famílias de Santos e Guarujá, ameaçadas por desapropriações provocadas pelas obras do túnel planejado para ligar as duas cidades, é outra causa que acompanharemos permanentemente. Como Procuradora da Mulher no Estado, seguimos na militância pela expansão deste trabalho, já presente em oito municípios.

Seguiremos nestas e em novas frentes de ação, buscando o desenvolvimento de São Paulo e o bemestar dos paulistas."





Decisões do governo na saúde e produção legislativa

Padre Afonso Lobato

"Considero que uma das grandes conquistas do meu terceiro mandato foi a decisão do governador Geral-

do Alckmin de criar um complexo de saúde unindo o Hospital Universitário e o Regional, em Taubaté, que irá – quando estiver em pleno funcionamento – aliviar a falta de leitos na cidade e região.

Ainda no setor de saúde, a retomada do projeto do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), confirmada em dezembro pelo governador, foi outro grande passo. Isso dará maior resolutividade aos encaminhamentos da rede básica de saúde, para a realização de exames e até no caso de pequenas cirurgias.

Também atuei na busca de recursos do Estado para obras de infraestrutura nos municípios e apoio às entidades de cunho social, principalmente, totalizando cerca de R\$ 6,7 milhões em emendas parlamentares.

Destaco ainda a Lei 14.953/2013, de minha autoria, que institui critérios a serem obedecidos por credores, quando da cobrança de dívidas de qualquer cidadão, e minha atuação efetiva na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na análise de projetos apresentados pelos colegas deputados.

Em nome do povo paulista, homenageei a Pastoral da Criança e os Doutores da Alegria, com a aprovação e sanção de projetos instituindo seus dias estaduais: 25 de agosto e 28 de setembro, respectivamente. Em ambos os casos realizei eventos na Assembleia Legislativa para tornar público o meu apreço e admiração pelo trabalho desses grupos."



Atuação firme

Beto Trícoli

"No dois últimos anos do mandato enfrentamos mais uma maratona de agendas, envolvendo diversos setores da

sociedade e das esferas de governo. No final de 2013, tive a honra de ser escolhido líder da bancada do PV na Assembleia.

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fui reeleito presidente, visando efetivar a agenda ambiental na pauta da Casa. Debatemos muitas questões, entre elas, biodiversidade, eficiência energética, proteção das águas, pagamentos por ecoserviços e problemas do Alto Juquery. Como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, atuei num grupo de trabalho que envolve a sociedade na campanha Cumpra-se o Código Florestal.

Na vice-coordenadoria da Frente pelos Municípios de Interesse Turístico (Fremitur), lutamos a favor das cidades que possuem atrativos turísticos e da modernização da legislação para garantir acesso a recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias.

Coordeno também a Frente pela Reforma Urbana e Cooperação Regional e sou delegado da 5ª Conferência das Cidades.

Pela Comissão de Educação, além de debater importantes temas, vistoriamos o serviço e a estrutura física de pelo menos 90 escolas, atuamos junto ao Estado, por novas creches e mais cursos profissionalizantes.

Na área da cultura, apoiamos o Movimento Cine Belas Artes e o Teatro Oficina. Incentivamos a cultura popular tradicional e lutamos pela preservação do patrimônio das cidades paulistas.

Atuamos de forma firme em muitas outras áreas, com engajamento, presença, ética e transparência. Sempre lutando pelas boas causas coletivas e buscando ideias para um novo tempo."





Um olhar atento às cidades e aos cidadãos

Chico Sardelli

"2015 é o ano em que vou comemorar meus 25 anos de vida pública e os 180 anos da Assembleia Legislativa do Estado de

São Paulo.

É para esta Casa Legislativa que nós, deputados, dirigimos projetos, ideias, soluções e iniciativas que poderão dar mais qualidade de vida aos cidadãos e às nossas cidades.

É assim que desenvolvo meu trabalho parlamentar: criando projetos que se tornam leis e que se somam a soluções que preservam a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos que vivem em nosso Estado.

Honrosamente, também participo de votações importantes, tanto em plenário, como nas comissões permanetes. E o nosso voto e participação no conjunto das atividades do Parlamento fazem a diferença nos resultados finais.

Um exemplo são os benefícios para a segurança do povo paulista, com o fortalecimento das Guardas Municipais, uma das bandeiras do mandato.

Outro, na área de Transportes e Segurança Pública, é a lei que contribuiu para a redução do roubo de cargas, crime que vem registrando índices crescentes nas estradas e nas áreas urbanas do Estado.

Destaco ainda a minha atuação permanente nas áreas têxtil e de confecção.

Vale ressaltar também as indicações e emendas que apresentei ao Orçamento do Estado para beneficiar municípios e entidades filantrópicas. Todas têm importância no desenvolvimento sustentável do nosso Estado e na melhoria da qualidade de vida da população.

Esse é o ideal que me move a construir uma sociedade mais justa e perfeita, marca que faço questão de preservar em minha vida pública."



Educação e meio ambiente

Dilmo dos Santos

"Dois grandes desafios que considero para os tempos atuais, especialmente, são a educação e o meio ambiente.

Vejo estas áreas como de extrema importância e estratégicas para o futuro, merecendo, portanto, a atenção do legislador. Diante disso, destaco projetos de lei voltados aos temas.

O Programa de Implantação de Centros de Ciência e Tecnolo-

gia tem como objetivo incentivar crianças a participarem de atividades educativas e culturais, gratuitas e mantidas pelo Estado, capazes de contribuir com o seu desenvolvimento. A proposta nasceu da busca de ambientes e estruturas capazes de proporcionar aos estudantes, além da formação tradicional e obrigatória, especialização e pesquisa científica.

Integrando comissão de representação da Assembleia Legislativa, participei da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (III CGTI), o que me fez avançar na ideia do referido PL, que se consolidou após várias reuniões com especialistas. Penso que o projeto é uma alter-

nativa importante para combater o trabalho infantil e ainda promover um futuro digno para as nossas crianças e jovens.

No tema do meio ambiente, o Programa de Uso Racional de Energia Elétrica nos próprios públicos do Estado de São Paulo visa contribuir com a poupança de energia elétrica, produto essencial ao desenvolvimento de nosso Estado.

Integrando as comissões de Defesa dos Direitos e Infraestrutura pude colaborar no sentido de que as iniciativas dos meus pares sejam apoiadas e levadas a efeito, para que tenhamos um Estado com leis modernas e progressistas para todos os paulistas."





Com trabalho e perseverança, tudo se alcança

Dr. Ulysses

"É o que diz o povo e com muita sabedoria. Por isso, aproveito o momento para celebrar algumas das principais vitó-

rias dos últimos meses: a)criação da Região Administrativa de Itapeva; b) a construção de uma unidade da rede estadual de tratamento oncológico, em Itapeva; c) a obra de pavimentação da SP-249 (Apiaí/ Ribeirão Branco); d) emissão da escritura do terreno da Unesp; e) a instalação do Poupatempo em Itapeva; e f) o aumento dos recursos do Estado para custeio de hospitais filantrópicos e Santas Casas.

Por falta de espaço, não podemos enumerar aqui todas as conquistas que fazem parte da nossa humilde trajetória como deputado estadual. Nesse período, pelo menos uma vez por semana, estivemos reunidos com autoridades estaduais para tratar de pedidos de prefeitos, secretários municipais, vereadores ou representantes da sociedade civil.

Sempre fomos persistentes e vigilantes para que o povo fosse ouvido. Um trabalho que transformou sonhos em realidade e nos deu a convicção de que, se não estivéssemos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nada disso teria ocorrido.

Agradeço ao governador e a toda sua equipe de secretários, diretores de empresas públicas e funcionários públicos pela atenção que dedicaram a encaminhar as solicitações das regiões Sudoeste e do Alto Vale do Ribeira.

Ainda temos muito por fazer. Por isso, nosso trabalho em parceria com todos vocês que de alguma forma colaboraram com nossa atividade não para. Podemos não alcançar tudo o que sonhamos, mas somos batalhadores incansáveis na busca pela concretização dos sonhos da nossa querida população do melhor Estado do Brasil."



Um olhar especial para o Sudoeste paulista

Edson Giriboni

"Como deputado estadual, procuro trabalhar para todos os paulistas, mas com um olhar especial para o Sudoeste do Estado, que

abrange a região de Itapetininga, minha cidade natal, e o Vale do Ribeira. Essas regiões apresentam os piores indicadores sociais e precisam de uma atenção maior por parte do governo. Já foi assim em meu primeiro mandato, com grandes conquistas, e também neste, que agora se encerra. A despeito de ter ocupado a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e só retornado à Assembleia Legislativa em abril de 2014, continuamos a trabalhar arduamente para equiparar os indicadores dessas regiões menos favorecidas às de Campinas, Ribeirão Preto, Santos e outras mais desenvolvidas.

Temos conseguido muitos investimentos em infraestrutura, em educação e saúde. Também direcionamos emendas parlamentares para obras e entidades sociais. Porém, queremos mais. Para o terceiro mandato, que se inicia em 2015, já estamos conversando com as lideranças locais para continuar trabalhando em conjunto.

Acredito que o meu projeto do

ICMS Verde pode ser o grande indutor do progresso às regiões, ao injetar milhões de reais nos orçamentos dos municípios. Caso aprovado, haverá uma redistribuição do ICMS em favor das cidades com áreas de proteção e de reflorestamento, como também daquelas que têm presídio, beneficiando justamente as mais carentes. Estamos na luta para que a proposição seja colocada em votação ainda no próximo ano.

Estamos cientes de que a realidade não irá mudar de um dia para outro, mas acredito que estamos no caminho certo. Os últimos dados divulgados já mostram uma melhora dos indicadores sociais dos municípios destas duas regiões."



Trabalho e determinação a favor da população

Marcos Neves

"Minha atuação como deputado tem se pautado pelo trabalho em defesa das pessoas que mais preci-

sam. Tenho ajudado os prefeitos com obras de infraestrutura, unidades do Acessa São Paulo, Academia ao Ar Livre, iluminação de vias públicas, programas Melhor Viagem, Melhor Caminho e Pontes Rurais e as Santas Casas.

Como membro da Comissão de Transportes e Comunicações, tenho defendido proposituras que melhorem as condições de transporte urbano em todo Estado, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo. Destacaria também, entre tantas outras iniciativas, meu projeto de lei (PL 642/14) que institui incentivos à preservação e recuperação das nascentes de água.

Também sou criador e coordenador da Frente Parlamentar "Basta de Apagão" e tenho trabalhado junto às concessionárias para reduzir a queda de energia elétrica. Além disso, tenho cobrado a melhoria nos serviços prestados.

Meu trabalho como deputado estadual foi reconhecido nas urnas

pela população. Em 2014, fui reeleito com mais de 105 mil votos, o que corresponde a praticamente o dobro da votação de 2010, 54.759 votos.

Tenho as áreas da saúde e do social como as minhas principais bandeiras. Destinei emendas parlamentares para aquisição de equipamentos hospitalares para diversos municípios do Estado. Com trabalho e determinação, conquistei o Bom Prato e o Poupatempo para a cidade de Carapicuíba.

Continuarei trabalhando em benefício da população e contando sempre com o apoio fundamental do governador Geraldo Alckmin, responsável por muitas melhorias na Grande São Paulo."



Políticas socioambientais e desenvolvimento social

Regina Gonçalves

"Buscar investimentos e levar oportunidades para as cidades paulistas têm sido duas das principais diretrizes do meu manda-

to. Estamos em constante elaboração de políticas públicas socioambientais, com ênfase na saúde, educação, mobilidade urbana e habitação social.

Minha maior conquista foi a extensão da Linha 17-Ouro. Assim, o metrô margeará a rodovia dos Imigrantes, passará pela avenida Conceição e chegará ao Terminal Diadema, uma grande vitória que beneficiará milhares de munícipes com um novo meio de transporte. Aprovamos também a lei que isenta de taxas vítimas de desastres naturais para retirarem a 2ª via de seus documentos.

Consegui investimentos de R\$ 10 milhões para unidades de saúde de Diadema e R\$ 27 milhões para a construção de novas escolas e reformas de outras. Trabalhei ainda para a instalação da Rede Lucy Montoro e da unidade do Poupatempo.

Aprovamos projetos que tiveram como tema a questão ambiental. Entre eles, a emenda aglutinativa que institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins, que exclui, reclassifica e incorpora áreas de unidade de conservação e regulamenta as ocupações existentes.

Conseguimos contemplar a questão ambiental da preservação da área do Parque do Zoológico, a questão social pela regulamentação fundiária de áreas com habitações irregulares e investimentos para a implantação do complexo comercial Imigrantes, que trará geração de empregos e renda, além de melhorias na mobilidade urbana da região.

Finalizamos o período com muitas conquistas, mas ciente de que ainda podemos e devemos conquistar muito mais."





Garantir o progresso sem comprometer os recursos naturais

Reinaldo Alguz

"No biênio 2013/2014, o objetivo do meu mandato continuou sendo a propositura de ações que visam ao de-

senvolvimento da região Oeste do Estado, procurando aliar minhas iniciativas com o conceito de sustentabilidade, de forma a garantir o progresso sem comprometer os recursos naturais para o futuro.

No Parlamento, como membro

das comissões de Atividades Econômicas e de Ciência, Tecnologia e Informação, procurei utilizar estes órgãos para estruturar o eixo da minha atuação.

Foi um período de muito trabalho e de conquistas, com ênfase no debate de temas em torno da defesa da família, da saúde e da infraestrutura, o que resultou na apresentação de indicações ao governo e na destinação de recursos, via emendas parlamentares, a diversos municípios, hospitais e entidades assistenciais.

Outra vertente do meu trabalho foi a constante batalha para a aprovação de leis que trouxessem mais qualidade de vida ao povo paulista. Tivemos, assim, a aprovação da lei que determina às maternidades a prestação de assistência especial às mães cujos bebês tenham deficiência ou doença crônica que exija tratamento continuado.

Destaco, ainda, a lei que prevê o uso de asfalto oriundo da reciclagem de pneus velhos na conservação de rodovias e a que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Uso de Óleo Lubrificante Reciclado.

No novo mandato, darei continuidade a ações que visem incrementar políticas públicas, no sentido de garantir melhores condições de vida para todos os cidadãos do nosso Estado."





Avanço de projetos de interesse público

Aldo Demarchi

"Tenho motivos para agradecer a Deus pelos resultados que obtive no biênio 2013/2014 como indivíduo e, principalmen-

te, na função exercida no âmbito da Assembleia Legislativa. Aprovamos vários projetos de interesse público, conseguimos fortalecer o Parlamento paulista, consolidamos o seu papel institucional e demonstramos à população que retribuímos o voto recebido com uma atuação pautada

por seriedade e trabalho.

Merece destaque a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Produção Orgânica e do Desenvolvimento da Agroecologia no Estado de São Paulo, formada por 38 deputados e coordenada por mim e pela ilustre deputada Ana do Carmo. Esse movimento em parceria com mais de 60 entidades renova minhas esperanças de fortalecimento do plantio e comercialização de alimentos que beneficiem a saúde humana e o meio ambiente.

Além disso, em dezembro do ano passado, o governador Geraldo Alckmin assinou decreto para regulamentar a Lei 11.878/2005, que cria o Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo.

Resultado de um projeto de minha autoria, a lei premia entidades, empresas, órgãos públicos, autarquias e prefeituras que desenvolvem ações de preservação e respeito ao meio ambiente.

Com a redução de 18 para 12% a base de cálculo do ICMS das carrocerias sobre chassi, automóveis, reboques e semirreboques, objeto de decreto do Executivo, a categoria dos caminhoneiros terá maior competitividade diante de outros estados da federação. Essa desoneração resulta de uma luta que eu e as entidades do setor travamos há pelo menos dez anos, quando apresentei o PL 403/2003, que defende a isenção tributária aos transportadores autônomos de cargas."



Na luta pela transparência e pelos direitos do povo paulista

André Soares

"O ano passado foi marcado pela proteção e pelas bênçãos de Deus. Tivemos a oportunidade de promover uma sessão solene

em homenagem aos 33 anos da Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD). Esta idade emblemática (a idade de Cristo) registra um histórico de ajuda espiritual e social que a IIGD tem promovido em São Paulo e em todo o Brasil e também por seus trabalhos espalhados pelo mundo. Visando o desenvolvimento social, pude contribuir nos três grandes eventos realizados pela IIGD no ano. O Casamento Comunitário, o Dia da Graca e o Natal.

No âmbito legislativo, além da aprovação, nas comissões, de três projetos de lei nas áreas da saúde, nutrição e acessibilidade (PL 525/2013, PL 491/2012 e PL 748/2013), já entrou em vigor a Lei do Vale-Refeição. De minha autoria, a norma regula o uso do benefício garantindo sua aceitação durante toda a semana e em qualquer período, garantindo o direito daqueles que trabalham durante a noite ou aos finais de semana.

Não posso deixar de citar os mais

de R\$ 6 milhões que encaminhei, por meio de emendas, para as áreas de saúde, infraestrutura, cultura e desenvolvimento social de Araras, Bebedouro, Diadema, Jaboticabal e mais outros 25 municípios.

Com tudo isso, 2013 foi um ano bem produtivo, o que só aumenta a responsabilidade para que possamos em 2014 ser mais atuante retribuindo a confiança em mim depositada. As sessões na Assembleia Legislativa sempre começam sob a proteção de Deus e é nEla que devemos sempre estar, fazendo Sua vontade e seguindo a Sua Palavra. Que Deus nos abençoe!"



O táxi metropolitano no Estado de São Paulo

Edmir Chedid

"O Poder Legislativo vai analisar o veto do governador Geraldo Alckmin ao Projeto de Lei 157/2004, que cria o Siste-

ma Rodoviário Intermunicipal Metropolitano de Transporte Individual. O PL, que ficou conhecido como táxi metropolitano, resultará na criação de normas para os profissionais que atuam entre municípios de uma mesma região metropolitana.

A proposta beneficiará usuários

do serviço nas regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, onde estão 21,7 milhões de habitantes (58,6% da população do Estado). Os veículos regularizados poderão realizar corridas entre os municípios que integram o aglomerado urbano e até mesmo para outros que estão em seu entorno.

É importante destacar que os municípios deverão determinar a localização dos pontos e dos critérios, por exemplo, de embarque e desembarque dos passageiros, bem como definir as normas de fiscalização.

Essa medida impulsionará o serviço público por táxi, que terá

uma tarifa única e semelhante à das unidades que operam somente dentro de um município. Na prática, a ideia do PL é aperfeiçoar o trabalho dos taxistas, que, na maioria das vezes, são obrigados a levar um passageiro de um município a outro e voltar com o carro vazio.

O táxi metropolitano é essencial para um estado que já sediou a abertura de uma Copa do Mundo. Além disso, tal medida poderá ser estendida para as microrregiões e aglomerações urbanas. No interior, por exemplo, serão beneficiadas Bragança Paulista e o Circuito das Águas."



Leis garantem mais qualidade de vida para a população

Estevam Galvão

"Encerramos este terceiro mandato parlamentar com bons resultados para a população de todo o Estado de São

Paulo. Foi mais um período de muito trabalho, inúmeras demandas e várias vitórias, como a importante lei apresentada por mim na Assembleia Legislativa que dispõe sobre o Prontuário Eletrônico Unificado da Saúde, inédito no país, e já em vigor em todo o território paulista. Por essa proposta, médicos e profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) conseguem acessar imediatamente o histórico de atendimento dos pacientes de qualquer unidade estadual. O sistema padroniza o armazenamento de todos os registros de saúde que são coletados em hospitais, ambulatórios, laboratórios ou farmácias.

Em Suzano, no Alto Tietê, mais uma grande conquista para a população: a Assembleia aprovou e o governador sancionou a Lei 15.247/2013, de minha autoria e que regulariza diversas áreas na região da Casa Branca, beneficiando o Parque Residencial Casa Branca, Jardim Casa Branca, Jardim Caxangá, Jardim da Saúde, Vila Barros e região. Esta lei representa uma grande vitória para todos nós, já que é um antigo sonho de centenas de famílias que já podem regularizar seus imóveis.

Outros projetos de minha autoria seguem em tramitação no legislativo paulista, como a criação de Núcleo de Estudos do Direito Internacional Comparado, que propõe unificar toda a legislação internacional em um único banco de dados, facilitando o acesso e pesquisa para estudantes, universidades, profissionais e governantes. Acompanhe nosso trabalho."



O incentivo ao transporte e a destinação de recursos para a saúde

Gilson de Souza

"Embora nascido em Delfinópolis (MG), sou francano de coração, porque foi lá que construí a minha vida, trabalhando desde

os dez anos de idade na pequena fábrica de botinas de meu pai.

Identificado com as causas sociais, ainda jovem fui eleito vereador em Franca, em 1982, e pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido nessa legislatura, fui reeleito incentivando o esporte regional, as festas

populares e a habitação popular.

Deputado por três mandatos consecutivos, foram muitas conquistas incluindo a construção do pronto-socorro no complexo do aeroporto de Franca; colhemos mais de 120 mil assinaturas para a construção do novo hospital em Franca; instalação do AME atendendo 15 mil consultas/mês; verba de um milhão de reais para o Hospital do Câncer em Franca, permitindo a instalação de mais 64 leitos.

Além disso, apoio ao Hospital Allan Kardec e as santas casas, especialmente a de Franca; construção do Hospital de Bebedouro; os hemocentros e fui autor da indicação para o Bom Prato em Franca. Consegui do governo estadual a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do leite longa vida e produtos de iogurte e leite fermentado e do setor calçadista baixando a alíquota de 18% para 7% que resultou em incentivo à indústria e aumento de empregos.

Na Assembleia sou presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informação e vice-presidente da Comissão de Esportes. Criei uma frente parlamentar em apoio aos skatistas, visando regulamentar a construção de pistas adequadas em todo o Estado.

Também, reconhecendo as dificuldades do setor, criei a Frente Parlamentar em defesa dos caminhoneiros autônomos."



São Paulo no rumo certo, melhor e mais vivo

Milton Leite Filho

"Mais um mandato se encerra e um novo ciclo se inicia com trabalhos, projetos e novas perspectivas. Consegui-

mos viabilizar projetos importantes em todo o Estado, nas áreas da saúde, com novos hospitais, e transportes, com obras de pavimentação e recapeamento de rodovias e estradas vicinais. Essas conquistas se estendem também à educação, infraestrutura, urbanização, meio ambiente e outras. Andamos em diversas regiões do Estado, conhecemos suas necessidades e carências e fomos além, viabilizando equipamentos públicos essenciais, bem como obras importantes, visando ao crescimento dos municípios do Estado. Afinal, São Paulo só será mais forte, se os municípios também o forem. É essencial que ele esteja atrelado a um desenvolvimento econômico e socioambiental, desenvolvendo suas potencialidades e permitindo aos seus habitantes mais qualidade de vida.

Nesse período, empenhei-me em garantir a melhoria do transporte público, mobilidade urbana e moradia na zona sul de São Paulo. Conseguimos a extensão da Linha 9 – Esmeralda, da CPTM, até o Varginha, já tendo sido garantido pelo governador novo trecho até Parelheiros, e a ampliação da Linha 5 – Lilás, do Metrô, até o Jardim Ângela.

No novo mandato, garantido pelo reconhecimento de mais de 142 mil eleitores, nossas bandeiras – saúde, educação, mobilidade urbana, transporte, infraestrutura, moradia e municípios mais fortalecidos e desenvolvidos – continuarão sendo o centro de nossas determinações. Meu trabalho é para que São Paulo continue no rumo certo do desenvolvimento econômico, socioambiental e, principalmente, melhor para todos e mais viva."





Atenção aos serviços oferecidos pelo Poder Público

Rogério Nogueira

"Em meu terceiro mandato, as áreas de educação, habitação, infraestrutura, saúde e segurança continuam recebendo total

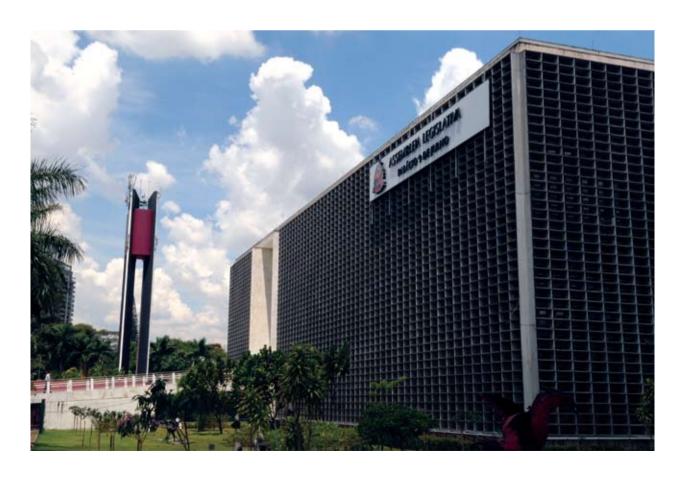
atenção, pois acredito que o desenvolvimento social e econômico do Estado de São Paulo, em grande parte, está no seu interior, região onde atuo com mais afinco. Por isso, conquistei verbas para diversas cidades, como Indaiatuba, Monte Mor, Elias Fausto, Itu, Votorantim, Porto

Feliz, Artur Nogueira, Salto, Capivari e muitas outras cidades da minha região, como também para diversas entidades.

Fiquei atento, também, à estrutura dos serviços oferecidos pelo poder público ao cidadão. Consegui ampliar a estrutura da Polícia Civil na cidade de Indaiatuba, melhorando, com isso, a segurança para a população.

Apresentei projeto que dispõe sobre medição individualizada de consumo de água em edificações prediais verticais ou condomínios. Há ainda o projeto de lei que Institui o Programa de Auxilio Psicológico a Vitimas de Crimes de Violência Sexual. Também aguarda aprovação o projeto de lei que torna obrigatória a presença de monitor nos veículos utilizados para transporte escolar de alunos com até dez anos de idade no sistema estadual de ensino, e o projeto que proíbe a produção e a comercialização de *foie gras* no âmbito do Estado. Na área da saúde, tenho o projeto que proíbe o ato de fumar ao volante quando houver crianças de até 12 anos dentro do carro.

Essas e outras leis que elaboro têm a intenção de contribuir com a melhora significativa da vida de todos. E é isto que me motiva a seguir atento às necessidades da população, nesse meu quarto mandato."





Importante legislação produzida

Baleia Rossi

"Desde que fui eleito para o meu primeiro mandato como deputado, em 2002, tenho em mente que minha obrigação

é ajudar os municípios paulistas e faço isto, principalmente, por meio das prefeituras e entidades sociais e instituições filantrópicas.

Em 2014 não foi diferente. Ao todo, já destinei emendas para mais de 300 instituições e entidades sérias, como Apaes e asilos, de mais de cem

cidades paulistas. Também me dedico à área da saúde e já conquistei mais de R\$ 100 milhões para as santas casas e outros hospitais filantrópicos, além de R\$ 200 milhões para a infraestrutura dos municípios.

Já integrei várias comissões na Assembleia Legislativa e, atualmente, sou titular da Comissão dos Transportes e Comunicações. Também fui presidente da CPI que investigou os serviços de telefonia no Estado de São Paulo.

Consegui aprovar vários projetos de lei importantes. O de maior repercussão foi o que instituiu a lei pioneira em todo o Brasil que oficializou o uso de tornozeleiras eletrônicas por presidiários que são beneficiados pela Justiça com a liberdade temporária ou pelo regime semiaberto. Foi o primeiro monitoramento eletrônico de detentos introduzido no país.

Pensando na saúde e bem-estar das crianças, criei a lei de combate à obesidade infantil, resultando na elaboração e aplicação de um plano nutricional nas escolas estaduais. Também é de minha autoria as leis que dizem respeito à obrigatoriedade de desfibrilador (aparelho para socorrer acidentes cardíacos) em locais com grande número de pessoas; a que pune as empresas que vendem ou compram madeira originária de desmatamento ilegal; a que profibe e pune o comércio de anfetaminas e bebidas alcoólicas em estabelecimentos ao lado das rodovias paulistas."



Um mandato de grandes conquistas

Itamar Borges

"Felizmente, encerro este primeiro mandato com a certeza de que desenvolvemos um grande trabalho. Primeiramente,

tive a honra de ser eleito líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ser o líder do maior partido do país é uma responsabilidade enorme. O PMDB é um partido sério, forte e atuante na busca para desenvolver projetos e propostas que beneficiem

a população, além de fiscalizar as ações do Poder Executivo.

Também fui eleito e reeleito presidente da Comissão de Atividades Econômicas (CAE), que delibera sobre assuntos fundamentais para o desenvolvimento do Estado nas áreas de agricultura, turismo, comércio e indústria.

Presido a Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, que atuou em parceria com outras entidades, como a Fehosp, CMB e a frente parlamentar da Câmara dos Deputados e conquistou grandes avanços para as entidades, como o programa Pró Santas Casas e as linhas de crédito do Desenvolve SP.

Outra frente parlamentar presidida por mim, a do Empreendedorismo, também trabalhou bastante, avançou no debate de pontos importantes como educação empreendedora, micro e pequenas empresas e o combate à guerra fiscal.

Um dos maiores resultados desse trabalho é a Lei 15.099/2013, de minha autoria, e sancionada pelo governador. A Lei é voltada para a inovação nas micro e pequenas empresas, instituições que mais carecem deste tipo de apoio, e determina que entidades como agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas apliquem nestas empresas no mínimo 20% dos recursos destinados à inovação."





Novo mandato na Assembleia Legislativa

Jooji Hato

"Inicio meu segundo mandato na Assembleia Legislativa, agradecendo pela confiança e com o compromisso de cumpri-lo com dignidade e

muito trabalho.

Tivemos um 2014 de êxitos neste legislativo. Além da conquista eleitoral, aprovamos dois importantes projetos de lei: o da Delegacia de Proteção aos Animais, que já está funcionando na avenida São João, 1247, 7º andar, fruto

da aprovação do PL 1207/2011. Foi após sua aprovação, que o governador, por decreto, criou este importante órgão que investiga os crimes de crueldade contra os animais.

Também comemoramos a criação da Lei 15.518/2014 que dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e vigilância em áreas com incidência de ocorrências policiais. O objetivo é conferir maior segurança aos cidadãos, facilitando a resolução de crimes, bem como, coibindo e diminuindo sua incidência.

Também demos andamento aos trabalhos de duas frentes parlamentares – contra o Crack e outras Drogas e Pró-Vítimas da Violência, lutas que nos trazem responsabilidades e preocupações, mas também a certeza de que não permanecemos inertes diante de tão grandes problemas sociais.

Com alegria, comemoramos o Dia Estadual da Sukyo Marikahi, da Seicho-No-Iê, os 75 anos de fundação do Hospital Santa Cruz e os 80 anos do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Finalizo meu primeiro mandato com a certeza de que honrei os votos recebidos e inicio o segundo mandato comprometido a dar continuidade às minhas lutas e ideais ao lado de todos vocês."



Prioridade das áreas sociais

Jorge Caruso

"Minha atuação na Assembleia foi marcada pela apresentação de vários projetos de lei, sendo que destaco a Lei de Oximetria, o

teste do coraçãozinho, aprovada em 12 de janeiro do ano corrente.

Foquei minha atividade na área social, incluindo aí proposituras que visam declarar de utilidade pública, no âmbito do Estado de São Paulo, diversas instituições sem fins lucrativos. Também o número de

indicações encaminhadas ao governo do Estado, solicitando verbas para atividades diversas, nas áreas de saúde, educação, esporte e planejamento, refletem a prioridade dada para a área social. As emendas feitas ao Orçamento do Estado também têm essa direção e contemplam esse trabalho.

Nossas cidades são carentes. Temos uma visão muitas vezes equivocada em relação a elas, pois vivemos em uma São Paulo cujo perfil é diversificado em relação à maioria das outras cidades, mas se olharmos em termos de bairros periféricos de nossa capital, veremos que a diferenciação não é tão grande, portanto, temos as duas

realidades coexistindo na capital e no interior.

Dessa forma, ao focar as iniciativas da atividade parlamentar no atendimento social, atingimos todo o Estado."



Trabalho: a melhor forma de agradecimento à população

Vanessa Damo

"O último período que passou foi de grandes conquistas do meu mandato, principalmente para a minha cidade, Mauá.

Conseguimos, junto ao governo do Estado, a garantia de instalação do Poupatempo fixo e do Instituto Médico Legal. Esses equipamentos beneficiarão ainda a população de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que também receberam recursos oriundos de emenda parlamentar e

de pedidos meus ao governo estadual, totalizando mais de R\$ 3 milhões para as áreas de assistência social, infraestrutura e saúde.

Foram conquistados recursos para a reforma de UBS's em Mauá, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo, Itaquaquecetuba, Louveira, Barrinha, Bebedouro e Itanhaém, além de ambulâncias para várias cidades do ABC (para Ribeirão Pires foram enviados recursos para a aquisição de três veículos) e do interior. Intermediamos a destinação de mais de R\$ 12 milhões para o Hospital Dr. Radamés Nardini, em Mauá, e enviamos aporte para santas casas, como a de São Joaquim da Barra.

Lutamos também por leis que

tragam mais respeito aos cidadãos. Entre os projetos apresentados está a proposta que obriga estabelecimentos a fornecerem, além da comanda eletrônica, uma comanda impressa para garantir mais transparência em relação ao que foi consumido pelos clientes, evitando abusos e desrespeito ao consumidor.

A melhor maneira de agradecer a população que confiou a mim a responsabilidade de representá-la é trabalhando por ela. Os feitos conquistados até agora me fazem ter ainda mais força para continuar buscando o melhor para o Estado."





Vem pra rua!

José Bittencourt

"2013 ficará marcado em nossa história pelas grandes manifestações do povo nas ruas. O 'Vem pra rua' era a

palavra de ordem e, infelizmente, mais uma vez, o alvo principal dos protestos era a classe política. Mas os protestos, que poderiam me desestimular, pelo contrário, serviram para me estimular mais ainda a continuar realizando o meu trabalho e mostrar para a popula-

ção que político não é tudo igual.

Viajar pelo nosso Estado foi uma rotina constante para mim, pois acredito que um parlamentar deve conhecer de perto os problemas enfrentados pelo povo e pelas autoridades e assim, dentro das prerrogativas parlamentares, fazer a interlocução com o governo para resolvê-los.

Em 2013, eu apresentei 55 projetos de lei, mas tive a alegria de ver aprovados e transformados em leis duas dessas proposituras, que considero de grande relevância. A primeira, relacionado à segurança publica, é a Lei 4.955/2013, que "proíbe o ingresso ou permanência de pessoas utilizando capacete

ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face nos estabelecimentos comerciais, públicos ou privados. A segunda é a Lei 15.318/2013, relacionada à mobilidade urbana e ao meio-ambiente, pois institui a Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao Uso da Bicicleta.

Considero importante registrar também que, antes de qualquer votação, eu sempre me pergunto a quem aquele projeto irá beneficiar e podem acreditar que tenho a minha consciência tranquila, porque sempre fui favorável às proposituras que beneficiam o povo e contrário às que o prejudicam."



Incentivo ao esporte e à educação física

Leandro KLB

"Assumi o cargo de deputado estadual em 2013. Em maio, fui nomeado presidente da Comissão de Assuntos Desportivos, que

promoveu solenidade o 3º Seminário Esporte, Atividade Física e Saúde. Em setembro, realizei sessão solene em homenagem ao Educador Físico. Em outubro promovi a reunião com o tema Perspectivas do Brasil na Copa de 2014. O evento contou com a presença do professor e preparador

físico, José de Souza Teixeira. Em novembro, promovi audiência pública sobre Orçamento do Esporte – 2014, com grande participação de público.

Apresentei diversas proposições, como o PL 217/2013, que dispõe sobre efetivo mínimo feminino nas delegacias, visando garantir atendimento mais humanizado às mulheres, oferecendo amparo adequado e facilitando a apuração de seus relatos, para que a lei possa ser cumprida com rigor, e o PL 272/2013, que visa qualificar instituições de proteção animal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Elaborei este projeto considerando a importância que as instituições

de proteção animal representam e respeitando o clamor da sociedade sobre a causa animal.

Também sou autor do PL 767/2013, que trata da regulamentação da prática do MMA, visando à segurança dos atletas e do público dos eventos, e do PL 905/2013, que visa ampliar a carga horária das aulas de Educação Física, de duas para três aulas semanais, na rede estadual de ensino.

Fui responsável pela destinação de 19 emendas parlamentares que beneficiaram cidades do interior paulista, além de instituições beneficentes e hospitais da capital paulista."





A representação na Assembleia Legislativa

Milton Vieira

"Como deputado estadual, atuo de modo a amenizar as dificuldades da população. As áreas da saúde, educação e

defesa dos direitos humanos são prioritárias no meu mandato. Em 2013, tive um projeto convertido na Lei 14.954/2013, que instituiu em todo Estado, a semana de conscientização e combate a verminose no mês de abril.

Dentre os projetos que apre-

sentei, destaco o PL 1330/2014 que impõe às instituições de ensino instalar armários para guarda de material escolar dos alunos da préescola e do ensino fundamental, e o PL 114/2013 obriga empresas vencedoras de licitação para obras públicas disponibilizarem 5% das vagas de mão-de-obra para ex-presidiários e aos que estão no regime semiaberto e em liberdade condicional.

O PL 315/2013 autoriza ao Poder Executivo a instituir o programa de atendimento ginecológico às moradoras de rua, e o PL 87/13 obriga os supermercados e estabelecimentos similares a divulgarem a validade dos produtos colocados em promoção.

Recebi prefeitos, vereadores e lideranças de diversas regiões do Estado. Conhecendo as suas necessidades para atender suas populações, enviei cerca de 10 milhões em recursos para investimentos e obras de infraestrutura municípios.

Dei continuidade ao projeto gabinete itinerante, promovendo a interação com a população e atendendo as necessidades regionais.

Disputei a eleição de 2014 e fui reeleito para mais um mandato. Estou na Assembleia para representálos, e lutar pela garantia de seus direitos. Isto é o que me impulsiona na missão à mim confiada."



Construção de uma sociedade mais igualitária e eficiente

Osvaldo Vergínio

"Foi um período de muito trabalho e conquistas. Fiz mais de 100 indicações, muitas delas atendidas pelo governador

Geraldo Alckmin, que foi sensível quanto à importância das mesmas.

Também tive dois projetos de lei aprovados. Um deles, proíbe a realização de concursos públicos somente para cadastro de reserva e outro inclui o Circuito Queima do Alho no Calendário Turístico do Estado de São Paulo.

Tenho outros projetos em tramitação. Um que regula o horário de cobrança e outro que propõe a adesivação dos táxis com a frase "Se Beber não Dirija". Fiz ainda uma moção para a presidente Dilma Rousseff para que implante uma unidade da polícia federal em Assis.

Participei assiduamente das sessões plenárias e das reuniões da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, na qual tive a oportunidade de exarar dezenas de pareceres e participar de reuniões em diversas cidades paulistas para discutir o Orçamento. Na Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários também atuei com freqüência, atendendo prontamente a tudo que foi solicitado.

Fiz parte da CPI das Autopeças, na qual exerci a vice-presidência. E, por fim, conseguimos enviar, por meio de emendas parlamentares, vans, ambulâncias, academias ao ar livre, entre outros pedidos, atendendo a vereadores e prefeitos de diversas cidades paulistas.

Continuamos nosso trabalho em prol da população, especialmente dos menos favorecidos. Estamos atuantes na construção de uma sociedade paulista mais igualitária e eficiente."





Continuidade e novas conquistas para os municípios paulistas

Rita Passos

"Por dois anos consecutivos fui líder do Partido Social Democrático (PSD) na Assembleia Legislativa de São Paulo. Legenda

da qual me orgulho de ter trabalhado para formar, junto com Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo.

Em 2013, trabalhei incessantemente junto ao Executivo para conseguir, para inúmeras cidades, verbas e programas do governo do Estado. Também destinei recursos, via emendas parlamentares, para muitas cidades que puderam realizar investimentos em infraestrutura, bem como nas áreas de saúde, social, educação entre outras.

Dentre as conquistas, destaco a duplicação, com implantação de ciclovia, da rodovia Waldomiro Corrêa de Camargo (SP-079), de Itu a Sorocaba. Tenho acompanhado cada detalhe desse pleito. As obras avançaram bastante e estão em fase de melhorias nos acostamentos, implantação de sistema de drenagem e nova sinalização, do quilômetro 47,85 ao quilômetro 70,7. Segundo o DER 80% das obras já foram concluídas. Um investimento de R\$ 130,9 milhões.

Na Assembleia Legislativa conse-

gui a aprovação de importantes projetos: a Semana Padre Bento já faz parte do calendário oficial do Estado de São Paulo; o repasse de créditos do Programa Nota Fiscal Paulista para as entidades educacionais sem fins lucrativos de nosso Estado. Também consegui a aprovação do PL 439/2008, que obriga empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de PET ou plástica em geral, a desenvolverem programas de reciclagem desses produtos. Esse projeto, infelizmente, foi vetado pelo governador.

Em 2014 meu trabalho foi pautado na continuidade do que já venho fazendo há algum tempo em nosso Estado, ajudar ainda mais os municípios paulistas."





Lição de casa: conter a onda de violência

Campos Machado

"Uma bolha de inquietação, traduzida em manifestações populares, tomou de assalto, em 2013, a classe política e boa

parte da população brasileira. Manifestações legítimas e manifestantes bem-intencionados, em princípio, mostraram seu descontentamento com a má qualidade dos transportes, o atendimento precário na saúde e, até, com a corrupção enraizada na classe política. Depois, começaram

os quebra-quebras, os incêndios e até a morte de um profissional da imprensa, vítima de rojão acionado por 'manifestante'.

A tal bolha ainda está aí, flutuando, enigmática, lembrando a todos que os problemas do país não foram resolvidos.

Ninguém sabe ao certo onde isso vai dar. Mas, concretamente, o caminho violento que os movimentos populares tomaram não é aquele que as pessoas de bem querem.

Ainda mais quando se sabe que muitos dos manifestantes mascarados foram pagos para depredar e incendiar veículos, numa tentativa de desestabilizar nossa democracia, governos e governantes. Aturdidos pelos quebra-quebras que deixaram os brasileiros reféns da violência, começamos a ver uma epidemia de 'rolezinhos' que, com seu caráter antidemocrático, promoveram insegurança e baderna nos centros de compra do país.

O 'rolê' é prática que incita violência, desordem e desrespeito e, portanto, deve ser repudiada por todos.

Dentro deste espírito, a bancada petebista promoveu encontro entre os representantes do comércio e o governador Geraldo Alckmin, com o objetivo de se fechar uma agenda cultural voltada para a juventude."



Representante da Polícia Militar

Edson Ferrarini

"Defender a Polícia Militar e lutar por mais segurança e menos drogas, são objetivos que sempre nortearam o meu

trabalho como deputado estadual. Mantenho há 43 um centro de recuperação de dependentes do álcool e das drogas, absolutamente grátis, e sou autor da Lei 13.779/2009, que proíbe a venda de cachimbos narguilés a menores de 18 anos, no âmbito estadual.

Sempre ao lado da nossa gloriosa Polícia Militar, nesta Assembleia Legislativa, onde fiz do meu gabinete o quartel general dos companheiros de farda da ativa, pensionistas e da reserva, conquistamos para os oficiais da reserva o posto imediato pela Lei Complementar 1225/13, sancionada pelo governador em 19 de dezembro.

Para os oficiais da ativa ainda conseguimos: 90 serão promovidos a major PM; 300 serão promovidos a capitão PM; 380 serão promovidos a primeiro tenente PM; para o quadro auxiliar de oficiais: 203 serão promovidos a primeiro tenente PM, 40 serão promovidos a capitão PM. Para os praças, a promoção ao posto imediato

na inatividade estava assegurado. Conseguimos ainda: 21.600 soldados PM serão promovidos a cabo PM, pelo critério de antiguidade; 350 serão promovidos a subtenente PM; 1.500 serão promovidos a primeiro sargento PM, e 1.900 serão promovidos para segundo sargento PM.

Tenho orgulho de representar, na Assembleia Legislativa, a Polícia Militar e não me esqueço do conselho dado por meu querido pai, quando me elegi: 'Filho, deputado você está, oficial da Polícia Militar você é, e será até sua morte. Defenda esta corporação com muita dignidade'. É isto que faço todos os dias!"





Proteção para as mulheres vítimas de violência

Heroilma Soares

"Vemos, diariamente, notícias sobre mulheres que são vítimas de violência. A Lei Maria da Penha foi uma grande conquis-

ta. E sei que posso contribuir e lutar para que estas mulheres sejam tratadas de maneira digna.

Pensando nisso, elaborei o Projeto de Lei 813/2011, que dispõe sobre a implantação do programa de locação social para as mulheres que são vítimas de violência doméstica. Para minha alegria, a propositura foi sancionada pelo governador Geraldo Alckmin e transformada na Lei 15.090, de 22 de julho de 2013.

No projeto, afirmo que deve haver atendimento imediato à mulher cujos direitos foram violados em situação de risco pessoal e social, por ocorrência registrada de violência que necessite abandonar a moradia, principalmente após denúncia do agressor, sendo o encaminhamento e o acompanhamento efetivo realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) ou por outro órgão de referência de atendimento à mulher.

Saliento ainda a dificuldade de

a mulher vitimizada obter segurança diante da formalização da denúncia de agressão, principalmente por ocasião da expedição do Boletim de Ocorrência (BO) no distrito policial, ficando exposta a novas agressões. Por isso, a viabilidade de mudança imediata de moradia, para um local seguro, de preferência em outra cidade, possibilita o encorajamento da vítima para refazer a sua vida. Vejo esta lei como uma grande conquista para as mulheres deste Estado."



Garantir a qualidade dos serviços públicos

Luciano Batista

"Foco os trabalhos de meu mandato em um objetivo: melhorar a qualidade de vida da população do nosso Estado.

Partindo desse princípio, trabalho diariamente na busca de recursos para garantir a qualidade dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e infraestrutura.

No último biênio, realizei diversas reuniões com o governador, na tentativa de buscar investimentos para as cidades da Baixada Santista, Litoral Norte e Vale do Ribeira.

Nossa região foi contemplada com importantes obras e recursos estaduais em todas as áreas. Na saúde, os hospitais receberam investimentos. Garanti a construção de policlínicas em Santos e foi inaugurado o Emilio Ribas II, no Guarujá. No transporte, teve inicio o projeto do Veículo Leve Sobre Trilhos -VLT e, após anos de luta e trabalho, vimos finalmente sair do papel a construção dos viadutos na rodovia dos Imigrantes, obra que eliminará cruzamento de semáforos em São Vicente, melhorando o tráfego de veículos e diminuindo o índice de criminalidade no trecho.

Intermediei importantes reuniões entre prefeitos e secretários estaduais, que possibilitaram a criação de convênios nas diversas áreas. A prefeitura de São Vicente, por exemplo, garantiu um repasse mensal de R\$ 560 mil para a maternidade municipal.

Elaborei emendas parlamentares para diversos municípios da Baixada Santista, Litoral Norte, Vale do Ribeira e Grande ABC.

Quero continuar trabalhando por todos os municípios do Estado. A nossa região ainda tem muito o que melhorar e estamos no caminho certo."

Trabalho em prol da democracia e do desenvolvimento

Roque Barbiere

"Nos meus mais de 30 anos de vida pública, não tenho sido tímido em empenhar esforços para defender os interesses

do povo, especialmente da região noroeste do Estado. Tenho, enfaticamente, lutado para que as políticas públicas do governo do Estado cheguem até as cidades dessa minha distante região.

Neste período, entre as iniciativas que considero mais importantes, há dois projetos prioritários para os quais tenho cobrado de meus nobres colegas a atenção que merecem.

O PL 820/2013 dispõe sobre a instalação de TAG eletrônico, para pagamento de pedágios, em ambulâncias que circulam no Estado de São Paulo, com a finalidade de agilizar o socorro a pacientes.

O PL 821/2013 obriga os estabelecimentos que comercializam e fabricam carimbos a exigirem a identificação completa do comprador, com nome, documento de identidade, CPF e comprovante de residência.

Comemoro também conquistas que intermediei para a região. Muitos municípios foram contemplados com verbas para finalidades diversas. Saliento a duplicação da rodovia Roberto Rollemberg no perímetro urbano de Birigui, com extensão de oito quilômetros e seis viadutos, bem como seu recapeamento, instalação de dispositivos de segurança, construção de trevos e vias de acesso desde a cidade de Bilac até a cidade de Turiúba. O investimento na duplicação foi de mais de R\$ 60 milhões. A segunda obra, a ser iniciada, está orçada em R\$ 90 milhões.

Em prol da democracia e do desenvolvimento, através da melhoria de qualidade de vida da população, é que flexiono minha dedicação, meus esforços e minhas vontades, harmonicamente junto aos demais Poderes."







Atenção às necessidades da sociedade e dos municípios

Adilson Rossi

"Ao longo do atual mandato, procurei dar maior atenção às necessidades e vulnerabilidades dos nossos municípios e da

nossa sociedade.

Tem se divulgado a diminuição da criminalidade em São Paulo, mas, no dia a dia, sentimos que isso não acontece, tantos são os crimes noticiados na mídia. Como presidente da Comissão de Segurança Pública, procurei debater sobre a proposta

de integração das polícias civis e militares de São Paulo e Minas Gerais, para juntos enfrentarmos criminosos que atravessam a divisa dos Estados e assaltam pequenas cidades, explodindo caixas eletrônicos, traficando drogas e contrabandeando armas, ou aqueles que, praticando infrações em seu Estado de origem, e estando perto da divisa, fogem para outra unidade da Federação.

Percorrendo o Estado de São Paulo pude constatar a dura realidade das nossas santas casas e busquei junto ao governo do Estado auxílio para ajudá-las a cumprir dignamente sua missão. Nessa incursão, escutei a sociedade e, a partir de suas reivindicações, fiz um projeto de lei, já aprovado em plenário, que trata da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem, a ser implementada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando promover a melhoria das condições de saúde da população masculina, reduzindo sua morbidade e mortalidade.

Quando necessário, fiz uso da tribuna da Assembleia para me manifestar, inquirir e cobrar melhorias para todos os cidadãos.

Minha convicção é que ainda há muito mais a fazer. São Paulo não para. Eu também não."



Obrigado, São Paulo

Carlos Cezar

"Neste final do meu primeiro mandato é tempo de agradecer a população paulista que confiou em mim e me reele-

geu com 112.409 votos.

Completarei três anos na liderança do Partido Socialista Brasileiro, uma das maiores bancadas da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Também sou presidente da Frente Parlamentar Evangélica, na qual, junto a outros parlamentares, defendemos os valores da família cristã. Com a graça de Deus, também sou membro das mais importantes comissões como Constituição e Justiça e Atividades Econômicas.

Neste mandato tive também grandes responsabilidades, como, por exemplo, ser relator da Projeto de Emenda Constitucional que reconhece carreira jurídica ao delegado de polícia. Também fui relator no projeto que bonifica policiais por rendimento e, ainda, o que cria a Região Metropolitana de Sorocaba.

Como legislador, criei um projeto de lei que permite a isenção de taxa paga na escritura pela populacão de baixa renda.

Nas áreas de educação e saúde,

apresentei projeto de lei que institui curso de primeiros socorros para estudantes e professores.

Outro importante projeto de minha autoria visa transformar desperdício de comida em composto orgânico para plantação nas escolas e utilização do alimento orgânico na merenda e nos restaurantes Bom Prato.

Em parceria com vereadores e prefeitos de dezenas de cidades, pude ainda contribuir efetivamente para o desenvolvimento dos municípios nas áreas de infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente, esporte e lazer.

Ainda há muito a ser feito, mas o reconhecimento nas urnas me dá a certeza de que estamos no caminho certo."





Desenvolvimento da 10^a Região Administrativa do Estado

Ed Thomas

"O desenvolvimento da 10ª Região Administrativa do Estado deve ser construído por meio de políticas públicas

coordenadas para conquistar o desenvolvimento social e o crescimento econômico conjuntamente. Diante desse objetivo venho realizando o meu trabalho com ações elaboradas para as áreas da saúde, do social, da segurança pública e do econômico.

Destaco na sequência três ações

que considero essenciais para a geração de emprego e renda, com a obtenção de tecnologia, educação, saúde e social.

É de minha autoria o Projeto de Lei 447/2011, que cria Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Paulista, a 10ª Região Administrativa, inserindo nossos municípios no Programa de Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Os recursos do fundo serão aplicados, exclusivamente, na região.

O ICMS é um problema para a 10^a Região, em virtude da guerra fiscal existente entre o São Paulo e o Estado do Mato Grosso Sul, com o qual a região tem fronteira. Diante dessa realidade protocolei o Projeto

de Lei 473/2013 para a criação da Zona Especial de Desenvolvimento (ZED) ao longo daquela fronteira, como área incentivada pelo ICMS, tendo por lastro jurídico o artigo 112 da Lei 6.374/1998.

Para incrementar o transporte ferroviário, venho buscando, incessantemente, através de estudos e reuniões com o Ministério dos Transportes, a inclusão dos municípios de Rosana (Distrito de Primavera) e Presidente Epitácio à Ferrovia Norte-Sul.

Com as bênçãos de Deus, pretendo continuar atuando fortemente na construção de políticas públicas que valorizem o ser humano e possibilitem o bem-estar social com desenvolvimento."



Trabalho pelo desenvolvimento social

Orlando Bolçone

"O foco de meu trabalho como deputado estadual é a área social, com ênfase na saúde, e o setor de ciência e tecnologia.

Fontes de permanentes desafios, para as quais direciono a maioria de minhas ações e recursos das emendas parlamentares. Na área da saúde, extremamente sensível e complexa, concentro minha atuação na ajuda às Santas Casas de Misericórdia, além de apoiar as instituições sociais

voltadas para dependentes químicos, crianças, idosos, deficientes mentais e físicos. Meu compromisso com este trabalho e com essas instituições é inabalável. Mais de 90% dos recursos que conquistei por meio de emendas parlamentares ou por gestões diretas junto ao governo do Estado foram direcionados às áreas da saúde e da assistência social para 123 municípios.

Entre emendas e indicações foram liberados 75 milhões de reais. São recursos e equipamentos que garantem a manutenção e a qualidade do trabalho prestado por entidades como Apaes, comunidades terapêuticas, instituições escolares e lares para crianças e idosos, santas casas e centros de

saúde. Na área da ciência e tecnologia, meus esforços estão voltados para a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável que concilie o uso da tecnologia avançada com a preservação ambiental. Consolidamos o Parque Tecnológico de São José do Rio Preto, cuja sede administrativa está em fase final de construção. Mais de 80 empresas formalizaram o interesse de se instalarem no Parque Tecnológico que deve gerar, no prazo de dez anos, mais de dez mil empregos na área da tecnologia da informação. Para 2015, o compromisso é seguir adiante no trabalho sério, ético e transparente e consolidar cada vez mais a parceria com nossos municípios e suas instituições."





Política de resultados: transparência e inovação

Alex Manente

"Desde quando decidi dar o primeiro passo rumo à vida pública, então com os meus 18 anos, em São Bernardo, acre-

ditava que a política guardava uma ferramenta poderosa capaz de tornar realidade os principais anseios das pessoas, capaz de levar mais qualidade de vida para quem mais precisa.

Sempre acreditei que essa ferramenta deveria ser encarada com um olhar sensível, humano, mas, ao mesmo tempo, com determinação e força do trabalho para transformar boas ideias em resultados práticos. Esse é e sempre foi o meu jeito de encarar a política, desde que me filiei ao PPS e fui o vereador mais votado de São Bernardo e até hoje, quando, como deputado pelo mesmo partido, aceitei o desafio de assumir a liderança da legenda dentro Assembleia Legislativa.

O sentimento é exatamente o mesmo, que vem me dotando de força e coragem, por exemplo, como membro efetivo da Comissão de Ética, com o objetivo de investigar e combater casos que envolvam a corrupção parlamentar.

Falando em clareza, consegui

aprovar a Lei da Transparência, que obriga quem recebe dinheiro público a divulgar o valor do recurso e onde está sendo usado, num esforço contínuo de incentivar o zelo pelo dinheiro público.

Do lado de fora da Assembleia, encampei com firmeza a causa da redução da maioridade penal, reivindicação antiga do nosso povo, e consegui, com muito trabalho, o apoio de toda a região do grande ABCD. Com a força das redes sociais, muitas reuniões com a população e sociedade civil organizada e um grande abaixo-assinado realizado em toda a cidade, conseguimos atingir 100 mil assinaturas favoráveis à mudança."



A experiência no Executivo e a produção parlamentar

Davi Zaia

"Em meu último mandato estive afastado das atividades parlamentares para conduzir duas importantes pastas estaduais, a Se-

cretaria de Emprego e Relações do Trabalho – de 2011 a 2012 – e a Secretaria de Gestão Pública – de 2012 a 2014. Considero que os dois momentos foram muito importantes, pois adquiri uma vasta experiência gerenciando programas como o Banco do Povo Pau-

lista, Emprega São Paulo, Frentes de Trabalho, Poupatempo e o Acessa SP.

Retornando à Assembleia Legislativa, apresentei o projeto de Lei 568/2014, que altera a Lei 14.653/2011, possibilitando à Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-Prevcom) administrar planos de previdência complementar de funcionários de empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Estado, como Prodesp, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), entre outras. Iniciativa que atende cerca de 8.600 funcionários.

Ainda em 2014 fui designado para uma importante tarefa dentro da Assembleia Legislativa, sendo indicado para a relatoria da CPI dos pedágios, que aconteceu entre os meses de abril e setembro. Um importante processo que resultou no esclarecimento à população sobre as tarifas cobradas nos pedágios paulistas.

Importante ressaltar que durante esse período continuei acompanhando as demandas de municípios e entidades, seja com indicações de projetos, ou com a destinação de emendas parlamentares, buscando sempre atender as necessidades do cidadão paulista."





Integração regional e saúde

Roberto Morais

"Sou deputado estadual pela região de Piracicaba, reeleito para mais um mandato na Assembleia Legislativa do Estado de

São Paulo. Atualmente presido a Comissão Permanente de Assuntos Metropolitanos e Municipais e também integro as comissões de Fiscalização e Controle e de Transportes e Comunicações. Além disso, sou um dos coordenadores da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucroenergético.

Acredito firmemente na integração regional como saída administrativa para que se alcance o pleno desenvolvimento de forma sustentável. Exemplo disso foi a criação de novos aglomerados urbanos em nosso Estado. Nesse contexto, a criação da Aglomeração Urbana de Piracicaba, formada por 23 municípios, e com sua sede em Piracicaba, foi precursora desse novo modelo que já vem demonstrando de forma concreta seus resultados.

No caso específico da AU Piracicaba, falamos de uma área de 6.998,15 quilômetros quadrados de extensão que abrange uma população estimada em 1,3 milhão de habitantes, o que representa 3,17% do total de habitan-

tes do Estado de São Paulo. O Produto Interno Bruto (PIB) da região é de R\$ 29,7 bilhões, o que representa 3% do PIB de São Paulo.

Além disso, em minha atuação parlamentar, as ações em favor da saúde pública e de apoio a portadores de doenças graves e raras sempre foram prioridades. Leis como a que garante o fornecimento de medicamentos aos portadores de Fibrose Cística, Síndrome de Rett, e de apoio aos portadores de doenças raras e hereditárias são exemplos concretos dessa atuação."



Muitas realizações

Vitor Sapienza

"Muitas pessoas imaginam que a atividade parlamentar resume-se apenas à presença em plenário e às atividades que

são desenvolvidas dentro da Assembleia Legislativa. Na verdade, as ações dos deputados estaduais extrapolam as paredes da sede do Parlamento estadual.

Uma das iniciativas da qual muito me orgulho é a premiação em dinheiro para os contribuintes que solicitam a Nota Fiscal Paulista. Uma causa na qual muito me engajei e que, depois de tantos anos, continua ajudando na conscientização da população no que tange à exigência da nota fiscal. Depois que São Paulo começou a premiar em dinheiro os contribuintes, muitos estados imitaram essa iniciativa.

Embora tenha sido aprovada no final de 2012, foi em 2013 que a Emenda Constitucional 37 começou a ter efeito. De minha autoria, essa modificação na Constituição Estadual estendeu para os reitores das universidades públicas estaduais a obrigatoriedade de comparecimento perante uma comissão permanente da Assembleia para apresentarem as ações desenvolvidas para a melhoria na qualidade do ensino público que vem sendo ministrado nas nossas faculdades, além de podermos acompanhar a gestão dos administradores das instituições de ensino.

Atuar no maior parlamento estadual da América Latina não é uma atividade singular. A pluralidade se reflete nos debates que travamos nas comissões permanentes. E é aí que quero destacar o quanto expus meu ponto de vista para as questões debatidas nas frentes parlamentares que integro e, de modo particular, nas Comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento e de Ciência, Tecnologia e Informação."





Permanente sintonia com o povo

Alcides Amazonas

"Ao avaliar o trabalho realizado, é possível afirmar que nosso desempenho foi ao encontro do que traçamos logo ao chegar à

Assembleia em janeiro de 2013: fazer um mandato popular, focado na defesa das melhorias sociais, dos trabalhadores e do serviço público de qualidade.

Ajudamos comunidades como as do Keralux e da Chácara Soares no processo de regularização de moradias. Conseguimos junto à prefeitura obras de saneamento, operações de limpeza e mais iluminação pública. Por meio de emendas ao Orçamento, conquistamos a instalação de mais espaços públicos de lazer e esporte e a realização de projetos nesta área voltados para as crianças e jovens da periferia.

Lutamos com a comunidade pelo Hospital Sapopembinha, cuja reabertura, neste primeiro semestre, foi garantida Secretaria de Estado da Saúde. A unidade passará a ter 32 leitos para internação e cinco consultórios.

Além disso, apresentei o Projeto de Lei 536/2013, que coloca o gás de cozinha na cesta básica paulista, o que

gerará redução do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), beneficiando principalmente as famílias de baixa renda.

Também priorizei a defesa dos trabalhadores do transporte e o apoio a ações de mobilidade urbana. Apresentei projetos importantes, como o que garante o emprego dos cobradores que, embora aprovado na Casa, foi vetado pelo governador – o que, aliás, acontece com 90% dos projetos parlamentares.

Esta é apenas uma pequena amostra de nosso trabalho – muito maior e mais abrangente do que este espaço nos permite ser – e que demonstra nosso real compromisso com o povo."



Trabalhando pela cidadania, cultura e justiça social

Leci Brandão

"A amplitude política caracteriza a nossa atuação. Em 2013 e 2014, apresentamos dezenas de proposituras e par-

ticipamos de frentes parlamentares e comissões, defendendo direitos de trabalhadores e movimentos sociais.

Atuamos nas comissões de Educação e Cultura e de Direitos Humanos, na relatoria da CPI do Trabalho Escravo e na CPI da Violência Contra a Mulher. Nosso compromisso

com movimentos culturais, antirracistas, LGBT e de mulheres, comunidades tradicionais e juventude, está expresso em vários projetos.

Na presidência da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, atuamos de forma propositiva, a exemplo do PL 483/2013, que institui o Programa Cultura Viva em São Paulo. O universo do samba também foi tema de debates e propostas. O PL 922/2013 declara o samba patrimônio cultural imaterial do Estado e foi aprovado em 19/12/2014.

Subscritora do PL 37921/2011, que estabelece o funcionamento do Metrô por 24 horas, realizamos, em 2013, audiência para discutir transporte e mobilidade urbana. Quanto à igualdade racial, avançamos na discussão sobre as cotas nas universidades públicas e apresentamos o PR 01/2013, que institui o Prêmio Doutora Theodosina Ribeiro, destinado aos que atuam em prol do empoderamento de mulheres negras. Apresentamos a lei que cria o Dia Estadual das Tias Baianas das Escolas de Samba de São Paulo e o Dia Estadual da Mulher Negra e Latino Americana. E conseguimos aprovar a Lei 15.082/2013, que amplia a rede de atendimento às vítimas de homofobia.

Em ação na bancada, apresentamos o PR 12/2013, que anula a cassação dos 11 parlamentares do PCdoB na Assembleia Legislativa, ocorrida em 1948."





Saúde, enfermagem e conscientização política

Sarah Munhoz

"Desde 18 de março de 2014, cumpro um papel do qual me orgulho imensamente: venho representando a população paulista, em espe-

cial os profissionais de enfermagem, com dedicação e respeito. Assumi este mandato substituindo uma liderança respeitável, o então deputado e atual subprefeito da Sé, Alcides Amazonas, razão pela qual a minha responsabilidade foi ainda maior.

Apresentei cerca de 26 projetos de lei voltados, principalmente, para a área da saúde pública, profissionais de enfermagem e inclusão social. Entre eles, está o PL 371/2014 que institui metas internacionais de segurança do paciente nos hospitais do Estado. Com o PL 599/2014, propus a implantação de uma rede de cuidados paliativos no Estado, proposta que recebeu parecer favorável das três comissões permanentes da Casa, pelas quais tramitou.

Além disso, atuei amplamente em defesa dos profissionais de enfermagem, apresentando propostas por condições de mercado, trabalho e salário digno. Não poupei esforços na defesa das mulheres denunciando os abusos que nós ainda sofremos, contraditoriamente, no Estado mais desenvolvido do país.

De todas as maneiras, busquei despertar a atenção dos profissionais de enfermagem para a importância da política. Afinal, eu apenas cumpro uma importante tarefa como parlamentar, mas sou da enfermagem de coração. A enfermagem sempre esteve na linha de frente da assistência e deve tomar para si o protagonismo que lhe é devido participando ativamente da construção de políticas públicas de saúde. É mais que oportuno que ela seja ouvida pelo Poder Público."







Dias de luta

Major Olímpio

"Encerro na Assembleia Legislativa um ciclo de muita luta, avanços e aprendizado. Juntos comemoramos o fim do auxílio

moradia aos deputados residentes em São Paulo e pedimos mais transparência nos atos do Legislativo paulista. Tomamos os corredores da Assembleia, pedindo a manutenção da creche, um serviço de qualidade e importância tamanha.

Acompanhei a população nas

ruas, com suas justas demandas, e os policiais e familiares estiveram comigo na porta do Palácio do Governo pedindo dignidade e reconhecimento. O governo não nos deu a resposta que gostaríamos, mas a união e a força da categoria se fizeram presentes.

Protestamos contra a terceirização do 190, pedimos a redução da maioridade penal (com avaliação biopsicológica), denunciamos a superlotação dos presídios e apresentei uma moção pedindo alteração na lei que regula a saída temporária de presos.

Fiz a indicação para que as famílias dos policiais que foram mortos em horário de folga, mas em função de sua atuação profissional, também recebam o seguro de vida, assim como a dos funcionários da Fundação Casa.

Algumas propostas já tiveram resultado, como as leis que criam instrumentos legais para coibir o roubo e furto de cabos e fios metálicos e a que estabelece normas básicas acerca das oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados.

Entendemos que a representação popular é bastante ampla e nos desdobramos em demandas de toda a espécie e tamanhos. Acredito que a política deva pulverizar benefícios em todas as direções. Não se escolhe a quem ouvir, a quem ajudar. Não se escolhe, se faz."



Fim das queimadas em São Paulo

Rafael Silva

"Nestalegislatura, tentei aprovar o Projeto de Lei 337/2012, que prevê que os produtores do setor sucroalcooleiro e as

usinas fiquem solidariamente obrigados a cumprir as antecipações de prazos para a eliminação da palha da cana-de-açúcar, conforme o Protocolo de Cooperação celebrado em 2007 entre o governo do Estado e a União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.

Sinto-me vitorioso ao saber que mais de 80% das plantações em todo o Estado já contam com a mecanização e que até 2017 a colheita terá que ser toda mecanizada.

Trabalhei muito para aprovar a CPI da Queima da Palha da Cana-de-Açúcar, por mim presidida, criada em setembro de 2007 pela Assembleia Legislativa, responsável direta pela assinatura do acordo. Agora colhemos seus bons frutos.

Antes dessa mobilização, uma legislação estadual previa que esse malefício para a humanidade começaria a acontecer somente em 2021. A CPI e os projetos que tramitam nesta Casa foram importantes para essa grande conquista.

A eliminação das queimadas é um bom exemplo a ser seguido por outros Estados.

As mudanças climáticas globais exigem medidas de responsabilidade entre os agentes públicos e privados para evitar o agravamento das condições ambientais. Como parlamentar, dei a minha parcela de contribuição. Valeu o esforço e a erradicação total do uso da queima da palha da canade-açúcar como método facilitador de seu corte trará benefícios ao meio ambiente e à população.

Com isso fica comprovado que um deputado não precisa ter um projeto aprovado na Assembleia Legislativa para que a população seja beneficiada. Basta trabalhar."





Apoio aos municípios e entidades sociais

Alexandre da Farmácia

"No último biênio, dediqueime a buscar maneiras de atender às demandas apresentadas pela

população. Foram dezenas de cidades visitadas e centenas de reuniões promovidas, resultando em milhares de pessoas beneficiadas, com recursos de emenda parlamentar ou serviços prestados pelo Poder Público.

Entre as emendas parlamenta-

res que apresentei, 80% são voltadas para a saúde, proporcionando a compra de ambulâncias, equipamentos cirúrgicos e aparelhos para exames. Já os demais recursos foram destinados, principalmente, para reformas de prédios públicos, implantação de academias ao ar livre, infraestrutura viária etc.

Em encontros constantes com o governador Geraldo Alckmin e secretários de Estado, busquei parcerias para levar os benefícios dos programas do governo ao maior número de cidades possível, como no caso do setor habitacional, em que viabilizamos a construção de casas populares para dezenas de cidades.

Ao propor novas leis, me preo-

cupei com a saúde e bem-estar das gestantes, exigindo o exame de ecocardiografia fetal nas maternidades. Também procurei defender os direitos dos animais, com projetos que proíbem a distribuição de animais como brindes ou prêmios e garantem certificado de capacitação dos profissionais em estabelecimentos com serviços de banho e tosa.

Trabalhamos bastante, mas ainda há muito a fazer. Vamos continuar ajudando os municípios, apoiando entidades sociais. Enfim, contribuindo ao máximo com o crescimento do nosso Estado."



Mulher merece segurança!

Antonio Salim Curiati

"Percebo que pesquisas recentes mostram que mesmo com o endurecimento da legislação penal brasileira,

principalmente com a Lei Maria da Penha, aumentaram de forma assustadora os casos de violência contra a mulher. O Instituto de Pesquisas Econômicas revelou recentemente, o registro de algo em torno de seis mil mortes de mulheres a cada ano, sendo a maioria delas provocadas por agressões cometidas por seus parceiros ou ex-parceiros, ou por pessoas muito próximas da família, sendo as mais jovens suas maiores vítimas.

O que me causa espanto, também, é quando se verifica o constrangimento a que são submetidas as mulheres dentro dos trens da CPTM e do Metrô em São Paulo. São muitos os casos de assédio, abuso sexual e até mesmo estupros a que são subjugadas as mulheres que utilizam esses meios de transporte. A cada mês, oito ou mais delas registram algum tipo de violência no sistema de veículos sobre trilhos. Para quem não se sensibiliza com tais números convém lembrar que são muitas as que, por vergonha e constrangimen-

to, preferem a omissão já que não confiam na ação dos organismos responsáveis pela sua segurança.

Baseado nesses dados absurdos é que apresentei Projeto de Lei nº 489/2013, que dispõe sobre a reserva de ao menos um vagão de uso exclusivo pelas mulheres nas composições dos sistemas metropolitanos de transporte sobre trilhos. Acredito ser essa uma forma de tentar eliminar a prática grotesca do assédio, abuso sexual (seja este de qualquer forma) e, principalmente, estupros."



Os direitos dos mais fracos

Gilmaci Santos

"Desde meu primeiro mandato tenho a presenta do proposituras que vão ao encontro daqueles que chamamos

a parte mais fraca, seja na relação de consumo ou mesmo na preservação dos direitos básicos dos cidadãos. Durante esse tempo alcançamos duas grandes vitórias para a população paulista: a aprovação de dois projetos de lei, transformados em lei estadual posteriormente.

No terceiro ano desta legislatura, após defender veementemente a importância do atendimento prioritário também em processos administrativos, aprovamos o PL 161/2010, que, transformado na Lei 15.097, de 23 de julho de 2013, estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 anos.

O projeto foi desenvolvido com base no Estatuto do Idoso, que, de acordo com o artigo 71, parágrafos 1º a 4º, afirma que o idoso que for parte em um processo judicial também terá prioridade na tramitação dos processos e procedimentos, em qualquer instância. Em 2009, foi criada também a Lei 13.835, com base no Projeto de Lei 602/2007, de minha autoria, que obriga os fornecedores de serviços a disponibilizarem, nas faturas, seus endereços completos. Essa grande vitória foi ao encontro do pedido de diversos consumidores que se sentiram lesados pela falta de dados do contratante. Ambos os projetos objetivam preencher as lacunas que concernem à defesa dos direitos do cidadão, e essa é a base de meu mandato."



O trabalho continua

Sebastião Santos

"Concluo meu primeiro mandato com a sensação de dever cumprido. A satisfação é ainda maior por saber que meu traba-

lho foi aprovado e a população me deu a oportunidade de representá-la por mais quatro anos, com votação ainda maior do que a que recebi em 2010.

Acredito que este resultado só foi possível graças a um esforço diário e às várias ações realizadas principalmente aos finais de semanas

para alcançar resultados concretos em prol da população.

Lá no início, me propus a trabalhar pelos pequenos e médios municípios, geralmente esquecidos pelas políticas públicas. Avançamos bastante. Foram centenas de ações e investimentos na saúde, educação e infraestrutura. Os resultados são visíveis por todo o Estado.

Também atuei com força no desenvolvimento do turismo, da pesca, da aquicultura e agricultura, no apoio aos assentamentos, além de manter a pauta da defesa da criança e do adolescente, do combate à violência contra a mulher e apoio aos conselhos tutelares.

Desde 2011, venho alertando as

autoridades para a necessidade de melhorar a manutenção da ferrovia que corta nosso Estado, já que os descarrilamentos de trem no interior eram crescentes.

Tenho lutado para que os trilhos sejam retirados da área urbana. Mas o pior aconteceu em São José do Rio Preto. Um descarrilamento matou oito pessoas em novembro de 2013. Desde então me empenho para conquistar o recurso de R\$ 300 milhões para executar o projeto de contorno ferroviário. Afinal, não há valor maior que o da vida humana.

Meu desejo é trabalhar ainda mais para o desenvolvimento de nosso Estado. O povo paulista pode contar comigo."





Um mandato ativista e com muitas vitórias para a causa animal

Feliciano Filho

"O ano de 2013 foi marcado pela aprovação do Projeto de Lei 777/2013, que proíbe a utilização de animais para

desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes. O projeto foi sancionado pelo governador e já está em vigor, pela Lei 15.316/2014.

Também tivemos uma grande vitória que foi a regulamentação da Nota Fiscal Animal (Lei 14.728/2012), de minha autoria, que estende os beneficios da Nota Fiscal Paulista às entidades de proteção animal.

Além disso, atuamos de maneira incisiva: no Caso Royal, em defesa dos beagles e outros animais submetidos a testes de medicamentos na cidade de São Roque; pelo aumento das penas aos crimes de maus-tratos, realizando a audiência pública Reforma do Código Penal: Crimes Contra a Fauna; para que a Lei Feliciano, já aprovada em seis estados, tramitasse em mais oito, cada vez mais proibindo a matança indiscriminada de animais em Centros de Controle de Zoonoses (CCZs), canis municipais e congêneres.

Em 2014, trabalharemos muito para aprovar e pôr em prática os nossos projetos que tramitam na Assembleia Legislativa, dos quais destacamos: PL 706/12, que restringe a utilização de animas em atividades de ensino; PL 714/12, que proíbe a criação de animais em sistema de confinamento; PL 616/11, que coibe a criação de animais para extração de peles; PL 478/10, que obriga o atendimento veterinário gratuito aos animais da população carente; PL 583/09, que proíbe o envio de animais dos CCZs para experimentos.

Veja todos nossos projetos em www.felicianofilho.com.br."







Trabalho contínuo em defesa dos municípios paulistas

André do Prado

"Como líder do PR na Assembleia Legislativa, tenho pautado o meu mandato ouvindo atentamente a população, representan-

tes de entidades, prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias das inúmeras cidades que visito rotineiramente. Isso me permite uma clara visão dos municípios paulistas e atuar diretamente nas áreas que mais necessitam de ajuda.

Participo ativamente do Colégio de Líderes, debatendo os projetos que vão entrar na pauta e na Ordem do Dia. Esse protagonismo nos possibilitou a derrubada do veto do governador ao projeto que apresentei, que trata da proibição da comercialização e fabricação das armas de brinquedo no Estado. A matéria virou lei estadual e gerou grande debate nos meios de comunicação sobre a questão da segurança pública e da educação de nossas crianças.

Atuei diretamente a favor das regiões do Alto Tietê, do Vale do Ribeira e do Paraíba, além do Interior, a fim de assegurar recursos principalmente na área da saúde, assistência social, infraestrutura urbana e educação.

Prova do meu comprometimento com a causa foi a criação da Frente

Parlamentar em Apoio aos Municípios do Alto Tietê. Participo ainda da Frente Parlamentar das Santas Casas, que ao longo de 2013 promoveu discussões sobre o aumento do repasse da tabela SUS. Essa luta continua.

Coloquei-me como interlocutor de prefeitos, vereadores e lideranças, junto ao governo do Estado, na luta pelas justas reivindicações apresentadas. Percorri, ao lado do governador, diversas regiões e participei de inúmeros investimentos em benefício do desenvolvimento das cidades.

Esse é o nosso dever perante a população: legislar de forma responsável e competente."







Um novo caminho para São Paulo e para o Brasil

Rodrigo Moraes

"Em 2013, o Brasil mostrou ao homem público que ele deve entender a missão que tem nas mãos e agir de forma

digna e honesta. É desta forma que trabalho todos os dias. Com fé em Deus e procurando corresponder ao mandato que o povo me concedeu como deputado estadual.

Na Assembleia, lutei por valores que considero essenciais à sociedade, como o fomento do disque-denúncia mulher, expansão da polícia ambiental e o Cartão Recomeço, que se destina à recuperação de dependentes químicos, além de outras atuações nas áreas de saúde e educação.

Mas não somente dentro da Casa de Leis limitou-se meu trabalho. Percorri junto ao meu pai, o deputado federal José Olímpio (PP/SP), milhares de quilômetros de norte a sul e de leste a oeste deste nosso Estado, procurando resolver as dificuldades que eram trazidas ao meu conhecimento.

Foram vários investimentos para recapeamento de ruas de terra, que tanto causaram transtornos aos usuários como problemas de saúde a crianças, adultos e idosos. Essa realidade chegou ao fim em dezenas de cidades através de minhas emendas parlamentares.

No mesmo patamar de importância, outros municípios foram contemplados de diferentes maneiras, com ambulâncias, caminhões de coleta seletiva, praça, centro esportivo e microônibus, sem esquecer as diversas entidades assistenciais que também receberam verba por meio de minhas indicações.

A cada entrega, o sorriso das pessoas, o aperto de mão e o abraço sincero. Poder levar um pouco de esperança e felicidade ao nosso povo cria sentimentos que marcam e não se apagam. Principalmente para mim, um jovem de 29 anos."







Na luta por justiça social

Carlos Giannazi

"Neste segundo mandato como líder da bancada do PSOL na Assembleia, Carlos Giannazi aprofundou e ampliou sua luta

por justiça social ao lado de comunidades vulneráveis à especulação imobiliária, por vezes patrocinada pelo Estado e municípios.

Na área de moradia, a união entre as ações do mandato e de pequenos comerciantes, moradores e trabalhadores do centro da capital fez o Estado recuar de um megaprojeto que desabrigaria milhares de pessoas da região, causando-lhes prejuízos materiais e sociais. Também em São Paulo, Giannazi está à frente de uma luta, junto com moradores de baixa renda na zona sul, para preservar as casas de centenas deles, que ainda correm o risco de ser leiloadas pelo governo estadual.

A defesa do magistério e da educação pública, gratuita e de qualidade, bem como o apoio aos professores e servidores das faculdades e escolas técnicas do Estado, ao funcionalismo em geral, inclusive do Judiciário, suas reivindicações por planos de carreira, reajuste e ganhos efetivos salariais, combate ao assédio moral e melhores con-

dições de trabalho, manteve-se entre os objetivos, tendo o deputado apresentado projetos de lei em benefício desses trabalhadores. Um deles transformou-se na Lei 15.298/2014, que dá o direito a meia entrada em cinemas, teatros e shows a servidores do quadro de apoio escolar e especialistas das redes estadual e municipais.

O deputado também continua a fiscalizar e cobrar ética e competência no uso do dinheiro público, denunciando ao Ministério Público, à imprensa e da tribuna os casos de corrupção e pleiteando a instalação das CPIs do "trensalão", do Fundo para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e dos pedágios."







Conquistas que refletem na vida da população

Luiz Carlos Gondim

"Em 2013 e 2014, obtive grandes conquistas. Além dos trabalhos desenvolvidos na área da saú-

de, atuei em questões relacionadas ao meio ambiente, agricultura, segurança pública, transportes, entre outros.

Junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente conseguimos afastar definitivamente a possibilidade de instalação de um aterro sanitário no distrito industrial do Taboão, área do município que está sendo preparada para receber investimentos empresariais. Destaco ainda nossa colaboração para a aprovação da minuta da Lei Específica Tietê-Cabeçeiras, pelo Consema e pelo Conselho de Recursos Hídricos.

Solucionamos o problema de conflito de terra entre os chacareiros de Mogi das Cruzes e a Mineradora Itaquareia. Conseguimos que o Incra desapropriasse uma grande área, de 532 hectares, e assim acabou de vez o pesadelo de cerca de 400 famílias que viviam inseguras diante da ameaça das ações de despejo. Junto ao governo do Estado conseguimos a volta do tratamento de radioterapia em Mogi das Cruzes, a duplicação da rodovia Mogi-Dutra (trecho

da rodovia Ayrton Senna até Arujá), mais leitos de UTI e novo aparelho de ressonância magnética para o Hospital Luzia de Pinho Melo e recursos para as Santas Casas.

Vamos lutar pela duplicação da rodovia Mogi-Bertioga (SP-98), por mais viagens dos trens do Expresso Leste para Mogi das Cruzes, principalmente nos horários de pico (manhã e noite) e pela reposição do efetivo policial militar no Alto Tietê.

Foram conquistas importantes que refletirão na vida da população do Alto Tietê por vários outros anos. Meu compromisso é atuar em prol do desenvolvimento do Estado, honrando a confiança que a população depositou em mim."







Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 — Ibirapuera — São Paulo — SP Tel.: 11.3886-6000 — www.al.sp.gov.br

Secretário Geral Parlamentar Rodrigo Del Nero

Secretário Geral de Administração Hubert Alguéres

Departamento de Comunicação Mário Sérgio Matsumoto

Divisão de Imprensa Sérgio Fernandes

Serviço Técnico de Editoração e Produção Gráfica João Gammaro

Edição Fernando Caldas Marisilda Silva

Apuração, redação e revisão Blanca Camargo Daniela Camargo Barros Affonso Joel Melo Josué Rocha Luis Augusto de Arruda Marcos Luiz Fernandes Marta Rangel Monica Ferrero Paulo Meirelles

Projeto gráfico e diagramação Jair Pires de Borba Jr.

Vera Heloísa Boldrini

Keiko Bailone

Tratamento de imagem Luiz Fernando Duarte

Fotografia José Antonio Teixeira Márcia Yamamoto Marco Antonio Cardelino Maurício Garcia de Souza Roberto Navarro Vera Massaro

Estagiários Ana Luíza Román Caroline Leonardo Daniela Yamashita Gabriel Cabral da Rocha Janaina Romão dos Santos Jaqueline Marjorye Letícia Tatei Lívia Badur Lorrane Santos Marina Mendes

Apoio Administrativo Renata Cristina Tranquilini Ferraz Suzete de Freitas Barbosa Vilma Lopes

Impressão e acabamento XXX

Tiragem: 15.000 exemplares



Acompanhe a programação diária pelos canais 185 da Vivo, 7 da NET e 61.2 em sinal digital aberto.